



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 42

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 23 de Abril de 1998

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa.*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar.*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10,45 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Feita a leitura da correspondência, procedeu-se à apresentação de dois Votos, um de Congratulação (*PS e PCP*) pela passagem do 24.º aniversário da Revolução de Abril e outro de Saudação (*PCP*) "a todos os trabalhadores açorianos pela próxima passagem do Dia Mundial do Trabalhador", tendo ambos sido aprovados por unanimidade.

Embora a discussão dos dois Votos de Saudação tivesse sido feita em conjunto, procedeu-se a uma apresentação separada dos mesmos.

Assim sendo, intervieram sobre este assunto os seguintes Srs. Deputados: Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Azevedo (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Humberto Melo (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Para **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região**, intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Joaquim Ponte (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), João Cunha (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, *José Contente*.

Período da Ordem do Dia

Como 1º ponto da ordem de trabalhos, deu-se continuidade à leitura do Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, de acordo com o Artº. 119º do Regimento da ALRA, sobre o qual intervieram os Srs. Deputados Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Azevedo (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, *José Contente*.

Procedeu-se ainda à leitura dos relatórios remanescentes, ou seja, da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, pela Deputada Fátima Sousa, e da Comissão de Economia, Finanças e Plano, pelo Deputado Élio Valadão.

Seguidamente, passou-se à discussão e votação do 2.º ponto da ordem do dia, referente a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre "Definição de áreas de navegação para diversas categorias de navegadores de recreio da RAA", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, não sem antes terem proferido intervenções sobre este assunto os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*) e Nuno Almeida e Sousa (*PP*).

Com a aprovação do Pedido de Urgência acima referido, procedeu-se de imediato à discussão e votação do seu objecto, ou seja, o Projecto de DLR relativo à "Definição de áreas de navegação para diversas categorias de navegadores de recreio da RAA", em que usaram da palavra os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Valadão (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*) e José Manuel Nunes (*PSD*).

O supracitado documento foi aprovado, quer na generalidade quer na especialidade, por unanimidade.

Posteriormente, discutiu-se e aprovou-se também por unanimidade na generalidade e na especialidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Desafectação do domínio público do Estado para o domínio público da RAA dos terrenos e edifícios transferidos pelo Decreto-Lei n.º 208/90, de 27 de Julho", sobre o qual fizeram uso da palavra os Srs. Deputados José Humberto Chaves (*PS*) e José Maria Bairos (*PSD*).

Sobre o ponto 5 da ordem de trabalhos, intervieram os Srs. Deputados José Maria Bairos (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*). O documento em apreço dizia respeito ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Escala semanal entre Lisboa e St^a. Maria" e foi aprovado por unanimidade.

O ponto 6 referente ao objecto da Urgência anteriormente mencionada, foi igualmente aprovado por unanimidade, tendo emitido posição sobre o mesmo os Srs. Deputados José Maria Bairos (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*) e Sidónio Bettencourt (*PSD*).

Relativamente ao ponto seguinte, um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Tarifas da TAP iguais para os açorianos de todas as ilhas", intervieram os Srs. Deputados João Cunha (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Nuno Almeida e Sousa (*PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, bem como o objecto da Urgência, isto é, a Proposta de Resolução versando o mesmo assunto. Sobre esta Proposta usaram da palavra os Srs. Deputados João Cunha (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Berta Cabral (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia, *Duarte Ponte*.

Passou-se, seguidamente, a mais um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, desta feita relativo à Proposta de Resolução sobre "Eleição dos representantes da RAA no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, bem assim a própria Proposta de Resolução, objecto da Urgência.

Sobre estes dois documentos, proferiram intervenções os Srs. Deputados Manuel Azevedo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*) e Fernando Menezes (*PS*).

Constituía o ponto 11 da ordem do dia, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a Proposta de Resolução relativa à "Apresentação dos Relatórios de Execução do Governo", sobre a qual intervieram a Sra. Deputada Berta Cabral e o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa (*PP*).

Sobre o ponto 12º da ordem de trabalhos - Proposta de Resolução relativa à "Apresentação dos Relatórios de Execução do Governo - intervieram a Sra. Deputada Berta Cabral(*PSD*) , bem como os Srs. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Fernando Menezes (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia, *Duarte Ponte*.

Finalmente, procedeu-se à votação da Proposta de Resolução, oriunda da Mesa da ALRA, que "declara findo o Período Legislativo de Abril", a qual recebeu a unanimidade da Câmara.

Os trabalhos terminaram às 17,45 horas.

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares, pois vamos proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada á qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

José **Élio Valadão** Ventura

Maria de **Fátima** R. F. Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco do Couto **Sousa**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
Manuel **Herberto** **Rosa**
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz** de **Sampaio**
João Luis Sanchez dos **Santos**
José **Humberto** Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** **Ávila**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Maria da **Natividade** Medeiros da **Luz**
Rui **Pedro** Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga** da **Costa**
Ana **Carolina** Gomes da **Silva**
António Manuel da Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da** **Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco **Xavier** Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**
José **Ramos** **Aguiar**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
José **Manuel** Cabral Bolieiro **Dias**

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Deu entrada na Mesa um Projecto de Decreto-Lei que "Cria a Comissão de Recurso e Análise de Projectos Florestais (CRAPF) e define as respectivas atribuições, competências e funcionamento", tendo o mesmo baixado à Comissão de Economia, Finanças e Plano para parecer.

Secretário (*José Aguiar*): Deu também entrada na Mesa um Projecto de Decreto-Lei que "Equipara a Instituições Particulares de Solidariedade Social as Casas do Povo que prossigam os objectivos previstos no respectivo Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro. Baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para parecer.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Grupo Parlamentar do PSD deu entrada um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão referente à Proposta de Resolução sobre "Eleição dos representantes da RAA no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa".

Presidente: Terminada a leitura da correspondência, vamos passar à apresentação dos votos que deram entrada na Mesa. A saber:

Um Voto de Saudação do PS sobre o 25 de Abril;

Um Voto de Congratulação do PCP sobre a mesma efeméride;

Um Voto de Saudação do PCP sobre o 1.º de Maio - Dia do Trabalhador.

Como é habitual nestas matérias, vamos fazer a leitura dos dois Votos sobre o 25 de Abril, o do PS e o do PCP.

Para proceder à leitura do Voto de Saudação do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"VOTO DE SAUDAÇÃO

No dia 25 de Abril de 1974, ocorreu em Portugal uma revolução a que chamaram simbolicamente “Revolução dos Cravos”.

Completam-se no próximo Sábado 24 anos.

Na madrugada desse dia histórico, um grupo de militares determinados e patriotas, logo apoiados por um povo inteiro, derrubaram um regime autoritário, conservador e velho de quase cinco décadas.

Alguns anos antes, um poeta exilado dizia premonitoriamente:

“Que o poema seja microfone e fale
uma noite destas de relento às três e tal
para que a lua estoire e o sono estale
e a gente acorde finalmente em Portugal.”

- Viviam-se então num país anacrónico, onde o último império ocidental travava sem glória e sem sentido, uma guerra em três frentes, há muito condenada pelas Nações Unidas.

- Um país onde uma das mais antigas ditaduras da Europa Ocidental mantinha um sistema político conservador, autoritário e repressivo;

- Um país onde a expressão pública de opinião contrária ou diferente era proibida;

- Um país onde existia um eficaz aparelho de censura e repressão policial;
- Um país onde eram proscritos os partidos e os movimentos políticos democráticos;
- Um país de tribunais especiais e de prisões políticas cheias;
- Um país onde os sindicatos não eram livres e o direito à greve era interdito;
- Um país de emigrantes a salto e de exilados à força;
- Um país onde a vida cultural era condicionada e a criação artística permanentemente vigiada.

Recordar tudo isto aqui, 24 anos passados e livremente desta tribuna, pode ser entendido por alguns como um acto repetitivo e desprovido de sentido.

Para os jovens, felizmente nascidos num tempo novo, pode mesmo parecer estranho ou apenas memória nostálgica de tempos revolucionários.

Para nós porém, que vivemos esse tempo amargo, recordá-lo hoje aqui é um imperativo de consciência, para sabermos reconhecer o caminho percorrido.

Recordá-lo nesta Assembleia é também exaltar uma das principais conquistas de Abril que é a Autonomia Regional.

Por tudo isto,

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, saúda a passagem do 24.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril, homenageando aqueles que, com determinação e coragem a tornaram possível, e exaltando os valores perenes da democracia e da liberdade sem os quais não teria sido possível a consagração da autonomia democrática nesta Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 1998.

Os Deputados Regionais, *Fernando Meneses e Manuel Serpa*".

Presidente: Para apresentar o Voto de Congratulação do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Congratulação

No próximo dia 25 de Abril comemora-se o 24º Aniversário da Revolução Democrática que pôs termo a 48 anos de ditadura no nosso País.

Com o 25 de Abril iniciou-se a construção da democracia, foram restauradas as liberdades fundamentais e pôs-se termo à guerra colonial.

Com o 25 de Abril iniciou-se um laborioso processo que fez renascer a esperança do Povo Português num futuro que se quer sempre mais livre e justo.

Com o 25 de Abril, criaram-se as condições políticas essenciais para que o conjunto do País reconhecesse que as especificidades próprias das regiões insulares da Madeira e dos Açores exigiam uma organização específica do poder político nessas Regiões. Desse reconhecimento nasceu o Sistema Constitucional da Autonomia do qual, no que respeita aos Açores, esta Assembleia Legislativa, é o órgão máximo.

Lembrar e comemorar o 25 de Abril é muito mais que pôr em evidência um transcendente momento da História do nosso País.

Lembrar e comemorar o 25 de Abril é afirmar o nosso empenho no permanente aperfeiçoamento da Democracia e o nosso respeito pela Autonomia que rege a vida colectiva neste Arquipélago.

O respeito pela Autonomia Constitucional exige, por seu turno, um permanente esforço para que sejam criadas as medidas de política específicas e adequadas à nossa realidade própria. Este desafio nascido com o 25 de Abril continua com toda a actualidade hoje.

Tendo em conta as considerações feitas, o Deputado Regional do PCP, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pela passagem do 24º Aniversário da Revolução de Abril, a qual possibilitou a restauração da Democracia no nosso País e a construção da Autonomia que rege a nossa vida colectiva.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 23 de Abril de 1998

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo para intervir sobre estes Votos.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da evocação sentida que ontem nesta Casa fez o Sr. Deputado Madruga da Costa, em nome deste grupo parlamentar, sobre o 25 de Abril, embora não regimentalmente como um voto de saudação como estes dois agora, não podemos deixar de nos associar aos mesmos e que são apresentados pelo PS e pelo PCP. Por duas razões fundamentais:

Efectivamente, foi a partir dessa madrugada auspiciosa que foi possível viver em democracia em Portugal.

A nossa autonomia democrática ressurgiu das cinzas a partir dessa manhã de 25 de Abril.

A segunda razão prende-se com a nossa juventude que não vive com certeza, porque ainda não soubemos transmitir-lhe o valor que foi para Portugal e para a nossa Região o 25 de Abril, a nossa juventude não sente ainda convenientemente o significado e a importância desta data.

Sobretudo por estas duas razões, nós associamo-nos a estes dois Votos e votá-los-emos favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A conquista da liberdade, este bem fundamental que só têm os pobres de espírito e aqueles que lutam por ela, é com certeza um marco importante na vitória do poder autonómico, das autonomias regionais. Mas, e como também já aqui foi dito, tenho dúvidas sobre se é esta autonomia e esta liberdade, um estado de espírito presente diariamente na juventude destas 9 ilhas açorianas.

O mundo mudou, tudo evoluiu, vivemos numa "aldeia global" com os fenómenos das auto-estradas da informação. Os jovens de hoje sabem tudo. Nós é que passámos por

todas essas agruras e talvez também não tenhamos sabido transmitir-lhes o que passámos.

Por isso, e por outras razões que não vou aqui e agora extensivamente enumerar, o Partido Popular juntar-se-á a estes dois Votos apresentados.

Porém, duas palavras existem na intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes que eu não posso deixar passar em claro.

Foram arrojados, foram lutadores, foram o que foram. Mas não foram militares patriotas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lembrar hoje e aqui o 25 de Abril, quer através das intervenções já proferidas, quer através dos considerandos dos Votos em apreço, é um dever de todos nós perante a sociedade em que nos inserimos, por um lado. Por outro lado, há que reconhecer que o "modus vivendi" da sociedade açoriana de hoje, é exactamente aquele que é, porque houve o 25 de Abril e porque houveram todas as transformações consequentes a essa madrugada histórica.

Por isso mesmo, entendemos que nunca será demais lembrar que realmente com o 25 de Abril, com a possibilidade da implementação da democracia em Portugal e do sistema autonómico na nossa Região e na Madeira, foi possível construir, a par e passo, uma sociedade que temos que reconhecer que tem sido cada vez melhor, que terá mesmo que o ser no futuro e que tem cada vez mais em conta os interesses da população.

É nesse sentido que apresentámos o Voto que estamos aqui a discutir.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, passamos à votação do Voto de Saudação do PS, em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do Voto de Congratulação do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado pelo PCP, foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à apresentação de um outro voto, desta feita de Saudação, oriundo do PCP, sobre "as comemorações do 1º de Maio".

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para proceder à sua apresentação.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Saudação"

As comemorações do dia 1º de Maio - Dia Mundial do Trabalhador - constituem um momento importante na afirmação do papel, da importância e da dignidade de quem vive de rendimentos do trabalho.

Numa sociedade democrática como a nossa, que procura o desenvolvimento e com esse desenvolvimento visa alcançar níveis e padrões de vida compatíveis com a nossa época, assume um papel essencial o contributo determinante que os trabalhadores dão ao processo económico.

Numa sociedade democrática como a nossa onde as preocupações pela justiça social são afirmadas na Lei Fundamental do País, os órgãos de poder político não podem ser indiferentes aos problemas, anseios, direitos e regalias de quem trabalha.

Tendo em conta as considerações precedentes, o Deputado Regional do PCP, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores saúda todos os trabalhadores açorianos pela próxima passagem do Dia Mundial do Trabalhador e reafirma a sua profunda vontade em contribuir, nos termos constitucionais, para a dignificação de quem trabalha.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 23 de Abril de 1998

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Saudação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se naturalmente a este Voto de Saudação ao Dia do Trabalhador.

Para nós, sociais-democratas, os trabalhadores sempre foram essenciais ao processo de desenvolvimento e progresso.

Foram essas as nossas convicções que sempre nos mobilizaram na sua defesa, da procura de novos patamares, na defesa dos seus anseios e sempre numa perspectiva de progresso e desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores que só foi possível com o seu empenho e a sua participação.

Nesta caminhada de progresso, numa democracia moderna, o trabalho e o homem são peças imprescindíveis.

É, pois, com esse espírito que hoje, aqui em 1998, saudamos todos os trabalhadores, associando-nos ao Voto de Saudação proposto pelo PCP.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS naturalmente associar-se-á à votação favorável deste Voto, atendendo a que o nosso partido desde sempre esteve ao lado e com os trabalhadores, sobretudo em situações em que as suas condições de trabalho e de vida eram mais difíceis.

Não é por acaso que hoje celebramos este dia, onde nos Estados Unidos se lutava para ter 12 horas de trabalho por dia e em Portugal, nessa altura, ainda se lutava de sol a sol. E só depois do 25 de Abril é que conseguimos implantar no nosso País

horários de trabalho. E fruto da participação dos trabalhadores através das suas organizações representativas, que se conseguiu que hoje Portugal tivesse horários de trabalho que variam entre as 35 e as 41 horas, havendo ainda, infelizmente, sectores onde essas 41 horas são mais do que isso.

É bom, é justo, é digno que esta Casa se associe a esta comemoração e é bom, sobretudo, que os trabalhadores também se convençam que devem cada vez mais participar na realização de uma sociedade justa e solidária que queremos.

É justo e é bom que os trabalhadores participem nas decisões fundamentais desta Região e do nosso País.

Por isso, saudamo-los, esperando que o 1.º de Maio tenha realização através de várias iniciativas nesta Região e por todo o País, alertando fundamentalmente para esta grande realidade que são as mudanças económicas que se estão a verificar neste momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa sociedade em que cada vez mais se institui o "Dia de", estamos permanentemente vivendo, cada dia que passa, um dia dedicado a um estatuto, a uma situação, a uma efeméride, a um sector, o que é inegavelmente positivo, mas não deixa de banalizar muitas vezes o significado e o objectivo que se pretende com a instituição desses dias.

Segundo me informa o sempre actualizado Vice-Presidente do meu grupo parlamentar, estamos no Dia do Livro e nenhum dos grupos parlamentares se lembrou disso. E eu só agora é que tomei conhecimento também e mesmo que me tivesse lembrado antes, como sabem, é norma do Partido Popular evitar trazer todos os dias uma referência ao dia de qualquer coisa.

No caso em apreço, trata-se de uma situação bem distinta.

Na verdade, o Dia do Trabalhador, pela carga histórica e pelo papel que exerce, não é um dia qualquer. Por conseguinte, justifica que os responsáveis políticos e esta Assembleia, em nome do Povo dos Açores, parem para reflectir e para saudar aqueles que são peça fundamental do sistema produtivo da nossa economia.

Felizmente hoje há uma leitura do papel do trabalhador na sociedade, bem mais adequada àquela que o Partido Popular sempre defendeu e entende.

Felizmente, hoje o Dia do Trabalhador já não é um dia de luta político-partidária ao serviço de desígnios desta natureza.

É cada vez mais, sim, um dia dedicado, na sua pureza, àqueles que trabalham e que são a grande maioria do nosso Povo.

Por isso, rejeitando da nossa parte a perspectiva da luta de classes, rejeitando da nossa parte a perspectiva de que existem historicamente incompatibilidades entre empregados e empregadores - pelo contrário - na óptica de que os interesses convergem entre quem investe e entre quem trabalha, na óptica de que os que produzem devem ter a nossa solidariedade, o Partido Popular associa-se a este Voto de Saudação e obviamente vai votá-lo favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, lembrar e saudar o Dia do Trabalhador e os trabalhadores da Região Autónoma dos Açores, é procurar também lembrar que todos nós temos que dar o nosso contributo, na medida das nossas possibilidades, para a dignificação daqueles que efectivamente trabalham, por um lado. E, por outro lado, devemos procurar compreender, cada vez mais, os problemas, os anseios, os direitos e também - porque não dizê-lo - as regalias dos que contribuem com o seu esforço para o progresso e desenvolvimento desta Região.

Daí, pensarmos que é justo, hoje, saudar este Dia que é comemorado no 1º de Maio.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste Voto de Saudação apresentado pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Saudação do PCP foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos assim esta parte do nosso PAOD, vamos passar à parte destinada ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante mais de uma década consecutiva visitei as nossas Comunidades residentes nos Estados Unidos e Canadá, e no Continente Português. Fi-lo com gosto, aprendi bastante, fiquei a conhecer gente e Comunidades que muito me enriqueceram e das quais guardo hoje as melhores recordações. Recebi sempre muito mais, do que aquele pouco que fui capaz de lhes dar.

As Comunidades Açorianas residentes no exterior merecem-nos, assim, o maior respeito, consideração e apreço e é por elas, que hoje subo a esta tribuna já que tarda em chegar a esta Casa uma ou mais vozes que, de pleno direito, aqui as represente. Espalhadas pelo mundo estas comunidades, que levam o nome de Portugal e dos Açores mais longe, organizam-se em instituições de natureza vária que elas próprios criam e cuja intervenção e importância nas sociedades de acolhimento variam consoante a localidade em que se encontram.

Surgem, assim os Clubes, as Fundações, as Sociedades, os Ateneus, as Associações e as Casas dos Açores, com impactos variáveis nas comunidades, dependentes essencialmente, do dinamismo dos seus dirigentes, do seu currículo e até da data da sua constituição. Sendo certo que todos prosseguem sensivelmente os mesmos objectivos, não é menos certo que a sua actividade e implantação não é uniforme em todas as comunidades Açorianas.

Parece, portanto, da maior sensatez e naturalidade, que esta realidade seja tida em conta, no tratamento a dar a estas instituições, sob pena de se criarem graves injustiças e distorções. Com efeito, enquanto no Continente Português e no Brasil, por exemplo, as Casas dos Açores têm um relevante papel na vida das Comunidades Açorianas por serem instituições antigas e únicas, o mesmo não sucede com as Comunidades radicadas na América do Norte.

Fique bem claro que esta referência não envolve qualquer crítica, ou sequer menor consideração, pelas Casas dos Açores da América do Norte que me merecem o maior respeito, mas tão só a constatação de uma realidade que é visível a todos os que conhecem as nossas Comunidades dos E. U. A. e do Canadá. De facto, Sr. Presidente,

Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nas nossas Comunidades da América do Norte, as Associações, os Clubes, as Sociedades e outras instituições pela acção de quem as dirige, por estarem mais enraizadas no terreno e talvez por serem mais antigas, têm actividade de maior relevo que a generalidade das Casas dos Açores aí existentes possivelmente, por estas últimas, serem de mais recente criação. Com efeito, as primeiras desenvolvem importantes actividades culturais, desportivas e sociais e contam com o apoio voluntário e esforçado de muitos dos nossos conterrâneos que lhes dão o corpo e a alma. Bastas vezes (mais do que aquelas que desejaríamos) temos sentido o pronto apoio destes nossos irmãos quando a desgraça nos bate à porta, e o seu carinho, simpatia e hospitalidade quando os visitamos nos países de acolhimento. É notável a actividade de apoio aos recém-chegados à diáspora com a intenção de se fixarem, a sua acção na formação dos mais jovens e na ocupação dos tempos livres dos mais idosos, o empenho que sempre colocam na divulgação e aprendizagem da nossa língua e da manutenção dos nossos mais caros valores culturais, sociais, e religiosos e, mesmo, a crescente intervenção que desenvolvem junto das entidades públicas que dirigem as comunidades onde se inserem. Estas instituições têm décadas de existência e, algumas são mesmo seculares, vivendo com maiores ou menores dificuldades, do inextinguível contributo dos seus membros sendo credoras, por isso, do nosso maior respeito, apreço e gratidão.

Não merecem, portanto, ser desconsideradas, nem discriminadas no tratamento que é dado pelo Governo Regional, com o dinheiro de todos nós, a este tipo de entidades. Vem isto a propósito da acesa polémica e revolta que se instalou nas Comunidades Açorianas da América do Norte em resultado da decisão deste Governo Socialista de apoiar e assinar com as Casas dos Açores, protocolos de colaboração exclusivos, esquecendo todas as outras instituições sócio-culturais e desportivas. Estas levam a sua indignação ao ponto de, por escrito, questionarem não só a política do Governo como também a sua competência deste para tratar os assuntos da Emigração.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nada nos move contra os apoios a conceder às Casas do Açores, nem aos protocolos que com elas se queiram estabelecer, sendo que, todavia, se deve ter em conta o seguinte:

- A realidade das Casas dos Açores espalhadas pelo mundo não é uniforme, logo não devem ter tratamento idêntico em todo o lado;
- Há na América do Norte Comunidades muito expressivas onde nas suas localidades de residência nem Casa dos Açores existe, mas funcionam, e bem, outras instituições sócio-culturais criadas, mantidas e dinamizadas por Açorianos.
- O apoio exclusivo por parte do Governo Socialista às Casas dos Açores, cria injustiças e discriminações inaceitáveis relativamente a outras Associações tão ou mais prestigiadas e intervenientes do que as primeiras.
- Só um preocupante e incompreensível conhecimento por parte do Governo, justifica este procedimento, e pior ainda, a intenção que parece existir, de colocar as Casas dos Açores da América do Norte como interlocutor privilegiado do Governo e coordenador das actividades das outras agremiações que estão verdadeiramente implantadas no terreno e desenvolvem a sua acção com muito esforço e meios próprios.

Como se justifica, assim, perante estas instituições que se distribuam milhares de contos do orçamento regional às Casas dos Açores para satisfação de despesas correntes (Fax; Telefone; Secretária em part-time, etc.) e que elas não beneficiem de qualquer apoio que, de resto, na maioria das vezes nem sequer solicitam?

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O respeito e a consideração que merecem as nossas comunidades da diáspora, não pode quedar-se por meras figuras de retórica, mais ou menos elaborada, para consumo externo. Tem de traduzir-se em acções concretas e sobretudo justas. O que se está a passar é injusto; uns são tratados como filhos e os outros como enteados, além de não se ter em conta a realidade que se vive nas nossas comunidades. Pior, o Governo que deveria ter um papel de moderador de conflitos e de promotor da concórdia, em vez disso, e pela sua irreflectida acção, acirra rivalidades e promove a desunião de uma Comunidade que se deseja coesa e forte. Não será concerteza esta a sua intenção devendo, por isso, rever com a maior rapidez mais uma medida errada

que tomou. Para bem dos Açores, e dos Açorianos, sobretudo que, por lamentáveis razões da sua vida, tiveram que abandonar a terra que, tal como a nós, um dia lhes serviu de berço.

Disse. Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por referir que não fora o último parágrafo da sua intervenção, tê-la-ia aplaudido.

V. Ex^a. sabe que tanto quanto nos foi comunicado na recente deslocação da Comissão de Política Geral ao Continente Português, foi criado o Conselho Mundial das Casa dos Açores.

Temos que reconhecer que este é um critério no meio do vazio que existia, de não haver nenhum outro no que concerne a concessão de verbas da Região, às instituições da diáspora açoriana.

Pode-se questionar o critério, mas tem que se admitir que ele é viável.

Pode-se questionar se também não haverão outras instituições - tal como V. Ex^a. referiu - que merecerão igualmente algum apoio. Mas tanto quanto eu sei, da parte do Governo, esse apoio não está estanque.

O Governo tem um interlocutor privilegiado que é o Conselho Mundial das Casas dos Açores. E quanto a mim, está bem assim.

Por outro lado, penso também que a definição dessa política não fecha as portas a outras instituições.

Na nossa opinião, não fica bem estarmos a subsidiar instituições que congregam também - e julgo que com todo o direito - representantes de comunidades alentejanas, ou da Beira, ou mesmo do Algarve.

Os nossos recursos financeiros devem ser canalizados especificamente e quase todos para manter a cultura açoriana, porque essas outras instituições podem e têm acesso a apoios do Governo da República, através da Secretaria de Estado das Comunidades Portugueses.

Portanto, devo dizer que gostei da sua intervenção, Sr. Deputado, percebi - porque também leio - que há alguma dessintonia, principalmente na costa leste dos Estados Unidos, quanto a este aspecto. Mas o critério que foi seguido deve continuar a trilhar o seu caminho e é preciso, sim, melhorá-lo.

Como V. Exa. bem sabe, não existia antes qualquer apoio. Eles eram dados às diversas comunidades, mesmo da Califórnia - para aqueles deputados que acompanharam a Comissão de Política Geral que lá se deslocou - de uma maneira de completa "pedinchice", ou seja, aquele que tinha a sorte de ser mais amigo do membro do governo que tinha aquela pasta a seu cargo, pois tinha mais apoios e aqueles que não disfrutavam dessa amizade não tinham. E nós, deputados na Comissão lá presente, apercebêmo-nos disso.

Agora existe um critério que até pode ser melhorado. Mas atacar esse critério, querendo insinuar que o Governo não tem política, não é correcto, nem aceitável.

Eu julgo que, pela primeira vez, há uma política que deve talvez ser melhorada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte para esclarecimentos.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria, desde logo, agradecer ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila as suas referências favoráveis à minha intervenção e compreendo naturalmente a sua divergência comigo. E ela assenta exactamente no critério.

Quanto a este, Sr. Deputado, eu não subscrevo inteiramente aquilo que acabou de dizer de, em tempos anteriores, não haver qualquer política concertada para a emigração.

Eu julgo que ela existia e certamente que seguia critérios bem diferentes destes, porque lembro-me até de ter participado por diversas vezes nos congressos das

comunidades açorianas que se realizavam, os quais permitiam que, de 4 em 4 anos, se juntassem representantes das nossas várias comunidades espalhadas pelo mundo.

O problema que eu aqui coloco, e duvido da bondade do critério adoptado pelo Governo Regional, é que se elegemos apenas as Casas dos Açores como interlocutores privilegiados, é verdade que vamos fazer a cobertura e em alguns sítios - como eu aqui disse na minha intervenção - justifica-se plenamente, nomeadamente no território português, brasileiro, na América do Sul, pois são instituições antigas, que têm associados e têm vida.

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, que na América do Norte esta situação não se verifica. Ou seja, em regra, as Casas dos Açores são instituições recentes, com muito pouco dinamismo e muita pouca actividade e concentram-se, essencialmente, na Costa Leste dos Estados Unidos e no Canadá.

O Sr. Deputado também sabe que na América do Norte existem 5 Casas dos Açores para uma comunidade que é deveras extensa. E boa parte da nossa comunidade residente na Califórnia tem uma Casa dos Açores praticamente inactiva e a representação dessa comunidade, faz-se com base em outras instituições. Ora, se nós pretendemos - e eu quero crer que essa seja a boa intenção do Governo - que haja uma ligação entre todas as comunidades, assim estamos a privilegiar, por um lado, instituições com pouca actividade, instituições recentes, em detrimento de outras mais antigas e com uma actividade notável no seio das nossas comunidades e, por outro lado, estamos a deixar de fora comunidades que são muito expressivas, como é o caso da comunidade açoriana da Califórnia, que por este critério, não têm qualquer espécie de representação.

É sobretudo isto que eu contesto; é isto que eu acho que não está correcto; é isto que eu penso que o Governo devia rever. De resto, Sr. Deputado, tal como me pareceu que é do seu conhecimento, recomendo-lhe que leia aquilo que vem dito e escrito, nas rádios e nos jornais, respectivamente, pela parte da nossa comunidade norte-americana. E verá que aquilo que eu estou aqui a dizer, não é mais nem menos do que lá está escrito nos papéis que vão sendo publicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para concordar em parte e dar algum exemplo daquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Gostaria também de recordar ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que numa visita efectuada à Califórnia pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, foi fácil ver que, de facto, a Casa dos Açores daquela área, a qual nós visitámos, era na altura uma das instituições com menos trabalho e menos organização.

Se bem se lembra, os seus membros até nos transmitiram a sua grande dificuldade em poder conjugar o seu trabalho com as outras organizações. E das diversas organizações que a Comissão visitou, havia pelo menos 5 ou 6 que, em termos da sua actividade, elas eram muito superiores à da Casa dos Açores da Califórnia.

Neste âmbito, dou razão ao Sr. Deputado Joaquim Ponte, porque realmente, tanto quanto me apercebi daquilo que nós percorremos na Califórnia, é um facto que lá, a Casa dos Açores não tinha uma grande representação, não tinha uma organização que pudesse corresponder às necessidades das comunidades de emigrantes e havia 2 ou 3 organizações que, essas sim, actuavam em diversas áreas e tinham efectivamente uma organização por trás delas, com gente empenhada num trabalho de fundo junto dos nossos emigrantes.

Era apenas para deixar aqui esta aportação do conhecimento de uma realidade que nós tivemos localmente.

Presidente: Vamos regressar às nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento da maioria dos Srs. Deputados, foi tornada pública uma sondagem de opinião sobre o que pensa a sociedade da Educação, no que respeita à qualidade dos professores, bem como à qualidade das instalações escolares.

Dado que a Educação é uma prioridade para o VII Governo Regional, dado que a Educação é uma das áreas de interesse específico, considerada no nosso Estatuto

Político-Administrativo, e porque não concordo com algumas das interpretações dadas a essa sondagem, gostaria de trocar convosco algumas ideias.

Na ficha técnica dessa sondagem, lê-se - e cito - "a mostra aleatória foi constituída considerando na estratificação, o sexo e o grupo etário, conforme resultados dos censos da população de 1991.

A amostra foi ainda estratificada, tendo em atenção os residentes em cada freguesia, zona rural e urbana, correspondendo esta às freguesias das cidades de P. Delgada e Ribeira Grande e o seu habitat.

Foram validados 226 inquéritos, para um painel previsto de 240 pessoas".

Mediante os resultados desta sondagem, diria que 52% das pessoas inquiridas, considera boa ou muito boa a qualidade dos professores e que apenas 8,8% entende que os professores são de má ou de muito má qualidade, quedando-se 35,8% por dizer que nem é boa nem é má a qualidade dos professores.

Se assim é, e se essa é uma realidade, temos que concluir que na Região Autónoma dos Açores o corpo docente é bom, porque temos 52% na qualidade de bom ou muito bom e apenas 8,8% na qualidade de má ou muito má. Por outro lado, não deixa de ser significativo que sejam os jovens entre os 18 e os 34 anos que classificam os professores em bom ou muito bom, em 52,6%. Sendo eles que estão efectivamente no sistema e que no dia a dia recebem a qualidade do serviço prestado, não deixando também de ser relevante que 13,8% digam que efectivamente eles são maus ou muito maus. Por outro lado, ainda, não podemos deixar de realçar que as populações das zonas rurais são mais exigentes e rigorosas na análise que fazem, porquanto classificam de muito bom ou bom e dão a maioria, atribuindo apenas 10% de classificação de má ou muito má aos educadores.

É de realçar igualmente que é nas zonas onde vivem entre 1000 a 2000 habitantes que a classificação é mais exigente e rigorosa, uma vez que 41% dá a classificação de bom e ninguém dá a classificação de muito bom ao corpo docente.

No que diz respeito às instalações escolares, no total das pessoas sondadas, 44,3% indica que elas são boas ou muito boas e 1/3 entende que nem são boas nem são más. todavia 20,4% é contundente quando avalia em más ou muito más as instalações escolares.

Não deixa de ser significativo também que os indivíduos do sexo masculino sejam muito menos exigentes do que o sexo feminino, na qualidade das instalações escolares.

A sondagem realça que são os jovens quem considera que a rede é de má qualidade, porque 1/4 dos jovens considera que não tem instalações com o mínimo de qualidade. Realço, por outro lado, que são efectivamente os jovens que melhor precisam, quer a qualificação do pessoal docente quer a qualificação das instalações, na medida em que apenas 1,1% dos jovens é que diz que não sabe ou não se pronuncia.

É também no mundo rural, onde a qualificação que é dada ao corpo docente é mais favorável, que se dá melhor qualificação às instalações.

Se pensarmos que no mundo rural existem essencialmente escolas do 1º ciclo do ensino básico, em contraponto com as zonas urbanas, onde realmente existem escolas de todos os sectores e de todos os graus de ensino. E aí, a sondagem demonstra claramente que as instalações estão bastante degradadas e concluiria dizendo que se exige que este Governo tenha uma maior atenção nos equipamentos, nas instalações.

Se pensarmos que esta sondagem foi feita apenas em duas cidades - P. Delgada e Ribeira Grande - realça perfeitamente que instalações como a Escola Roberto Ivens em P. Delgada exigem uma acção urgente, por parte do Governo, para que se criem instalações com o mínimo de condições, para que os tais jovens, quando inquiridos e os pais e encarregados de educação, possam efectivamente reconhecer que se deu a volta nas instalações.

Diria ainda que com esta sondagem, demonstrou-se que realmente temos um corpo docente que já tem, na sua maioria, qualidade profissional exige-se que se olhe mais - muito mais - para as instalações, quer em qualidade quer em quantidade.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é só para chamar a atenção para o facto que foi aqui relevado pelo Sr. Deputado Francisco Sousa e com o qual concordo - nem sempre estamos em desacordo! - e que tem a ver com algo que é gratificante, ou seja, é vermos que na população que é servida pelo nosso corpo docente, o número que foi aqui expresso - e concordo perfeitamente com análise feita na decomposição escolhida - demonstra que realmente houve um esforço concertado, ao longo de uma série de anos, porque isso não se faz de um dia para o outro, que levou a que se chegasse à situação actual. E isso foi de facto conseguido com um centrar das atenções dos governantes do PSD, com a ajuda dos professores, com a ajuda dos profissionais da educação e ensino, no sentido de, através da formação inicial, contínua, em serviço e integrada dos incentivos à fixação para os quais tivemos o inequívoco apoio de pais, encarregados de educação, autarquias, principalmente na fase de instalação do ensino secundário e nomeadamente na formação inicial em relação às áreas carenciadas - física, matemática, química - com bolsas, com passagens, tudo isso redundou numa melhoria da qualidade do nosso corpo docente, que está bem presente e bem comprovada nesta sondagem. Como também está bem comprovado o salto qualitativo que se deu nas instalações escolares, por um lado, se comparado com o que existia há 20 anos a esta parte, e a necessidade que persiste de se fazer mais e melhor em determinadas áreas, nomeadamente naqueles estabelecimentos de ensino onde se avançou, com mais alunos na escolaridade obrigatória e com o ensino secundário, com necessidade de mais salas normais, de mais salas específicas a nível de laboratórios, de salas de educação visual e tecnológica, etc.

Portanto, este relatório é gratificante nessa demonstração que faz daquilo que foi feito e no incentivo e apelo que também faz ao que ainda continua a ser necessário perseguir e pôr em prática.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa, bem como o relatório que lhe serviu de base, é motivo para que todos aqueles que são ou foram docentes, como é o nosso

caso, se congratulem pelas opiniões sobre o comportamento dos docentes expendidas na nossa Região.

No entanto, pensamos - e não queremos repetir o que já foi dito, tanto pelo Sr. Deputado Francisco Sousa como pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca - que à parte negativa também tem que ser dada alguma importância, porque há um trabalho que foi feito e que está a ser feito e que é muito importante. Mas na nossa sociedade e no nosso corpo docente, existem ainda aspectos que têm que merecer a atenção de todos os responsáveis. E quando há um núcleo de pessoas, embora pequeno, que considera que a actuação docente é muito má, isso tem que ser motivo da nossa preocupação.

Esta não é uma crítica destrutiva, mas sim construtiva, isto é, para vermos por que é que a qualidade é má, onde é que é e o que é que se passa, para se poder melhorar, porque apesar do bom resultado do inquérito efectuado, ainda há uma faixa que nos preocupa e que tem que nos merecer um cuidado muito grande.

Era precisamente para este aspecto que eu gostaria de chamar a atenção de toda a Câmara.

Por outro lado, e isso foi referido pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, houve possibilidades durante estes anos de se ter conseguido colocar professores cada vez mais habilitados nas nossas escolas, mas é preciso que este esforço continue a ser feito e é preciso que haja uma procura cada vez maior de novas formas, novos meios, no sentido de se melhorar cada vez mais o nível de ensino nas escolas da nossa Região.

Era sobretudo este aspecto que eu gostaria de chamar a vossa atenção, porque reputamos de muito importante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É exactamente para dar continuidade a este debate e já agora com mais duas afirmações.

Eu julgo que é estimulante num determinado aspecto desta sondagem exigir, da parte do Governo, das escolas e dos professores, uma avaliação, cada vez mais rigorosa, da qualidade do trabalho prestado.

Há um segundo aspecto que, quanto a mim, deve ficar mais uma vez realçado nesta Casa, ou seja, a partir do próximo mês de Outubro todos os professores de Portugal passarão a ser licenciados, independentemente do sector de ensino onde vão trabalhar.

Julgo que esta é uma medida que vem, também ela, colmatar uma falha, pois que, tal como disseram os Srs. Deputados Aurélio da Fonseca e Paulo Valadão, é imprescindível para uma boa prestação da qualidade do serviço.

Quanto maior e melhor for a formação, mais garantias tem o sucesso dos alunos.

Penso que com esta medida de todos os docentes terem que ser licenciados, independentemente do sector de ensino onde trabalham, do grau de ensino ou do grupo etário das crianças que tenham, vai permitir e obrigar a que o comportamento do corpo docente seja diferente, bem como uma melhor inserção dos próprios alunos que agora trazem novas dificuldades e problemas à escola, sobretudo na área que temos que criar com muita insistência que são os currículos alternativos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria que se a gente se entusiasma, acaba-se por nunca sair dela e acaba por levar-nos a dar mais uma opinião.

De qualquer modo, eu gostaria que esta fosse a minha última intervenção nesta matéria, para repisar um aspecto que se prende com o problema da formação.

O Sr. Deputado Francisco Sousa diz que a partir de agora, os docentes passam a ser todos licenciados. E isso é positivo. Só que há um outro aspecto que, quanto a mim é fundamental, ou seja, a própria formação contínua do professor e o próprio encarar o fenómeno do ensino para alguns professores, que ainda não conseguiram entrar dentro do sistema de ensino que vigora neste País há 20 anos.

Por exemplo, quando me falam que há determinados professores cujas turmas ainda têm 60, 70 ou 80% de alunos reprovados ou com nota negativa, isto confrange-me como cidadão, mas também como professor que fui.

De facto, nas escolas do magistério diziam-nos "quando tu não fores capaz de passar metade dos teus alunos, tu é que és mau professor". Esta foi uma mentalização a que eu e outros fomos sujeitos.

Quando hoje eu sei que, ocasionalmente, em determinada turma há 80% de "chumbos", às vezes até em matérias que todos nós sempre considerámos fáceis, eu tenho que pensar que há realmente falta de formação. E este problema da formação não se resolve só com uma licenciatura, - a meu ver - mas também com a formação contínua que terá que ser dada a muitos professores ainda e terá que ser fundamentalmente canalizada para aqueles docentes que ainda não foram capazes de entrar no fenómeno do nosso ensino e, infelizmente, há um outro que não foi capaz disso.

Presidente: Vai continuar no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, mas agora para uma intervenção na tribuna.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As especificidades regionais são a base da Autonomia Constitucional que rege a nossa vida colectiva.

Se é certo que as especificidades regionais têm influência em toda a vida social e cultural, não é menos verdade que é na esfera da economia que elas se reflectem de forma mais evidente, imediata e directa.

Estamos no Atlântico e somos nove ilhas. Somos europeus, mas por o sermos, não deixamos de ser um Arquipélago distante e fraccionado.

Repare-se entretanto que somos um arquipélago produtivo, com claras e verificadas aptidões para a agricultura e a pecuária, com potencialidades no sector da pesca, com possibilidades nas indústrias de transformação derivadas directamente do sector primário, com aptidões reconhecidas na área dos serviços, com potencialidades evidentes na área do turismo.

A economia regional dos Açores, integrada na economia da União Europeia, não deixando de ser, nesse contexto, uma gota de água, tem, contudo o direito de ser reconhecida, de existir e de se desenvolver de acordo com as suas potencialidades.

Vem estas considerações a propósito dos projectos de Regulamentos comunitários que constituem a designada "Agenda 2000" quase ignorarem as regiões ultraperiféricas, como regiões que precisam de regras adequadas para se poderem desenvolver.

A Região Autónoma dos Açores através dos seus Orgãos de Governo próprio está já a contrariar esta situação, sendo necessário criar uma forte corrente de opinião favorável à adopção de medidas específicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre estas matérias a posição do PCP/Açores sempre foi muito clara, muito aberta e muito dialogante.

No momento em que o Senhor Presidente do Governo contactou o PCP/Açores com vista à realização de uma reunião com os líderes regionais dos partidos e deputados europeus de cada partido, demos a nossa imediata concordância e o PCP participou nessa iniciativa de forma empenhada.

Do mesmo modo demos a nossa clara concordância à participação do Presidente da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais na reunião da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República e concordámos com o conteúdo dessa participação.

É oportuno recordar que desde 1985 o PCP/Açores sempre defendeu que as questões europeias referentes a esta Região Autónoma têm que ter um tratamento específico.

Lutámos pela elaboração do POSEIMA e contribuímos para a preparação de vários trabalhos que antecederam a elaboração desse Programa.

Contribuímos para a criação, lenta e progressiva, do vasto consenso que criou as condições políticas necessárias à consagração no Tratado da União de um artigo dedicado exclusivamente às Regiões Ultraperiféricas.

Intervimos nesta Assembleia dezenas de vezes sobre questões ligadas à política específica que a União Europeia tem que ter para estas regiões insulares e distantes.

Promovemos variados tipos de iniciativas de debate e de diálogo social sobre estas questões.

Participamos em iniciativas internacionais, nomeadamente parlamentares, em que a política europeia foi sempre discutida.

Fizemos, em conjunto com outras forças políticas e institucionais da Região, um largo caminho que foi conseguindo alguns frutos, o maior dos quais tem sido o já referido artigo no Tratado da União que prevê a adopção de medidas específicas, em função das circunstâncias específicas que rodeiam a nossa vida colectiva.

Por tudo isto é com muita indignação e algum espanto que verificamos o facto dos autores da "Agenda 2000" ignorarem, quase por completo, as regiões ultraperiféricas. Será caso para dizer que certas instâncias europeias querem sempre, neste problema, voltar à estaca zero, ignorando os caminhos percorridos.

A "Agenda 2000" apenas equipara as Regiões Ultraperiféricas a regiões de objectivo 1. O Regis desaparece e o POSEIMA não é referido. O PCP reafirma, hoje e aqui, a sua total disponibilidade em contribuir, em todas as instâncias onde actua, para que esta situação seja modificada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos no essencial de acordo com as ideias que têm sido avançadas, nomeadamente na Resolução do Governo sobre este assunto e na intervenção do Senhor Presidente da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais realizada na reunião da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus. Não vamos repetir esses objectivos e pretensões.

Preferimos, antes, abordar brevemente uma questão correlacionada com este assunto, mas, para nós fundamental.

Na nossa óptica há que trabalhar para manter ou aumentar os níveis de transferências da União Europeia para os Açores, a vários títulos, mas há que fugir, totalmente, de compromissos que sejam comprometedores do futuro.

Sabemos que há quem defenda a tese de que uma eventual diminuição dos fundos estruturais deveria ser compensada com o recurso a programas agro-ambientais, numa larga e intensa medida. Pensamos que esta perspectiva é completamente contrária ao interesse regional.

De facto, como é do conhecimento geral, o PCP/Açores defende intransigentemente a defesa da base produtiva regional e defende, ao mesmo tempo a manutenção de um claro equilíbrio ambiental.

Esta dupla defesa da produção, nomeadamente agrícola e do ambiente, implica, necessariamente a concepção de que o esforço de produção só deve ser diminuindo se estiver comprometido o equilíbrio ambiental.

Como sabemos as medidas agro-ambientais conhecidas assentam na ideia da extensificação da produção, ou seja, na redução drástica daquilo que se produz.

Se em troca de uns Ecus entregues hoje, viessemos a aceitar o tal recurso intensivo a esse tipo de medidas, estaríamos a comprometer amanhã uma boa parte da nossa capacidade produtiva.

Não rejeitamos o recurso a medidas agro-ambientais mas só e apenas para aqueles casos em que elas são efectivamente necessárias.

Os Açores e os seus órgãos de Governo têm que defender o direito desta economia produzir de acordo com as suas potencialidades.

Para isso temos que concentrar esforços no sentido de conseguirmos as medidas específicas que nos são necessárias.

Não podemos aceitar caminhos fáceis, antes defendemos um direito essencial, que é o direito de sermos uma sociedade produtiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além da disponibilidade de cooperarmos com todos os outros partidos e com o Governo Regional neste esforço para fazer cumprir plenamente o que o Tratado da União agora consagra sobre as Regiões Ultraperiféricas, o PCP/Açores não deixará de tomar as iniciativas que tiver por convenientes para que esse objectivo seja alcançado.

Somos açorianos, somos portugueses e estamos na União Europeia. Não queremos continuar a ser a margem da Europa, nem queremos deixar de ser aquilo que somos, o de fazer aquilo que podemos e sabemos.

Disse

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca para uma intervenção.

Deputado Aurélio da Fonseca(PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, antes de entrar no tema que aqui me traz, fazer uma referência nesta Sessão que tem sido pródiga em evocações a acontecimentos importantes, através de uma saudação a algo que também se celebra hoje.

É que hoje comemora-se o Dia Mundial do Livro e acho que pela importância que o livro sempre teve, tem e continuará a ter como instrumento de saber e de cultura, como bem patrimonial de inextinguível valor que tanto tem enriquecido as comunidades, os povos, enfim a humanidade ao longo dos séculos, não nos ficaria bem deixar de assinalar esta efeméride.

Queria também congratular-me com o facto de, pelo menos aqueles que até têm - como é sabido de todos - poucas possibilidades, têm sabido associar-se a esta celebração.

Logo pela manhã na comunicação social, ouvimos o Sr. Director Regional dos Assuntos Culturais dizer que por falta de pessoal, não lhe tinha sido possível arranjar alguma coisa de especial para o dia de hoje, ao contrário das bibliotecas ou arquivos, nomeadamente de Angra e Horta, que o vão assinalar e vão fazê-lo com algo, que me toca fundo, e certamente também a muitos de nós, por o fazerem recorrendo ao lançamento de livros ou a exposições, em que os jovens são a figura principal.

O ler, o gosto pela leitura, é algo que se incute, que tem que ser estimulado, que tem que ser incentivado desde muito cedo. E se hoje se cometem tantos atropelos à língua materna, se fazem tantos erros, em parte isso deve-se ao ler-se muito pouco.

Os nossos jovens, infelizmente, lêem pouco ou nada, apenas aquilo a que são obrigados e muitas vezes pela "raiz dos cabelos", como vulgarmente se diz. É uma carga de trabalhos levá-los a ler aquilo que eles tem que forçosamente ler e isso é mau.

Se por um lado, no nosso tempo eles são muito mais atraídos por algo que nós não tínhamos e hoje sabem muitas outras coisas que nós não sabíamos, há uma mancha apreciável de saber e saber fazer que lhe escapam, precisamente por eles não cultivarem este hábito.

É verdade que são reis e senhores nas internetes, nas "playstations", nos computadores, nas informáticas, onde nós entramos com mais dificuldades, mas não lhes faria mal nenhum ler mais um bocadinho.

Eu terminaria esta reflexão com aquilo que foi o slogan durante bastante tempo, e muito bem usado pelos jornais, no sentido de ver se levavam as pessoas a lerem mais, quando levaram uma porção de tempo a divulgar o lema "ler jornais, é saber mais".

Portanto, neste dia eu queria deixar aqui o repto de se continuar a investir mais e melhor, em prol dos que criam artisticamente neste ramo, dos que lêem, em prol do livro como instrumento de cultura e de saber.

Posto isto, vou entrar no tema que aqui me traz e que tem a ver com uma outra preocupação que apoquento sistematicamente todos os anos - se bem que cada vez com menor dimensão - pais e encarregados de educação, alunos, órgãos de gestão das escolas e as autoridades da Educação e que tem a ver com o prolongamento indevido das interrupções das actividades lectivas que continuamente acontece, com especial incidência no Natal e na Páscoa, mais esporadicamente no Carnaval, mas que vai sempre acontecendo.

Falámos há pouco no corpo docente, falámos da satisfação que tivemos ao constatar os resultados que aqui foram divulgados. Também pusemos a tónica na necessidade de se prosseguir esse trabalho e que nos advém de tal percentagem que ainda classifica menos bem os nossos profissionais de educação e ensino, mas o certo é que se bem que tenhamos hoje já uma boa parte do nosso corpo docente estabilizado e fixado, conclui-se que ainda se tem que fazer o recurso a um corpo docente felizmente profissionalizado ou com habilitação própria, no entanto é um corpo docente de passagem. E é evidente que isso traz problemas, nomeadamente nestas alturas, porque há aquela busca natural e humana de se rever a terra natal, de se estar com os familiares, que é algo que contra qual dificilmente se vai.

De qualquer forma, julgo que a única maneira de se combater este absentismo esporádico que acontece com especial incidência nestas épocas, passa forçosamente por se continuar a apostar no profissionalismo dos docentes, que cada vez é maior e muito nos honramos disso - eu como professor, nunca me cansarei de o acentuar - na deontologia profissional e naquilo que é o justo equilíbrio entre os direitos e os deveres dos professores.

Não concordo com a forma como o Governo, através da Secretaria da Educação e Assuntos Sociais, tentou dar continuidade a este esforço que tem vindo a ser feito ao longo dos anos, com resultados apreciáveis.

Basta só ver que em escolas de grandes dimensões, com corpos docentes de mais do que 200 professores, estiveram nesta situação 15 a 20 docentes, isto é, 10% do total do corpo docente; quando há uns anos atrás, o número era muito maior.

Não concordo com a maneira, com a estratégia que foi adoptada.

Não concordo, por uma razão muito simples, é que recorreu-se a processos que nós estávamos longe de conceber que ainda pudessem ser postos em prática.

Por ofício/circular - os malditos ofícios que tanto "engulhos" têm trazido - solicitou-se às autoridades, aos órgãos de gestão, o envio de listagens, de relações dos professores nestas circunstâncias, com toda a incomodidade que esta delação leva a quem tem de a cumprir, e mais grave do isso, logo de seguida, atropela-se a legislação, dizendo pura e simplesmente que só se deve (imaginem!) "aceitar as justificações por doença, se confirmadas pela autoridade de saúde do concelho de residência!

Pasmais não é?!

Nem que fosse possível na necessária verificação, porque o aceitar terá sempre que se aceitar - tem que dar entrada, tem que ser recebido -, mas passados 8 dias, confirma-se ou pede-se a confirmação da doença do funcionário em questão.

Como é possível à autoridade de saúde de St^a. Cruz da Graciosa, de St^a. Cruz das Flores, de Angra do Heroísmo, ir confirmar casos de doença - e temos que admitir que eles podem acontecer, não vamos meter todos os professores todos no mesmo caso e isto é outra atitude que eu, como professor, aqui denuncio, porque também me sinto atingido como classe - nós não podemos tratar estes assuntos da mesma maneira. Se há, efectivamente, profissionais de educação e ensino que possam utilizar estes períodos para encontrarem algum descanso, praticarem algum lazer, muitos há - e nós sabemos isso - que aguentam estoicamente doenças, situações complicadas suas e dos seus familiares, e que se deslocam nestes períodos para tentar obviar a essas situações. Como também há profissionais de educação e de ensino que o fazem - e às vezes prolongam um pouco mais - pelas que aqui invoquei do estar na sua terra e do

conviver com as suas famílias, muitas vezes mulheres e filhos que estão fora ou o inverso, isto é, marido que está fora, o que é menos frequente.

pôr tudo no mesmo saco, tratar todos da mesma maneira, é que não está certo e precisa ser denunciado.

Depois, com tanto ênfase colocado na autonomia das escolas, na descentralização, vai-se contra uma competência transferida de há muito, dizendo aos órgãos de gestão das escolas que não estão autorizados a conceder no todo, ou em parte, o abono do vencimento em exercício perdido a esses profissionais.

Enfim, isto é de bradar aos céus e eu, para não correr o risco do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila dizer que concorda com tudo aquilo que aqui foi dito, mas que não era necessário, ou não concorda com a adjectivação que eu usei, vou estar hoje aqui, uma vez mais, de acordo com o meu colega Prof. Francisco Sousa, Deputado pela bancada do Partido Socialista e Presidente do Sindicato de Professores da Região Autónoma dos Açores que, como não podia deixar de ser e porque sempre o fez - justiça lhe seja feita! - insurgiu-se (como Presidente do Sindicato, pois são coisas que sempre separou muito bem na sua vida profissional) contra este estado de coisas e, portanto, remeto-lhe a adjectivação com a qual concordo em absoluto e que passo a citar, porque ela expressa bem uma atitude dessas. E cito só um ou dois parágrafo, porque a situação que descrevi é bem explorada e exemplificada no ofício que o Sindicato mandou a Sua Ex^a. o Sr. Secretário:

"Apesar de V. Ex^a. ter mandado anular o ofício/circular 0695, de 2/04/98, emanado da Direcção Regional de Educação" - e reparem que esta é uma imagem de marca, isto é, faz-se um erro e logo de seguida, à pressa, emenda-se, substitui-se, dá-se o dito pelo não dito, quando se devia, antes de actuar, pensar, reflectir, dialogar, para não se fazer disparates destes! - voltando à citação, "...sobre o assunto em epígrafe, não pode o Sindicato de professores da Região Açores deixar de manifestar o seu mais profundo repúdio e protesto pelo seu conteúdo".

Depois levanta perguntas pertinentes como estas:

"-Com que competência é que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais ultrapassa a legislação em vigor?

- Terá a Direcção Regional de Educação auto-instituir-se em órgão legislativo regional?

- A Direcção do SPRA espera que a DRE e a SREAS, de futuro, não tomem decisões tão precipitadas. Dialoguem com os professores e decidam, tendo em conta tanto a legislação existente como a situação real de vivência das nossas escolas e das suas comunidades".

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atitudes destas, não têm nada a ver com a "paixão pela Educação", com o diálogo. De certo não tem nada, **mas mesmo nada a ver**, com "As pessoas primeiro"!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente a situação que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca acaba de descrever foi e é tal qual como ele disse, mas é necessário fazer algumas correcções ou, pelo menos, alguns enquadramentos.

Desde logo, o primeiro é que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, através da Direcção Regional da Educação, cometeu um erro ao mandar para as escolas um ofício/circular que nunca devia ter existido.

Também é verdade que 24 horas depois, a Direcção Regional da Educação estava a recolher o dito ofício, ou seja, veio dizer que ele não tinha qualquer validade.

Cometeu-se um erro e imediatamente corrigiu-se o mesmo. E essa é uma situação que é minha obrigação e meu dever realçar.

Estou de acordo que nunca se devia ter cometido o erro. E aqui é também a minha censura, no sentido de que não havia necessidade de se ter tomado uma atitude destas.

Outro aspecto não menos relevante e importante, e que esta Casa também tem a obrigação de saber, é que efectivamente de alguns anos a esta parte, após o período

de interrupção das actividades lectivas do Natal e da Páscoa, largas centenas de docentes desta Região faltam sistematicamente.

Estou perfeitamente de acordo que muitas das situações são realmente por doença. Infelizmente, no Verão transacto passei eu por uma situação dessas. Infelizmente, há situações que são absolutamente de doença, são de internamentos e muitos dos açorianos - eu refiro-me aos residentes - deslocam-se, sobretudo ao continente, nesses períodos para fazerem esses exames, análises, tratamentos, situações que às vezes não é possível terem resolução na nossa Região.

Por outro lado, também há - infelizmente - um número elevado de crianças e jovens que ficam sem aulas naquele período, exactamente porque alguns docentes que não têm o profissionalismo que julgo deveriam ter.

É por isso que este Governo está a preparar um diploma que virá a esta Casa, sobre a adaptação do estatuto da carreira docente na Região, no qual num dos seus artigos, determinará que irão ser criados incentivos para a fixação e estabilidade do corpo docente na Região.

Essa medida terá de, forçosamente, contribuir para que situações destas não se verifiquem com a frequência que se verificaram nos últimos tempos.

Temos situações que são bastante complicadas e devem ser resolvidas.

Não tenho dúvidas de que o caminho não seria este que deveria ter sido seguido.

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou os seus 3 minutos.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

O caminho deve ser o da informação, deve ser o do incentivo, para que as pessoas possam ter condições para, nas diferentes ilhas, trabalharem, desde que tenham condições de acesso à saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, até porque já levantei publicamente dúvidas sobre esta matéria, quer no que diz respeito aos já aqui referidos ofícios/circular quer sobre a questão do absentismo pós-período de férias, por parte dos professores e que às vezes também se regista a nível de alguns alunos.

Importa, em primeiro lugar, dizer que há ainda, neste momento, e até algumas horas atrás, escolas que não tinham sido informadas da retirada de circulação do primeiro ofício.

Estou em condições de provar justamente isso, porque ontem, por volta das 19,30 horas, o conselho pedagógico de uma determinada escola, bem como o conselho directivo da mesma, foram informados deste segundo ofício por uma senhora professora.

Em relação ao absentismo, parece-me importante que se faça uma reflexão nesta Região, a qual eu próprio já a fiz muitas vezes, sobre o tipo de incentivos dados e a quem se dá, para possibilitar a fixação de docentes nalgumas escolas que se deparam, e se depararam mais no passado recente, com o drama de não terem professores com habilitação própria e com qualificação.

Muitas vezes - e não me repugna nada fazer esta reflexão - temos dados apoios e condições a pessoas que se calhar não os merecem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para alargar um pouco mais esta profunda preocupação com a propagação de atitudes deste tipo que, aos poucos, se vão instalando e alargando a outros departamentos do Governo. E lá vem à baila os ofícios.

É através de ofícios que o Governo normalmente comunica com as pessoas e as instituições e esta atitude de falta de diálogo, de prepotência, de ameaça velada, alarga-se a outras situações.

Tenho em mente, como Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e no meu lidar diário com os presidentes das juntas de freguesia, a sua grave preocupação, aliás já expressa nomeadamente na comunicação social, com o teor de um ofício de 1 de Abril de 1998, emanado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, sobre matéria importantíssima e que é a celebração de protocolos de colaboração na recuperação de habitação degradada.

Aqui, para além da situação altamente posta em causa por autarcas socialistas e sociais-democratas, de se querer espartilhar o apoio a 150 contos por habitação degradada, algo que foi - e muito bem - dito que se nalguns casos será mais do que suficiente, nem sequer será necessário tanto dinheiro, noutros não é de forma alguma aquilo que é necessário. Mas mais grave do que isso - e isso é já por si só suficientemente preocupante - é a forma como o ofício termina, se bem que nesta matéria, Sua Exa. o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos utiliza uma arte diferente no expressar estas ideias, quer dizer, fá-lo de uma forma mais burilada. Mas a ameaça velada está lá e traduz-se simplesmente no seu ponto 6:

"O não cumprimento do quesito anterior" - que é o envio de mapa com todos os apoios detalhados - "levará a SRHE a ponderar a celebração de futuros protocolos".

Não havia necessidade, Sr. Secretário!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para participar neste debate, porque julgo que ele não pode ter apenas o tratamento que lhe está a ser dado.

É que este ofício/circular segue-se a um conjunto de outros ofícios, de outras atitudes tomadas por este Governo e que depois são consideradas como as "gafes", como a "exceção"!

Isto não é verdade!

Infelizmente, o que se vai verificando é que atitudes como esta que aqui acabou de ser denunciada, são a regra deste Governo. E é isto que é importante aqui realçar.

Eu tenho que dizer, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que quando tive conhecimento desta situação, só acreditei nela, porque a pessoa que me contou é da minha total confiança, mas devo dizer que fiquei delirante! Não delirante por ver um membro do Governo desta Região tomar atitudes destas, porque aí fiquei foi triste, muito preocupado. E como professor e como pai, também me preocupam estas situações. Mas eu fiquei delirante, porque tinha passado justamente uma semana após o debate gerado nesta Casa, em que tinha sido quente a discussão que levou à

aprovação de uma proposta de resolução que precisamente criticava a atitude deste mesmo Sr. Secretário!

Atitudes de falta de diálogo para com a sociedade, para com os alunos, para com os professores, para com os partidos políticos!

E mais: é que nesse debate, o Sr. Deputado do Partido Socialista Francisco Sousa, que defendia - e permita-me que utilize o termo - de "meio coração e de meia cabeça" o seu grupo parlamentar e o Governo, numa resposta à minha intervenção na qual sugeri que o Sr. Secretário impusesse determinada coisa, veio dizer que isso de impor era uma situação a que não estava habituado, que não se deve impor nada. E eu admito até que na altura, a palavra "imposição" que utilizei não tivesse sido a mais adequada, mas foi uma força de expressão, quando devia ter dito "decisão".

Ora bem, o que parece é que o Sr. Secretário Regional ouviu a palavra **imposição** e que o Sr. Deputado Francisco Sousa não gostou. E então toca de arranjar uma maneira de impor aos professores e aos conselhos directivos.

Deputados Jorge Valadão e António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É preciso que isto fique aqui claramente denunciado e esclarecido, porque são situações que se vão verificando permanentemente na nossa Região.

Mas há ainda outra situação mais grave do que esta e que quero aqui deixar patente.

Eu não conheço pessoalmente a pessoa que assinou este ofício/circular, mas apenas de nome. E as impressões e as referências que tenho a seu respeito - a Dra. Fátima Faria - são todas elas positivas, quer nos anteriores governos como neste.

Portanto, assiste-me o direito de saber qual, ou quais as razões, que terão levado uma pessoa de formação jurídica, com larga experiência e com reconhecido valor nos conselhos directivos, a tomar esta atitude!

É evidente que isto é de carácter subjectivo, mas assiste-me o direito de saber qual a razão, porque tenho que dizer que não sei se uma jurista com a categoria da Dra. Fátima Faria, terá assinado estes ofícios de livre vontade!

Muito obrigado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): São os tais juristas que estão autorizados pelo Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente o período de antes da ordem do dia tem esta vantagem, isto é, às tantas entramos aqui com várias questões cruzadas.

Há uma que eu não posso deixar de falar sobre ela e que foi citada pelo ilustre companheiro Deputado Aurélio da Fonseca e que se refere ao protocolo assinado entre a Secretaria da Habitação e Equipamentos e algumas juntas de freguesia.

Srs. Deputados: Nunca é demais citar nesta Assembleia, uma afirmação de um alto responsável do meu partido que dizia o seguinte: "ferro e cimento nas mãos dos presidentes de algumas juntas de freguesia, é como droga nas mãos de traficantes!"

(Risos da bancada do Governo)

Isto tem que ser objecto de reflexão.

Desde já, gostaria de dizer que o Partido Popular apoia claramente todas as acções, todas as diligências feitas por este Governo e por esta Assembleia, no sentido de controlar o que se está passando ao nível do Poder Local, nomeadamente a nível das juntas de freguesia.

Estivemos ainda há pouco aqui a saudar o 25 de Abril.

Eu peço que esta Assembleia reflecta sobre o que se passa em muitas autarquias desta Região e que se esqueçam que os presidentes das juntas de freguesia são do PSD e do PS, porque se assim for, os senhores estão a suportar autênticos "lobbies", autênticas máfias que estão instaladas nas nossas freguesias.

Eu vou dar vários exemplos.

Ainda esta semana, numa assembleia de freguesia do Faial - eu não vou dizer a que partido pertence, porque já imaginam que é ou do PSD ou do PS! - um membro da assembleia de freguesia solicitou uma informação sobre os apoios concedidos ao abrigo do programa habitação degradada na respectiva freguesia, lista essa que - e muito bem - é enviada às Obras Públicas, e o Presidente dessa junta, com o apoio irreflectido e incondicional dos seus elementos da maioria da assembleia de freguesia, pura e simplesmente negou-se a dar essa informação ao autarca eleito para

membro da assembleia de freguesia. E responde que "esses elementos já foram fornecidos às Obras Públicas".

Uma vez que está aqui o Sr. Secretário da Habitação, eu pergunto se alguém é capaz de pôr mão nisto?!

Porque, Srs. Deputados, como é que um órgão pode funcionar, se há um elemento na assembleia de freguesia que recebe uma resposta destas?!

Imaginem os Srs. Deputados o que seria nós aqui pedirmos uma informação ao Governo e ele responder "não, eu já enviei isso para o Governo da República"!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A gravidade da situação é tal, que os "mafiosos" das freguesias - não sei se é a maioria, se são 5%, 1% ou 10%, mas enquanto houver um tem que ser combatido! - esses "cavalheiros" já descobriram que comprar votos e "dar jeitos" aos amigos com ferro e com cimento já não dá, porque eles levam as camionetas junto das casas dos paroquianos, com sacas de cimento. E as pessoas até já dizem "pelo amor de Deus, não me tragas mais cimento!", porque as casas já estão cimentadas até à rua do porco! E eles dizem "cimento não", "ferro? Oh senhor para que é que eu quero ferro?!".

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Já acabo, Sr. Presidente.

E vou dar a nova: é que eles agora já descobriram que distribuindo tinta, toda a gente aceita. Eu até aceito!

(Risos da Câmara)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Popular termina por aqui, mas muito mais teríamos para dizer sobre isto. Acho que é importante, e nós exigimos ao Governo, que tome medidas mais amplas do que aquelas que eventualmente já foram tomadas, no que toca à distribuição de materiais. E exigimos à Secretaria da Habitação que, perante denúncias, de facto actue, sejam juntas do PS ou do PSD, pois ambos precisam de ser fiscalizados e moralizados, sob pena de não ter eficácia estarmos aqui a fazer louvas ao 25 de Abril, porque ele não se aplica a muitas das juntas e assembleias de freguesia dos Açores!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda bem que este assunto vem aqui à colação, porque a preocupação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, face à história dos protocolos estabelecidos mais a partir de 95 e face até a algumas observações feitas pela comissão política do PP o ano passado no Pico, nós estudámos um novo tipo de protocolo para este ano, no sentido de permitir uma melhor fiscalização. E a nossa preocupação foi a de alargar à assembleia de freguesia o número, o nome e o montante dos apoios atribuídos.

Pensamos que este protocolo melhora a forma de fiscalização através da assembleia de freguesia, onde estão representados todos os partidos e naturalmente estamos de acordo com o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, porque a carta que escrevemos e o protocolo que enviámos não têm nada de coercivo.

O que se diz, tal como já se dizia nos protocolos do anterior governo regional - e isso tem todo o sentido - é que o não cumprimento de todos os quesitos que estão no protocolo, levará a ponderar a celebração de futuros protocolos. E, portanto, isto faz parte da gestão dos dinheiros públicos e não há nenhuma razão para esses apoios não serem cumpridos, no âmbito do protocolo que os estabeleceu.

Por outro lado, gostaria de ler ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e já que falamos muito em ofícios nesta Casa, duas coisas que aqui estão escritas: "A Comissão Política do Partido Popular da Ilha do Pico vem por este meio felicitar o Secretário Regional por algumas medidas que implementou relativamente às denúncias públicas que foram feitas e exigidas por esta Comissão Política na sua conferência de imprensa de 5/09/97.

Os futuros protocolos a celebrar com as juntas de freguesia, sendo fornecidos os mapas à assembleia de freguesia na apreciação de todo o seu conteúdo, contribuirá fortemente pelo bem servir, bem gerir e bem aplicar ao fomento de uma melhor administração aberta e transparente, marginalizando assim alguns compadrios que, desde há muito, têm enriquecido à custa do "zé povinho".

Portanto, já que falamos em ofícios, queria deixar esta nota aqui que vem ao encontro do que disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

E, "como não há bela sem senão", gostaria também de dizer que o Governo Regional não faz, pelo contrário, este tipo de ofícios que eu agora passo a ler: "Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que o seu processo de apoio ao programa de construção de casa própria, foi concluído e nesta data por mim despachado favoravelmente. E, independentemente do valor atribuído que será comunicado pelos nossos serviços, o facto de V. Exa. poder beneficiar deste apoio, deve-se às medidas de política de habitação postas em prática pelo Governo da Região.

Congratulo-me com o facto de V. Ex^a. ter sido abrangido por este programa de apoio à habitação e associo-me à satisfação, pequena ou grande, que certamente sempre se sente em momentos como este".

Ofícios destes nós não fazemos...

Deputado João Cunha (PSD): Mas deviam!

O Orador: ...porque isto é um aproveitamento daquilo que é um direito dos cidadãos e que não tem que ser chamado à atenção de que cá está a benesse do Governo Regional.

A nossa questão em matéria de habitação, resume-se em aumentar a clareza de procedimentos. E este protocolo que foi estabelecido este ano, tem exactamente essa preocupação, alargando a fiscalização às assembleias de freguesia, onde estão representados todos os partidos políticos e que têm possibilidade de saber a quem é que foi dado, quanto é que foi dado e com que critérios é que isso foi atribuído.

Por isso, nós não entendemos, independentemente das satisfações, sejam do PS sejam do PSD, por parte dos presidentes de junta, que não se deva tomar esta medida. E ela vai ser tomada e todos aqueles que compreendem a justiça da aplicação dos dinheiros públicos, já começaram a responder-nos, porque eles entendem que o problema da habitação degradada pode ser melhor resolvido a contento de todos, tendo consciência de que a clareza de procedimentos defende a Administração Regional e também cada autarquia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu julgo que o que é grave não é o controlar-se cada vez mais de perto e com meios mais eficazes a aplicação dos dinheiros públicos, pois foi por isso que nós sempre nos batemos e também aí não posso deixar de expressar aqui que não concordo com a rotulação genérica feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sobre a existência de "máfias" nas freguesias, na medida em que todos nós sabemos que a esmagadora maioria dos nossos autarcas é gente séria, empenhada, que dá o seu melhor, que se sacrifica e aos seus, bem como à sua família. E como qualquer outra classe, ou quaisquer outras entidades com responsabilidades, também actuarão mais ou menos de acordo com os figurinos da ética, mas na sua esmagadora maioria não se enquadram nesta rotulação.

O que eu não queria deixar aqui de frisar, prende-se com o não estar a ter-se em conta aquilo que é um princípio geral, aceite um pouco por toda a parte na Comunidade Europeia, que vai tendo cada vez mais necessidade de ser posto em prática por todos nós e que é o princípio da subsidiariedade e que leva a que haja, a partir de uma coisa que se chama confiança, mais centralização e mais o passar, para quem está mais perto das populações, de determinadas competências e meios para melhor aplicar e para melhor defender os interesses dessas populações.

Eu penso que ferro, cimento, tintas, devidamente controlados, com os mapas que o Sr. Secretário mandou - que dantes também existiam, embora com um ou outro molde ou exigência diferentes - são fundamentais e tornam perfeitamente exequível o controlo que se faz dessa descentralização em prol de uma actuação mais próxima das pessoas.

Se fosse a si, preocupar-me-ia com um fenómeno que se está passando, e de que a comunicação social, na Ilha Terceira, disso já fez eco, isto é, é maior o número dos autarcas socialistas - também há sociais-democratas - que se queixam contra este estado de coisas. E aqueles que o fazem, são pessoas que são conhecidas de todos nós, que merecem o maior respeito, são autarcas de longa data que muito têm feito pelas suas populações, como também os temos nas nossas hostes e que são claros, porque vêm para os jornais dizer - com o devido respeito pelo Sr. Secretário e pelos

seus técnicos - que os senhores façam o que têm a fazer nesta área, pois não estão dispostos a ser "mandaretos", não estão dispostos a ser "moços de recados", não estão dispostos a ser "utilizados" desta maneira.

Portanto, eu acho que isto é preocupante e isto não tem nada a ver com o mais local, mais poder, que foi o lema central do XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Tem muito a ver, sim, com atitudes que são apanágio, infelizmente, de muitos autarcas vossos, como por exemplo o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que, à revelia daquilo que o Sr. Presidente da ANMP disse no encerramento do Congresso, no sentido de que era preciso ter em atenção, apoiar e dar os devidos meios às assembleias municipais, como garantes da democracia do Poder Local, Perante isto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Dr. Sérgio Ávila, a primeira coisa que fez assim que tomou posse da Câmara, foi retirar à Assembleia Municipal o único gabinete que tinha de trabalho.

Isto é sintomático e atesta bem a forma como os senhores tratam estas coisas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas palavras apenas, porque a bancada do Partido Socialista não podia deixar passar em claro algumas afirmações aqui produzidas.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Com todo o respeito e admiração que V. Exa. me merece, eu creio que terá sido infeliz na forma como se dirigiu aqui aos autarcas das freguesias.

Eu percebo aquilo que disse e note-se que estamos de acordo com o fundamento que o levou a dizer isso, porém, penso que V. Ex^a. generalizou excessivamente.

E quando se fala em **máfia**, Sr. Deputado, essa generalização agrava-se, em nossa opinião.

Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu creio que houve aqui um excesso manifesto, quando V. Exa. se refere aos autarcas das freguesias como **máfia**, ou houve pelo menos pouco cuidado nessa sua intervenção.

Sr. Deputado:

Eu conheço muitos autarcas, presidentes de junta de freguesia, gente séria, gente que se dedica à população da sua freguesia como eu não me dedicaria!

Gente que todos os dias está na sede da junta de freguesia, gente que ganha uma **miséria**, gente que se confronta diariamente com a pobreza, o mal estar, a degradação de casas, com dificuldades enormes!

Gente que acaba por sofrer tanto como aqueles que protegem!

Essa gente merece que eu me levante aqui hoje e lhes diga que há irregularidades, pode até haver alguns que actuem pior, mas **máfia** nunca, Sr. Deputado!

Há gente que tem contas enormes dos telefones das suas casas e que os seus automóveis estão gastos de andar com pessoas da sua freguesia, para tratar de problemas a elas inerentes.

Há gente que deve ser mal compreendida que anda de porta em porta, a bater na Câmara Municipal, nas Obras Públicas, nos Secretários Regionais, para resolver o problema de um cidadão!

Essa gente merece que nós aqui lhes prestemos uma homenagem, Sr. Deputado, e não generalizar da forma - penso eu infeliz - como V. Exa. generalizou.

Repito: compreendo aquilo que pretendia dizer, estou de acordo com o fundamental de algumas dessas coisas, mas é muito perigoso que esta Assembleia Regional ouça e não proteste, pela forma como isso foi feito!

O Grupo Parlamentar do PS tinha que fazer este esclarecimento aqui e agora.

Nós, por causa também do 25 de Abril, homenageámos os autarcas, porque são eles que estão mais perto das pessoas, que ganham miseravelmente uns patacos, que até por vezes pagam mais IRS por isso, porque isso aumenta o seu escalão.

Portanto, Sr. Deputado, é preciso muito cuidado, porque essa gente merece da nossa parte o maior respeito e consideração.

Muito obrigado.

Voices das bancadas do PS e PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É apenas para dar mais algum esclarecimento ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, porque este é verdadeiramente o tipo de descentralização, só que esta não tem nada a ver com mecanismos de fiscalização que todos devem acatar, pois eles são normais na administração pública. Ou seja, o Governo Regional é fiscalizado aqui nas suas contas, tal como as assembleias de freguesia fiscalizam também a actividade das juntas de freguesia. Portanto, penso que não há qualquer dramatismo sobre isso.

Pode haver mais ou menos concordância com os 150 mil escudos, mas deixe-me que lhe diga que, a partir daí, qualquer intervenção pode ser submetida a um processo mais vasto para o qual as juntas de freguesia não têm capacidade técnica, em termos de fazer projectos que têm a ver com a habitação degradada e com o programa que está em vigor.

De resto, queria também dizer-lhe que o apoio deste Governo às autarquias, é extremamente elevado.

Senão vejamos: só no âmbito dos acordos com o INH e com as autarquias com quem já celebrámos acordos, temos compromissos na ordem dos 5 milhões de contos.

Saibam as autarquias açorianas, como eu já tenho afirmado, aproveitar o investimento que está cativo tanto no INH como na Região, para terem uma taxa de execução compatível com o número de fogos a que elas se comprometeram no âmbito dos programas de realojamento.

Portanto, a nossa preocupação é de descentralização e mais do que isso, é de financiamento e de aceleração desses programas que estavam encravados desde 1995, como aliás o Sr. Deputado deve saber, e que nesta altura correspondem a um investimento muito importante para a nossa Região, porque essa participação, como deve calcular, é feita a 50% pelo Governo da Região e os outros 50% pelo INH.

Por isso, a nossa preocupação é que realmente as autarquias colaborem, fundamentalmente em termos de garantir também, face ao investimento nacional que está disponível, um suplemento em relação ao investimento da RAA, porque só assim é que somos mais e com mais dinheiro para acudir a um problema que é grave e que,

em matéria de habitação, todos estamos de acordo de que é preciso fazer um esforço, aos vários níveis da Administração, na nossa Região, para que se debele variados problemas de habitabilidade nos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ilustre colega Deputado Fernando Menezes:

Eu fiz o discurso da coragem. O Sr. fez o discurso da demagogia.

E a prova é que o Sr. Deputado foi aplaudido por toda a Câmara, ou, pelo menos, por uma parte significativa.

O Sr. Deputado fez o discurso politicamente correcto.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que não podia partir nem de mim, nem desta bancada, qualquer tipo de desrespeito generalizado ou qualquer menor consideração para com os autarcas sérios desta Região e que é a maioria dos autarcas.

Eu faço um discurso igual ao seu, aliás qualquer um dos 52 deputados desta Assembleia o faz. Para isso não valia a pena vir cá, tanto é que o Sr. não o fez antes.

No entanto, com esse tipo de discurso e com esse tipo de comportamento, está-se a dar guarida aos autarcas corruptos desta Região.

Portanto, é preciso ter coragem de pôr aqui esse problema. E o Governo teve um pouco essa coragem. Por isso, eu gostaria de ver o Grupo Parlamentar do PS a defender a política do Governo, porque está a ser atacado por uma determinada visão que o PSD põe nesta Assembleia, com a qual nós não concordamos, ou seja, é uma visão que visa pôr cobro a uma situação grave que existe na utilização de dinheiros públicos na Região Autónoma dos Açores.

Os senhores sabem melhor do que eu - porque têm mais gente no terreno - sobre o que se passa em determinados órgãos de freguesia e o que é feito por determinadas pessoas. E são essas que eu digo, e repito, funcionam como autênticas máfias!

Quando uma junta de freguesia, no sábado antes das eleições percorre a localidade de porta em porta, no dia que é reservado à meditação... vai dizer o quê?!

E na semana seguinte percorre a freguesia a distribuir cabazes de natal... é a "Conferência de S. Vicente de Paulo", ou é a junta de freguesia?!

Quem é que dá dinheiro para isso?!

E quando numa assembleia de freguesia um autarca pergunta: "- Quantos cabazes os senhores distribuíram"?

E recebe como resposta: " - ah a gente não se lembra bem quanto é que isto custou", ou " - bom... isto era uns dinheiros que restaram e que vieram do Governo e da Câmara"!

E houve um outro que perguntou: " - onde é que os senhores compraram esses produtos"? E o Presidente da Junta respondeu: " - Eu comprei-os na minha mercearia"!

Sr. Secretário Adjunto:

Julgo que vamos ter que falar sobre isto.

Levante um inquérito, se é homem!

Posso dizer-lhe o nome da assembleia de freguesia onde isto se passou.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Diga então!

O Orador: Acha que é preferível dizer se ela é do PS ou do PSD, ou acha que é preferível que eu diga o nome dela?!

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Diga o nome dela!

O Orador: Altares!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca começou por falar em Educação e estamos a falar de um assunto que é dos mais sensíveis e que sempre tem provocado aqui acalorada discussão e com razão, porque eu penso que todos concordam que há, de facto, irregularidades graves neste sector.

Em nosso entender, isto não impede que existam pessoas a trabalhar com seriedade e empenhadamente, mas são coisas completamente distintas.

Aqueles que estão a trabalhar com seriedade e empenhadamente, ainda bem, todos nós nos congratulamos por isso, porém - e este é o nosso entendimento - sempre que

haja irregularidades e sempre que houver suspeitas disso, há que realmente aprofundar estes assuntos, há que analisar, há que inquirir.

Todos nós temos consciência de que em muitas das nossas freguesias, os mecanismos de fiscalização não funcionam.

Há assembleias de freguesia que ou não funcionam ou funcionam mal; há plenários de freguesia que nunca reúnem e, no entanto, há contas enviadas ao Tribunal de Contas, há subsídios dados pelas mais diversas entidades e às mais diversas instituições e nós, uma vez por outra, quando surge aqui o problema das irregularidades, denunciarmo-lo e até parece que muitas das vezes contentamo-nos em ficar por aí.

Eu penso que esse tem sido precisamente o grande mal desta situação, desde alguns anos a esta parte, porque, efectivamente, quando as assembleias de freguesia não funcionam, ou quando os plenários de freguesia não reúnem, há mecanismos para analisar isso, há mecanismos para actuar e autuar. E é aqui que tem havido o grande problema e a grande deficiência, porque na realidade, são situações que - em nosso entender - têm que ser apuradas e é fundamental que o Governo Regional saiba com toda a clareza onde é que há assembleias de freguesia que não reúnem, onde é que há plenários de freguesia que não se juntam. E todos nós sabemos que a legislação tem que ser cumprida.

Eu penso que seria fundamental que daqui a 1 ou 2 meses o Governo Regional pudesse esclarecer-nos aqui, neste mês de Abril, quais foram as assembleias de freguesia e os plenários de freguesia que não aprovaram as contas do ano passado?

É isto o mais importante e aí sim, onde isso não tiver acontecido efectivamente, há que aprofundar, porque aqueles que estão a trabalhar com seriedade, querem que as assembleias de freguesia reúnem; aqueles que estão a trabalhar com seriedade e com clareza, querem que os plenários de freguesia reúnem e apresentem as suas contas, ao invés de receberem a sonegação de informações, tal como afirmou aqui o Deputado Alvarino Pinheiro.

Se todos nós queremos que se implemente seriedade nestes processos, há também que trabalhar com clareza. E todos nós temos responsabilidades nessas matérias.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, não posso deixar de também prestar a minha homenagem a todos os autarcas desta Região, ou seja, àqueles que realmente trabalham em prol das comunidades que servem. E há os que servem essas comunidades com toda a abnegação, com todo o cuidado e com todo o carinho.

Também sei, por outro lado, que existem aqueles que merecem menos confiança. E esses nós repudiamos as suas respectivas acções que são menos claras e menos favoráveis para o povo que eles servem.

Porém, muitas das vezes os autarcas que trabalham com clareza e com dignidade, são vítimas de muita gente. Inclusivamente, são vítimas até das acções daqueles que têm alguma habilidade para os atropelar na sua acção.

São muitos os que têm habilidade para atropelar as acções dos dignos autarcas.

Falou-se aqui em ofícios, bem como de habilidade. E eu devo dizer que isto é como no futebol: uns têm mais do que outros, ou seja, uns têm mais habilidade para redigir ofícios, outros têm menos; uns até utilizam alguma tática de, em "timings" certos, redigirem esses ofícios.

Eu quero aqui relembrar uma situação da qual tive conhecimento há pouco mais de 1 mês e que ocorreu na Graciosa: há pessoas que não têm possibilidade de, com dinheiros próprios, executarem as obras no âmbito do programa da habitação degradada, por isso socorrem-se dos subsídios que também a Secretaria Regional da Habitação atribui.

Muitas das vezes esses requerimentos são despachados favoravelmente, outras vezes não o são, mas àqueles que normalmente é despachada uma verba para fazer face à mão-de-obra, é-lhes logo comunicado pela Secretaria da tutela, através de algumas delegações das diversas ilhas, que essas pessoas vão receber - e aqui é que está a tal "habilidade" - um averba através da junta de freguesia. Ou seja, induz-se o requerente no erro de que essa verba muitas das vezes já está ao dispor da própria junta de freguesia, quando isso não é verdade!

O que acontece é que essas verbas só chegam algum tempo depois à posse da junta de freguesia, isto é, decorridos 1, 2 e às vezes 3 meses e os requerentes, com toda a preocupação, perseguem os autarcas, no sentido de obterem esse dinheiro a que têm direito.

Isso não se deve fazer, mas sim comunicar ao requerente exactamente quando é que se envia para a junta de freguesia essa verba, porque se assim não for, o que acontece é que muitos dos paroquianos revoltam-se contra os autarcas que têm!

Esta é uma habilidade que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos possui e que eu denuncio aqui com toda a veemência!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Isso não é bem assim, Sr. Deputado!

Deputado João Cunha (PSD): Isto é verdade!

E se tem dúvidas eu trago-lhe aqui os documentos na próxima sessão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para lançar um repto, na sequência do repto lançado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, ao Srs. Secretários Adjunto da Presidência e da Habitação, para também nesta procura e neste combate às situações menos transparentes e menos claras, e ainda com referências às eleições autárquicas, concretamente ao Concelho de Angra do Heroísmo, para que se debrucem igualmente sobre uma situação que ultrapassa a junta que não tem nada a ver com isso, mas sim com departamentos do Governo e com o facto de, em plena campanha, até mesmo às vésperas, ter estado um funcionário da Delegação local das Obras Públicas a apoiar uma junta de freguesia neste tipo de trabalhos e levantamentos.

Nós cruzámo-nos com ele em S. Mateus, a fazer medições com uma camioneta com blocos, areia, cimento e tintas, e perante a pergunta sobre o que é que estava ali a fazer, o funcionário em questão, atrapalhadamente, respondeu "oh senhor eu não tenho culpa nenhuma, eu sou apenas um funcionário e estou destacado para dar apoio às juntas de freguesia nestes levantamentos".

E mais: são testemunhos pessoais de muita gente que passou por ele. Até a senhora que me passa a roupa a ferro lá em casa há muitos anos, e que vive noutra bairro onde muito se investiu na Terra Chã, nas vésperas de eleições disse-me:

"- Ó Sr. Dr. eu para a assembleia vou votar em si, porque o Sr. tem sido tão bom para mim e para os meus alunos, mas não vou votar para a Câmara, porque olhe o rendimento mínimo garantido e os retroactivos foram quase 400 contos e ainda ontem - e eu não pedi nada - esteve lá uma camioneta à porta para me perguntar o que é que eu queria, se era blocos, cimento, areia ou tintas.

Eu disse que queria tudo, porque o Sr. Dr. sabe que eu preciso de tudo, só que eles disseram que tudo não podia ser. Mas o Sr. Dr. sabe, a tinta eu não gostava muito da cor dela, gostava mais de outra e então pedi para eles me darem blocos e cimento e eles tiraram as medidas e deixaram lá. E agora vou ver se arranjo uma pessoa para me pôr aquilo e ficar com o quintalinho feito"!

Muito obrigado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Dr. Aurélio da Fonseca é de facto sintomática, há coisas destas que infelizmente se passam e essa por acaso teve muita graça, só que do ponto de vista político... é uma desgraça!

Respondendo ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu quando intervi foi no sentido de clarificar alguns aspectos, mas é óbvio que ninguém nesta Casa está em desacordo com aquilo que disse.

Porém, dizer que a minha intervenção foi demagógica e politicamente correcta, bem eu creio que o que terá sido politicamente incorrecto foi a generalização que o Sr. Deputado fez, bem como a imagem que poderia ficar desta Sessão Plenária em relação aos presidentes de junta e aos nossos autarcas de freguesia.

Foi essa a minha intenção e agora levantei-me simplesmente para replicar e para esclarecer que o meu propósito foi o de exactamente "separar águas" e esclarecer tudo isto, tão somente.

Muito obrigado.

Presidente: Estando encerrado este debate, vamos passar, embora já perto da hora de interrompermos os nossos trabalhos, para o **Período da Ordem do Dia**. E vamos continuar com os esclarecimentos complementares que ontem foram interrompidos, relacionados com o Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais sobre a "Actuação da Protecção Civil na Ribeira Quente".

Ficaram duas intervenções remanescentes de ontem, respeitantes ao Sr. Deputado Nuno Barata e o Sr. Deputado Victor Cruz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para intervir sobre esta questão.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Isto de pegar no assunto hoje é diferente de tê-lo feito ontem, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes.

De qualquer modo, vou fazer o ponto da situação e vou repetir algumas das palavras que serenamente ontem disse na minha intervenção inicial sobre esta matéria.

Faço política, porque gosto de fazer política.

Faço política, porque tenho convicções. Mas gosto de fazer boa política e política séria!

Estamos a cair num erro, Sr. Deputado Fernando Menezes, de fazer má política sobre um assunto que merecia melhor coisa.

O Sr. Deputado referiu que muito trabalho não significa forçosamente bom trabalho.

Tem razão, foi o Sr. que disse que tinha um grupo parlamentar heterogéneo, muito grande e que por isso não precisava de adjuntos.

Durante todo este tempo, produziu muito trabalho e muito pouco bom trabalho!

Por outro lado, vou referir novamente o **muito trabalho** que foi produzido pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, bem como o empenho e o muito trabalho que foi produzido pelo Sr. Deputado Francisco Xavier, foi **muito e bom trabalho!**

Disse também o Sr. Deputado Fernando Menezes que a Comissão tomou como certas algumas declarações do Sr. Provedor de Justiça.

Eu devo dizer-lhe que ninguém tomou por certas as declarações de ninguém. Por isso, até decidimos ouvir gente que o Sr. Provedor de Justiça não decidiu ouvir.

O Sr. Deputado é que tomou por certas algumas declarações que não são do Sr. Provedor de Justiça, nomeadamente quando refere a questão do número de freguesias, tomando por certas as afirmações do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação sobre essa questão e que são, de resto, na audição que aqui efectuámos nesta Assembleia, muito interessantes.

Diz o Sr. Presidente da Câmara que o Sr. Provedor de Justiça pôs na sua boca que a Povoação só tinha 4 freguesias.

Pois eu lembro-lhe Sr. Deputado - talvez não tenha assistido a essa audição - que o que o Sr. Presidente da Câmara disse a esta Comissão, foi exactamente aquilo que disse ao Sr. Provedor de Justiça.

O que ele disse foi que, para efeitos de protecção civil, são consideradas 4 freguesias no Concelho da Povoação, a saber, Água Retorta, Faial da Terra, Ribeira Quente e Furnas.

Foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação que disse aos Srs. Auditores da Provedoria de Justiça isto exactamente. E o Sr. Deputado tomou por certas essas declarações. Nós não e fomos saber por que é que aparecia o número de 4 em vez do número total das freguesias pertencentes a esse concelho.

Presidente: Sr. Deputado, está a esgotar o seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Hei-de voltar a este assunto mais tarde.

Depois o Sr. Deputado Fernando Menezes fez aqui uma desmontagem, utilizando uma série de argumentos, quase que se confundia e se ficava na dúvida se estava a falar o Deputado ou o Advogado Fernando Menezes. A certa altura o Sr. dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia, quase como Meretíssimo...

Foi uma verdadeira obra e exercício de advocacia. Porém, defendeu o arguido indefensável, porque defendeu quem não respeitou tão pouco esta Casa, tomando a atitude que é conhecida de todos nós e que eu escusar-me-ei de repetir aqui, pois quero poupar esta Câmara a ouvir de novo as coisas desagradáveis que foram ditas!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para reafirmar algumas coisas e questionar duas situações.

Em primeiro lugar, gostaria de reafirmar aquilo que já foi muito bem respondido pelo Deputado Francisco Xavier ontem, ou seja, ele explicou bem porque é que o PSD não fez qualquer tentativa de partidarização deste problema, recordando até as primeiras intervenções que foram feitas nesta Casa.

Em segundo lugar, queria elogiar o trabalho feito pela Comissão nesta matéria, desde logo, pelo Sr. Presidente, também muito pelo Sr. Relator e de uma maneira geral por todos.

E agora duas perguntas.

O Sr. Deputado Fernando Menezes disse ontem, como crítica a este relatório, que a Comissão preocupou-se em averiguar o que se tinha passado no dia da catástrofe. Mas não se preocupou em saber o que é se passou no dia a seguir, ou nos dias imediatos.

Eu pergunto ao Sr. Presidente da Comissão se houve alguma proposta dos deputados do Partido Socialista, no sentido de alargar o inquérito para os dias seguintes, porque das duas uma: ou isso é uma crítica bem feita, porque os deputados do Partido Socialista disseram na Comissão que o inquérito devia ser mais abrangente, ou então se não fizeram qualquer proposta deste género, o Sr. Deputado Fernando Menezes não pode criticar o relatório da Comissão. E já se vai ver se tem ou não razão nessa matéria!

A segunda pergunta é para o Sr. Deputado Fernando Menezes, para lhe perguntar, se estando tão insatisfeito com este relatório, e tão preocupado com a má imagem da Protecção Civil, se vai continuar a preocupar-se em averiguar as verdadeiras razões, averiguar aquilo que aconteceu e, portanto, queria também saber se vai propor uma comissão de inquérito?

O Partido Social Democrata não está a fazer propostas nesse sentido. Está satisfeito com o trabalho profundo e abrangente que esta Comissão fez. Agora, quem está tão insatisfeito com o âmbito da investigação e com os seus resultados, devia - em bom

rigor, para bem da verdade, da Protecção Civil e do futuro dos açorianos que dela precisam - continuar este processo, indo até a uma comissão de inquérito.

A sua resposta, bem como a resposta do Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, para mim, ditarão claramente as conclusões que eu tirei sobre essa matéria.

Nós estivemos interessados em saber o que se passou. Começámos por não partidarizar a questão e depois de concluirmos, não queremos partidarizar mais!

Os senhores fugiram, ao que parece, sempre a qualquer investigação séria sobre essa matéria.

As duas respostas, a sua e a do Sr. Presidente da Comissão, já me vão deixar mais claro e depois direi algo mais, se assim for necessário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes surpreendeu-me bastante.

O Sr. Deputado olhou para o trabalho da Comissão, neste caso para as páginas amarelas, viu o título, olhou o rosto e avaliou quase todo o trabalho pela aparência.

Aliás, isso já vem no seguimento de um estilo adoptado pelo Governo, em que se preocupa demasiado com a aparência, esquecendo-se do conteúdo.

Se o Sr. Deputado tivesse lido a página 4 das páginas amarelas, e "se for lá pelos seus dedos", vai verificar qual é o objecto do trabalho, cuja introdução diz "decidiu audições ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e Presidente da Câmara Municipal da Povoação, em virtude de haver contradições entre as conclusões do relatório do Sr. Provedor de Justiça e as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores".

É este realmente o objecto do trabalho.

V. Exa. esteve na Comissão, teve oportunidade de discutir o trabalho, mas não o fez. Esteve no seu pleno direito. Mas também não se esperava outra coisa, uma vez que já não se tinha associado ao Voto desta Assembleia relativamente às declarações, pouco dignificantes, proferidas pelo Presidente da Câmara da Povoação.

Isto, Sr. Deputado, é que é realmente um romance!

Porém, eu vou "despir" a capa de relator e vou falar como deputado eleito por S. Miguel.

Permita-me que brinque um pouco, dizendo que este relatório faz-me lembrar aquilo que se faz em S. Miguel com o livro de Stº. Cristo: a gente abre-o, escolhe uma página, aponta uma frase e dali vê-se o resto!

Foi isso que me fez lembrar, quando o Sr. Deputado escolheu do relatório duas ou três coisas e fez a sua apreciação global muito rapidamente.

Este relatório foi aberto a todos, foi transparente, antes de ser discutido. Ao contrário de outros que são arrumados e arquivados e a gente não sabe nada deles.

O relatório do Sr. Provedor é tendencioso, é ligeiro, é subjectivo, contém enormidades.

Esta Assembleia exhibe sobrançerias, no dizer do Presidente da Câmara da Povoação e a tudo isso V. Exa. diz **sim**.

A isto é que eu chamo um romance!

É ou não é necessário um centro de operações permanentes, Sr. Deputado?

Às 6 horas já se sabia que havia mortos e feridos e o helicóptero só levanta às 10 horas, os bombeiros avançam às 8,10, mas isto tudo é um romance, não vale a pena falar disso!

Os bombeiros vão para o Faial da Terra, quando deviam ter ido para a Ribeira Quente... ah isto é um romance, não vale a pena falar disto!

O Presidente da Câmara recusa, incompreensivelmente, a disponibilidade da intervenção dos Bombeiros da Ribeira Grande... isto é romance, não é preciso falar disso!

Será que houve subavaliação? Isso é tudo um romance!

Deputado João Cunha (PSD): Não precisa falar disso.

O Orador: Há uma ordem superior que impede os Bombeiros da Ribeira Grande, no âmbito do CCO, de intervirem directamente no Concelho da Povoação... não vale a pena falar disso, é um romance!

As relações de incompatibilidade que existem entre o Presidente da Câmara e os Comandantes dos Bombeiros da Ribeira Grande, da Povoação, o Presidente da Associação de Bombeiros... isto é um romance, não vale a pena falar disto!

O helicóptero vai à Povoação, em vez de apanhar a senhora hemodialisada apanha o Presidente da Câmara, vai às Furnas para tentar apanhar o Governo, antes de transportar os últimos feridos, pelas informações que nós temos... isso é um romance! Onde é que estão as prioridades?

Sr. Deputado, eu acho que S. Miguel que tem mais de metade da população desta Região, merecia mais respeito a nível do tratamento que deu a este relatório.

São 33 os mortos que a água já levou nos últimos tempos. E para não falar já no sismo de 80 e no Vulcão dos Capelinhos aqui na sua ilha.

Portanto, nós temos que ter uma perspectiva diferente em relação a estas matérias. E também deve ser exigida mais humildade, mesmo da parte do Governo, para reconhecer as falhas, porque não é vergonha nenhuma. E elas tanto podem ser deste Governo, como do anterior, mas há que reconhecê-las, há que dimensioná-las, para a gente depois termos as devidas soluções.

Presidente: Sr. Deputado, permita-me lembrar-lhe que já tem 5 minutos de esclarecimento.

O Orador: Eu já vou terminar, Sr. Presidente.

Eu só queria dizer que o relatório contém também recomendações. Ou seja, é preciso exercitar os órgãos e adaptá-los à realidade, para se poder avaliar as prioridades, elaborar os instrumentos, melhorar a rede de comunicações, clarificar a sua utilização.

Isto também está lá no relatório da Comissão.

Eu acho que havendo um esforço de todos os lados, poder-se-ia banir o oportunismo político nestas matérias, porque estas questões mais do que político-partidárias, são questões de sobrevivência do nosso povo.

Disse. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, nós já ultrapassámos em 5 minutos o tempo normal de interrupção dos nossos trabalhos para almoço. Mas, antes de tomar alguma decisão a esse respeito, porque temos a situação especial de este ser o último dia de trabalhos, eu gostaria de falar com os representantes dos grupos parlamentares e da

representação parlamentar, rapidamente junto da Mesa, senão virem qualquer inconveniente.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos e vamos completar este 1º ponto da ordem de trabalhos, interrompendo-os depois para rapidamente darmos alguma satisfação ao nosso estômago.

Vamos então continuar com os esclarecimentos e para o efeito, estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Valadão a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, por muito que custe aos diversos partidos, houve partidarização destes acontecimentos, quer por parte do PSD quer por parte do PS. E esta partidarização começa antes deste relatório e reflecte-se nele.

Eu penso que, relativamente a estas matérias, seria fundamental que se procurasse ultrapassar determinados aspectos, para se poder fazer um julgamento o mais afastado dessas questões.

Há determinados aspectos sobre os quais penso que todos temos manifestado opinião semelhante, ou seja, o facto da necessidade de melhorias a nível da Protecção Civil, da correcção de defeitos estruturais que foram agora verificados. No entanto, em nosso entender, há um aspecto que é fundamental, isto é, nestas circunstâncias eu não tenho o direito de julgar seja quem for, em função das ocorrências, em função dos processos e do que se passou em cima dos acontecimentos.

Para mim, este é o grande problema. Eu não quero julgar, mas sim analisar os factos e estou disposto a isso. Mas quero ficar por aí.

Há ainda um outro aspecto, cuja resposta estou à espera que o Governo me responda desde ontem. É que, por exemplo, o Partido Socialista diz que aguarda-se a entrega na Assembleia de legislação sobre a Protecção Civil. Mas eu entendo que o Governo Regional, aqui e durante esta discussão, terá que nos informar se já tem essa

legislação preparada, ou se está a trabalhar nela e quando é que pensa que vai poder entregá-la nesta Casa. Isso é que é fundamental para nós.

Ainda ontem num outro relatório desta mesma Comissão, disse-se que uma determinada comissão local de protecção civil parece que não funciona como devia. E eu penso que tenho o direito de saber o que é que o Governo Regional está a fazer, ou pensa fazer, para que as comissões locais de protecção civil funcionem efectivamente.

Eu penso que este plenário tem que saber todas essas questões.

Por outro lado, sabemos e foi também analisado, que a resposta à calamidade não foi aquela que todos gostariam que fosse. E é por isso, que eu gostaria de saber - e é ao Governo que compete informar - no futuro e em relação às calamidades que esperemos não aconteçam, o que é que se poderá fazer para haver uma resposta melhor, porque todos nós concordamos que o ideal é que, perante uma calamidade, haja uma resposta cada vez melhor e cada vez mais oportuna.

Por outro lado ainda, foi reconhecido, desde a última calamidade, que os dispositivos das Forças Armadas não eram o que deveriam ser. E era também importante para a nossa Região saber se, efectivamente, os dispositivos existentes, neste momento, são aqueles que nós necessitamos, ou se precisamos de outros que terão que dar outras e melhores respostas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder à questão posta pelo Sr. Deputado Victor Cruz, se houve propostas para alargar o inquérito a outras entidades, para que ele fosse mais abrangente.

Eu recordo, mais uma vez, - parece que de vez em quando a mente se nos obnubila e esquecemos aquilo que esteve em causa neste trabalho - que houve declarações do Governo Regional, designadamente do seu Presidente e do Sr. Secretário da tutela da Protecção Civil, dizendo que às primeiras horas da madrugada do dia da catástrofe da Ribeira Quente, tudo tinha corrido dentro da normalidade; que não se podia ter feito melhor com as pessoas e com os meios disponíveis.

Efectivamente, todos nós ouvimos muita comunicação social a dizer que não era assim, que tinha havido muitos atrasos, etc. e nós mantivemo-nos mudos e quedos.

Aparece o relatório do Sr. Provedor de Justiça que põe em causa as declarações do Governo e a Comissão que tem no âmbito das suas competências as questões da protecção Civil, entendeu esclarecer estas contradições.

Mas as contradições do relatório do Sr. Provedor com as do Governo Regional, diziam respeito à actuação da Protecção Civil Regional e Local do Concelho da Povoação, nas primeiras horas da catástrofe, porque curiosamente, a partir das primeiras horas, o Sr. Provedor concorda com o Governo, dizendo que as coisas começaram a correr melhor.

Portanto, aí nós não tínhamos nada que averiguar, porque o Sr. Provedor está de acordo com o Governo nesse domínio. E nós queríamos, sim, esclarecer as contradições.

Propôs o PSD na Comissão - e é bom recordar isto - ouvir o Sr. Secretário Regional da tutela: aprovado por unanimidade.

Propôs o PS ouvir o Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, o Presidente da Câmara da Povoação: aprovado por unanimidade.

Ouvimos estas duas entidades e como as declarações deles os dois, tal como aí está registado, muito falaram do CCO da Ribeira Grande, dos Bombeiros da Ribeira Grande, do Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, dos Bombeiros da Povoação e do seu Comandante, nós entendemos ouvir estas duas entidades também.

Curiosamente, a primeira atitude do Partido Socialista na Comissão, quando nós propusemos ouvir estas duas entidades, foi negativa, porque entendia o PS que isto não era uma comissão de inquérito e nem sequer devíamos ouvir estas duas entidades, mas sim devíamo-nos ficar por acolá, como aliás as conclusões propostas pelo Partido Socialista reflectem.

A maioria da comissão aprovou que se ouvisse estas duas entidades e, a partir daí, entendemos nós todos que não deveríamos ouvir mais ninguém, embora haja alguns pontos obscuros, que ficaram a mim e a alguns deputados no "goto" e que nós

gostaríamos de ver esclarecidos. Mas, de facto, na nossa perspectiva, só uma comissão de inquérito é que os poderia esclarecer.

Essa questão diz respeito, de facto, à utilização dos meios aéreos, da hemodialisada, do transporte do Governo, do Presidente da Câmara e o não transporte dos bombeiros no helicóptero.

Faltou realmente esclarecer isso, que é aquilo que nos ficou no "gotto".

Para terminar, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Eu recordo, tal como já disse o Sr. Deputado Francisco Xavier, que os senhores se recusaram na Comissão - e o Sr. Deputado estava lá presente - a discutir esta apreciação global. E o Sr. quis vir aqui criticá-la.

O Sr. Deputado quer discutir a apreciação global aqui no plenário?!

Desafio-o, com o acordo do Sr. Presidente e desta Assembleia, a discutir isso aqui, ponto por ponto, a partir do número 70 e não sei quantos até ao 80!

Se quer, vamos a isso!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para esclarecimentos que é o regime em que estamos.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acaba de me ser feito um desafio e eu não tenho qualquer receio dele.

Se é para discutirmos isto a fundo, vamos a isso!

Pela nossa parte, existe total disponibilidade. E posso informá-lo também que pela parte do Governo Regional dos Açores há total disponibilidade.

Queria começar por referir que a apreciação que eu fiz foi feita com muito cuidado.

Eu limitei-me a encontrar neste relatório algumas contradições evidentes que fui verificando, à medida que o ia percorrendo.

Tal como o Sr. Deputado Francisco Xavier disse, isto são, de facto, as páginas amarelas, mas elas são uma coisa coerente. A gente "calçado, letra C" vai lá e encontra o que quer. "Sapatarias, letra S" e vai lá ter.

Portanto, isso tem lógica e tem coerência. Só que eu nestas páginas amarelas não encontro essa lógica e coerência.

Foi exactamente isso que eu tentei explicar nesta Câmara, dando alguns exemplos, porque nós quando fazemos afirmações temos que exemplificá-las.

Eu dei exemplos de falta de rigor e de clareza.

Do ponto de vista do PS, não há qualquer problema em relação a esta matéria, pois nós já sabemos que houve insuficiências, aliás isso está reconhecido por toda a gente e por isso é que vai tomar medidas tendentes a uma melhoria de todo esse processo. Agora, eu penso que os senhores não gostam de exemplos. E cá vai mais um: página 42 - "Bombeiros da Ribeira Grande não foram, porque as estradas estavam obstruídas".

Depois mais abaixo, diz-se: "Por esta análise não se clarifica se afinal os Bombeiros da Ribeira Grande não partiram para a Ribeira Quente, apenas porque as estradas estavam interrompidas".

Quer dizer, nós depois passamos duas linhas à frente, e vemos que há uma afirmação do Sr. Presidente que confere com esta - página 44 - portanto, o que constituiu problema e os verdadeiros motivos pela clareza e evidência dos factos foram outros e não a obstrução das estradas.

E depois duas páginas à frente, o Comandante dos Bombeiros diz que tinham que ir no helicóptero, "pois era o único meio de transporte que poderiam utilizar, por causa da obstrução das estradas".

Eu realmente não percebo nada disto. Será que estavam obstruídas, ou não estavam?!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Não percebe mesmo!

O Orador: Não percebo nada disto!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Está provado que não percebeu mesmo, porque já no dia em que estive na Comissão também não percebo nada!

O Orador: Depois, reparem nesta frase interessantíssima e que é o ponto 83 que diz o seguinte: "Na opinião do Sr. Secretário, o transporte do Governo para a Ribeira Quente foi feito após a evacuação dos feridos estar consumada" - ou seja, **na opinião do Sr. Secretário**, o transporte do Governo foi feito antes ou depois do transporte dos feridos?

Palavra de honra, parece-me que isto também não está muito certo!

E quanto ao que eu referi ontem, está nessa mesma página, isto é, "numa análise mais cuidada, podemos ajuizar que afinal o transporte do Governo Regional, não ocorreu antes da evacuação dos feridos, por esta estar totalmente consumada, apenas por mero acaso".

Apenas por mero acaso?! Isto é grave, meus senhores!

Não foi por mero acaso!

O Governo Regional dos Açores não embarcou em nenhum helicóptero, antes do problema dos feridos estar resolvido.

Nós não podemos concordar com isto, Srs. Deputados!

Vozes da bancada do PSD: Não o encontraram!

O Orador: Mas quem é que disse que não encontraram?!

Onde é que está a prova disso?!

Pelo amor de Deus, Srs. Deputados, é muito grave dizer uma coisa destas!

Para mais, estavam os jornalistas presentes e quem ouviu o rádio sabe que o Sr. Presidente do Governo e os outros membros não embarcaram por mero acaso, mas foi porque não quiseram, foi porque acharam que não era correcto!

Esta é que é a verdade, só que os senhores põem estas coisas aqui e depois querem que nós concordemos com elas.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

E depois dizem "podemos ajuizar"!

E agora virem a página: "Porém, não se podendo ser conclusivo nesta matéria". E no parágrafo seguinte diz-se: "A análise crítica e conclusiva é descoordenação", etc. Ou seja, antes não se podia ser conclusivo e conclui-se?!

É sobre estas coisas, como o método, sobre a falta de rigor que eu me pronunciei ontem, mais nada.

Relativamente à substância, a vossa preocupação é a nossa preocupação, só que isto são falhas que não favorecem nada a clarificação.

Por isso é que eu disse, e repito, que houve muito trabalho, mas não houve - em nossa opinião - bom trabalho, mais nada.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos(*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou cingir-me às questões postas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, uma vez que a outra matéria que consta do relatório já está em discussão no seio dos Srs. Deputados. De facto, as questões que o Sr. Deputado do PCP levantou, em termos da construção e de uma cultura de protecção civil que nós todos estamos de acordo que é importante implementar nos Açores, têm maior oportunidade, até política, nesta altura, do que a pretexto de outras motivações.

Assim sendo, queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que efectivamente os diplomas que nós vamos apresentar a esta Casa estão prontos e a proposta respeitante a dois decretos legislativos regionais vai ser apresentada num dos próximos Conselhos do Governo, para depois seguir o seu curso normal até chegar a esta Casa. Em relação àquilo que nós temos procurado fazer no âmbito do incentivo à criação das Comissões Locais de Protecção Civil, quer o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil quer alguns dos dirigentes que o acompanham em termos das funções mais directivas deste serviço, têm viajado por toda esta Região - ainda ontem vimos num órgão de informação uma dessas reuniões - com vista a atingir dois objectivos, sendo que o primeiro corresponde à aceleração da construção dos planos municipais de emergência, e o outro diz respeito, naturalmente, ao estabelecimento das Comissões Locais de Protecção Civil.

O nosso entendimento é de que a sensibilidade dos autarcas é maior nesta altura, já temos mesmo o plano municipal de emergência de St^a. Cruz da Graciosa pronto, o qual vai ser submetido a homologação, o plano municipal de emergência de Vila do Porto está na última fase e há outras Câmaras Municipais que já têm os seus planos municipais de emergência num estado muito adiantado.

Isso para nós, e até para a Região Autónoma dos Açores, é motivo de satisfação, uma vez que nós sabemos, até pela comunicação de uma acção de sensibilização feita em Vila do Porto há pouco tempo, que a nível nacional essa percentagem de planos municipais de emergência já nesta altura é semelhante à que existe nos Açores. E nós, com mais uma ou duas Câmaras, ultrapassaremos mesmo essa taxa de realização. No

entanto, só ficaremos descansados, quando todas as Câmaras dos Açores tiverem esses planos prontos.

Por outro lado, gostaria de referir que um dos diplomas que será apreciado por esta Câmara, diz respeito aos tão falados centros municipais de operações de emergência e ao centro regional de operações de emergência, que são duas estruturas que quanto a nós vêm melhorar a capacidade de articulação, em tempo de acidente grave, de catástrofe ou de calamidade, e simultaneamente também, melhorará a estrutura que existe e que está vertida no diploma que regula a Protecção Civil, porque é o operador das telecomunicações que já, em regime de permanência, recebe toda a informação e faz depois a triagem.

Presidente: Sr. Secretário, chamo-lhe a atenção para o seu tempo que está esgotado.

O Orador: Só mais um ponto apenas.

Relativamente às Forças Armadas, gostaria de informar o Sr. Deputado Paulo Valadão, que o Sr. Presidente do Governo, atempadamente, e isso penso que será do conhecimento público, escreveu, quer ao Ministério da Defesa Nacional quer ao Presidente da Assembleia da República, para que em sede do próximo Orçamento de Estado e naturalmente com a aquisição prevista de helicópteros para a Força Aérea, ter que ser considerada a reformulação das aeronaves existentes ao dispor da nossa Região, ou seja, os dois helicópteros sediados na Base Aérea das Lajes e que quanto a nós, têm que ser trocados, pois já têm alguns anos e logicamente que também em termos de operações, isso pode vir a constituir problemas com as avarias a que eles estão sujeitos.

Portanto, estas diligências foram tomadas, estamos a aguardar que a aquisição desses helicópteros para a Força Aérea Nacional contemple para os Açores pelos menos duas dessas aeronaves, sendo a nossa pretensão que uma delas possa ficar sediada em outra ilha que não a Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós já estamos todos com fome, mas eu tenho que acrescentar mais qualquer coisa sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, tenho que agradecer ao Sr. Deputado Paulo Valadão, quando falou de partidização por não me ter incluído ou ao meu partido no mesmo rol que colocou os outros, pois realmente não foi nosso intento fazer isso.

Relativamente à lógica e à coerência destas páginas amarelas e de outras, eu devo dizer que a lógica destas não é alfabética, mas sim cronológica.

Quanto à coerência, nas outras páginas amarelas quando se fala de sapatos, nem sempre nós conseguimos encontrá-los lá.

Remete-nos para as sapatarias. E quando chegamos a estas, remete-nos para as fábricas de calçado.

Eu conheço bem as outras páginas amarelas e conheço também estas páginas amarelas.

A diferença está aí, Sr. Deputado Fernando Menezes, é que eu conheço bem todas as páginas amarelas. E o Sr. nem as outras nem estas!

Deputado Fernando Menezes (PS): Paciência!

O Orador: Em relação às dúvidas que existem sobre a questão dos Bombeiros da Ribeira Grande, eu também tinha algumas, até porque conheço bem o Comandante dos Bombeiros daquela localidade e sei que não é pessoa de trato fácil, como também sei que o mesmo acontece com o Sr. Presidente da Câmara da Povoação. Toda a gente sabe e quem não sabe - e vou repetir o nome em latim da tal ave **struthio camelus!**

E aquando da audição efectuada ao Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação, tive o cuidado de fazer uma pergunta muito simples e que foi a seguinte: "Se o Sr. estivesse no lugar do Sr. Presidente da Câmara da Povoação em frente ao rádio, quando ouviu o Sr. José Gabriel colocar-se à disposição da Comissão Local de Protecção Civil para seguir para a Ribeira Quente, o Sr. teria ficado calado como ele ficou, ou teria agradecido e pedido para ele avançar?"

E a resposta foi: "Pelo amor de Deus, ora essa!" - estamos esclarecidos em relação a esta matéria.

Os Bombeiros da Ribeira Grande não avançaram mais cedo para a Povoação para tentar transpor os tais caminhos que tinham caído - eu até sei de quem fez isso com uma garra bestial, mas isso é conversa para daqui a bocadinho - porque o Sr.

Presidente da Câmara da Povoação não quis e fingiu que não estava ouvindo no rádio aquilo que o Sr. Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande estava a dizer.

Relativamente ao helicóptero e ao Governo, mais uma vez trata-se de má política, é mais uma vez política mesquinha.

O Governo não queria ir no helicóptero para a Ribeira Quente. Se bem que não seja essa a conclusão que se tira das audições efectuadas, eu tive a oportunidade de tirar essa conclusão no terreno. O que o gGoverno queria era que o helicóptero fizesse aquilo que tinha que fazer, embora já tardiamente.

O que é facto é que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação queria que o Governo fosse para a fotografia e porquê?

Porque o Sr. Deputado ao Parlamento Europeu Carlos Costa Neves já estava a correr para a fotografia, lá entre a lama de garras!

Isso é que me parece complicado.

Queria ainda dizer que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação teve a *distinta lata* de referir numa sessão pública na Ribeira Quente que parecia impossível que eu, tendo amigos naquela freguesia e sendo deputado regional, não me tivesse deslocado àquele local naquele dia para aparecer na fotografia.

Eu gostaria que esta Câmara soubesse que eu perdi grandes amigos, perdi um dos meus maiores amigos, mas não fui lá porque não quis, porque achei que não devia correr para a fotografia. Eu acho que não se deve fazer política mesquinha, nem se deve correr para as fotografias nestas situações!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Essa sua técnica já é velha e bem conhecida, ou seja, reduzir o trabalho e depois desferir uma crítica maldosa e está tudo pronto.

Isso é o que o Sr. Deputado tem feito e continua a dar exemplos infelizes, como por exemplo a página 42 que o Sr. não leu a folha toda, da 1ª à última linha, porque se tivesse lido com atenção, se tivesse lido os relatórios estruturados que estão apenas, não faria esse tipo de intervenção.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é tudo um romance!

O Orador: O que eu fiz foi estruturar o pensamento do Sr. Secretário Regional da Habitação.

Devo dizer que não fiz isso, partindo do princípio de que havia má fé do Sr. Secretário, não é isto que está em causa. Foi apenas para clarificar aquilo que havia de contraditório.

- Os Bombeiros da Ribeira Grande afinal poderiam intervir, independentemente de quaisquer ordens contrárias;

- Nunca houve qualquer directiva escrita, mas sim uma reflexão no âmbito do Conselho Regional dos Bombeiros;

- Afinal eles não foram, porque as estradas estavam obstruídas;

Pronto, e eu a seguir pergunto:

- Mas afinal eles não foram por incompetência operacional? Por sustentarem a sua posição numa simples reflexão que se terá confundido com uma ordem? Ou apenas porque as estradas estavam obstruídas?

São estas as questões que eu levanto, cruzando a seguir a informação.

Claro que é preciso saber se há ou não há uma ordem verbal dirigida pelo Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil?

Houve efectivamente essa ordem. E ela não parte do âmbito do Conselho Regional dos Bombeiros, como testemunharam os diversos comandantes com documentos escritos. Essa ordem foi dada verbalmente numa reunião de zona operacional.

São estes os dados que nós temos, Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional. Até podem achar que estão mal, são estes os dados que chegaram à Comissão.

Afinal, porque é que o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil retira a autonomia ao CCO da Ribeira Grande, no sentido de este poder coordenar as corporações de bombeiros na Povoação? Para quê?!

E não fez o mesmo em relação ao Nordeste porquê?!

Quem ou o que é que está por de trás disso?!

É evidente que é o Presidente da Câmara!

O Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil contemplou as pretensões do Presidente da Câmara da Povoação. E ao fazê-lo, quer seja um juízo conclusivo ou

não - os termos aqui politicamente pouco interessam! - pôs em risco aquela população, embora se possa compreender que ele não tinha essa intenção, como é óbvio, mas há que reconhecer que isto aconteceu efectivamente.

Tanto foi assim, que ele repôs automaticamente a seguir a autonomia ao CCO da Ribeira Grande.

De facto, havia obstrução nos túneis, na Achada das Furnas, mas eles conseguiram passar. Nem que houvesse uma obstrução à saída do quartel dos bombeiros, eles saíam, iriam de cordas às costas e partiriam a pé.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu fui a pé, de botas de cano e cheguei primeiro que os bombeiros!

O Orador: Não era para ficarem no quartel, porque os bombeiros não se fizeram para ficar no quartel, mas eu não quero me meter nessa área, porque eu não sou bombeiro e... enfim, a minha arte aqui é outra.

Em relação ao transporte do Sr. Presidente da Câmara e do Governo, eu devo dizer que os factos são dados pelo Presidente da Câmara da Povoação. Eu não os inventei. Ele é que descreveu textualmente tudo.

"O helicóptero chega à Povoação, apanha o Presidente mais o adjunto". E aí o Comandante da Ribeira Grande diz, e com razão, "Porque é que não levou os bombeiros, sabendo que a única forma de chegar lá rapidamente era através dos meios aéreos?!".

E depois diz ao comandante do helicóptero o seguinte: "O Sr. vai às Furnas tentar apanhar o Governo que está no campo de futebol".

Entretanto há uma informação do Governo que diz "havia a informação de que poderia haver perturbações no Fojo e então foram para o campo de golfe".

E eu pergunto: o que é que foram fazer para o campo de golfe?! Foram jogar?!

Entretanto o helicóptero chega às Furnas, lá encontra o Governo e partem todos para a Ribeira Quente, porque havia uma informação de que existiam mais feridos para serem transportados.

Estes são os factos, meus senhores, eu não os inventei! O Presidente da Câmara da Povoação é que os mencionou. E também não fui eu que disse para ele vir a esta Casa, limitei-me a aprovar a proposta que foi do Partido Socialista!

Finalmente, Sr. Deputado Fernando Menezes, eu acho que V. Ex^a não podendo ocultar o conteúdo e as falhas, serve-se dos termos, um termo mais mal empregue, outro melhor empregue, tentando assim fugir à situação, ao verdadeiro problema, refugiando-se nas palavras.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Assumo humildemente que neste debate as minhas intervenções são marginais, porque as intervenções do Sr. Deputado Francisco Xavier são competentes, próprias de quem trabalhou muito, de quem sabe do assunto e têm sido suficientes para esclarecer quem está mal e quem é que está bem. No entanto, quero dizer apenas três coisas.

A primeira é que ninguém está a pôr em causa se fizeram ou não os possíveis. Ninguém duvida que o Governo Regional, a Protecção Civil e os Bombeiros fizeram os possíveis. É gente de bem, não quer mal a ninguém e perante uma situação daquelas, toda a gente tenta fazer o melhor que sabe.

O que é preciso questionar é se o que foi feito, se os possíveis são suficientes. E aqui é que está o problema. Por isso, não há qualquer perseguição, não há qualquer intenção de julgar pessoas, não há qualquer intenção de partidarizar.

Mas enquanto não soubermos se a Protecção Civil está preparada para, fazendo os possíveis, saber se eles são o suficiente, não estamos a tratar do futuro, nem estamos também a ajuizar o passado. E foi isso que interessou ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. O resto toda a gente está de acordo.

Os possíveis toda a gente fez. O possível era o suficiente?

Nalguns casos, não foi. E esta é que é a conclusão.

A seguir é preciso perguntar o que é que é preciso fazer para que, amanhã, os possíveis sejam o suficiente.

Se a gente se concentrar nisso, não andarรก ninguém com subterfúgios, nomeadamente como o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Este debate estรก a demonstrar uma coisa evidente: a Comissรกo fez muito e bom trabalho e o Sr. Deputado Fernando Menezes e o Partido Socialista fizeram pouco e mau trabalho, porque nรกo leram tudo, porque têm mรก intençรกo perante o relatรกrio, porque o PS sempre se "torceu", sempre se incomodou com a procura da verdade nesta mat茅ria. E tudo isso 茅 despoletado, porque o Governo Regional se quis "espigar" perante a situaçรกo.

Se o Governo Regional tem pegado no relatรกrio do Sr. Provedor de Justiçรก, lê o que hรก para ler, diz clara e calmamente o que 茅 que se passa, se calhar nem sequer a Comissรกo de Polítlica Geral tem feito trabalho nenhum, ficando por isso mesmo.

O Governo Regional e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, neste momento, estรกo a ser vítimas da sua arrogรกncia. Estรกo a ser vítimas da mania que uns tanto têm de aparecer sempre na divisรกo dos rádios e dos jornais a dizer que estรก tudo bem e que sรกo os melhores do mundo! Porque senรกo, o Grupo Parlamentar do PSD nรกo tinha dito nem feito nada. Tinha feito a intervençรกo que a Deputada Ana Carolina fez aqui e as declaraçỏes cautelosas que o Presidente do PSD fizeram.

Nós começรกmos com esse comportamento. E ninguém duvida do contrรกrio. Todos os que estรกo aqui sรกo testemunhas disso.

Quem se portou mal, politicamente, foi o Governo que, com calma, sem a mania de querer sempre sair bem no retrato, tinha feito uma leitura realista da situaçรกo. E 茅 evidente que tudo o que nós poderíamos dizer era que nรกo foi possívél fazer tudo, paciêncია, nรกo 茅 imputávél  intençรกo das pessoas. Ninguém estรก dizendo isso.

Agora, o que 茅 que nós precisamos de fazer por uma regiรกo que at茅 茅 propícia a catástrofes, para amanhรก o possívél ser o necessรกrio?

Presidente: Sr. Deputado, esgotou o seu tempo.

O Orador: Pelo menos nessas condiçỏes?

É isso que estรก em cima da mesa.

Quanto  questรกo da fotografia, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, eu por acaso fui  Ribeira Quente. Cada um expressa a sua solidariedade como quer e pode.

Eu entendi que devia ir lá e devo dizer-lhe que ninguém soube que eu fui, portanto não foi de certeza por causa da fotografia.

Só que eu entendi que, como deputado do povo e da minha ilha, num momento difícil, devia ir lá ver o que é que se passava, dar alguns abraços e sobretudo, ver como é que aquilo estava. Fui lá sem helicópteros, sem carro, com botas de cano que comprei para o efeito, e fui acompanhado de outros deputados, como o Sr. Deputado do PSD ao Parlamento Europeu.

Não se respondeu para a comunicação social a dizer que tinha ido, eu por acaso fui e vim e nenhum jornal disse que eu estive lá. E estou muito satisfeito com isso.

Agora, achei que devia ir e fui. Assim como interpreto bem o Sr. Deputado achar que não deve ir, pois cada um expressa a sua solidariedade como quer. Fotografia é que eu com certeza não fui procurar, porque nunca falei nisso em parte nenhuma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para fazer um breve comentário às palavras do Sr. Deputado Victor Cruz, porque efectivamente o Governo está de acordo que é preciso discutir aquilo que deve ser feito e foi por isso que já no último Conselho do Governo autorizou o lançamento do concurso internacional da rede de telecomunicações de emergência. É por isso também que já durante este ano aumentou o número de tripulantes das ambulâncias para que, em regime de turno, não haja qualquer paragem nem falhas. E é por isso também que irá trazer aqui à Assembleia os diplomas, bem como está a construir um heliporto junto com o Serviço Regional de Protecção Civil. É por isso que igualmente estão em fase de aprovação alguns planos municipais de emergência. E é por isso também que o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil se

desloca permanentemente às autarquias dos Açores, para motivar e dar a sua colaboração na feitura desses planos.

Para além daquilo que eu já tinha anunciado aqui nesta Assembleia que está consumado, e que é a dotação do corpo de viaturas dos bombeiros, de novos equipamentos rádios em mais de 50, para que as comunicações já nesta altura tenham melhor fiabilidade e eficácia, essa tem sido a nossa acção ao longo do ano passado e que vai, naturalmente, ter uma expressão grande com este concurso público internacional para a rede de telecomunicações, que é um ponto vital - todos estarão de acordo - para estas situações.

Portanto, estas são mais as nossas preocupações, do que propriamente o aparecer. E naturalmente que a nossa preocupação em relação ao Serviço Regional de Protecção Civil, tem a ver com uma nova cultura que nós precisamos de instalar nas escolas. E é por isso também que há um projecto a passar por todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico, designado por "crescer e viver em segurança", com quadros de auto-protecção civil, porque como eu já disse também nesta Casa, a Protecção Civil não é o "5º Exército", é um conjunto e uma entidade que coordena várias entidades. E ela começa na casa de cada um com a auto-protecção.

Se cada um de nós em sua casa fizer uma auto-reflexão, e se pensarmos se temos algum instrumento básico de auto-protecção, se calhar a maioria não tem um estojo de primeiros socorros e se calhar não tem uma lanterna para uma situação de emergência, se calhar não tem um equipamento mínimo de sobrevivência em termos de enlatados, etc..

Portanto, há coisas que pertencem a um conceito de cultura de protecção civil que, nos Açores, devem começar nos bancos da escola primária.

E este projecto do "crescer e viver em segurança" faz exactamente simulações de situações de perigo dentro da própria casa, porque é aí que as coisas começam.

Por isso, nós estamos com este tipo de preocupações, a dar passos na formação e a dar passos na construção de uma cultura de protecção civil, que nos Açores faz mais do que sentido, pelas nossas limitações e condições naturais.

Presidente: Sr. Secretário, já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Em suma, queria dizer que isto para nós, é bem mais importante do que eventuais discordâncias que se apontem num relatório que tem algumas recomendações que, tal como já dissemos, estão em curso e outras até já estavam em andamento. E independentemente da nossa expressão ser aquela que o Governo Regional achou, pelas divergências que eventualmente teve com a leitura que estava vertida neste relatório.

De qualquer modo, permitam-me que dê esta informação, isto é, há órgãos de comunicação social - e isto foi dito aos microfones pelo Sr. Presidente do Governo - que noticiaram que o Governo Regional não ia para a Ribeira Quente antes da evacuação total dos feridos. E isto é preciso que seja dito, porque há muitos jornalistas que disseram esta informação e há coisas que ultrapassam a questão da discussão política, ou da interpretação. E esta é factual, por isso permitam-me que diga estas coisas. Como também - e eu não queria trazer isto à colação - o relatório de averiguações que nós fizemos, contém informações sobre a questão da hora do falecimento das pessoas que demonstram claramente aquilo que eu também disse na Comissão, observações essas que foram feitas pelos médicos.

Mas isto só tem sentido, se for para avaliar a melhoria das falhas que existem na Protecção Civil e que nós todos admitimos já há muito tempo. Ou seja, a Protecção Civil não tem falhas de hoje. E é por isso que estas acções que eu referi agora, quanto a nós são um passo importante para melhorar a eficácia do serviço, porque desde 1989 existe um plano regional de emergência, que por acaso não se reporta a situações de deslizamento de terras, fala mais em sismos e vulcões.

Portanto, há situações que nós podemos e devemos reformular e é essa a nossa preocupação actual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

Eu vou ser muito rápido, apenas para lhe dizer que eu não quis de forma alguma insinuar que V. Exa. tinha corrido para a fotografia. nem sequer citei o seu nome.

Porém, fico preocupado pelo facto do Sr. se ter defendido de uma coisa que eu não ataquei. Começo a ficar preocupado.

O que eu disse foi que o Deputado Europeu Carlos Costa Neves tinha corrido para a fotografia, o que é diferente.

Deputado João Cunha (PSD): Nem ele correu, porque ninguém o viu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa:

Não precisa de ficar preocupado comigo, por uma razão simples: eu não disse que o Sr. Deputado tinha dito que eu corri para a fotografia.

Eu quis dar o meu exemplo, para demonstrar que as pessoas têm maneiras diferentes de mostrar a sua solidariedade. E foi só nesse sentido que eu dei o meu exemplo.

Eu achei, tal como alguns outros deputados e muitas outras pessoas, que devia manifestar a minha solidariedade estando presente, mas não critico quem ache que não deva ir. Tanto é que os deputados do PSD não foram todos. Foi quem quis.

O que não se pode insinuar é que quem vai, fá-lo por causa da fotografia.

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Presidente do PSD - e foi por isso que eu me levantei, não foi até por mim - também não foi pela fotografia. Ele foi, muito simplesmente, à Ribeira Quente pelos seus meios, acompanhado de alguns deputados, não procurou televisões, não procurou prestar declarações e voltou. E achou também que devia assim mostrar solidariedade naquele momento lá. Foi isso que fez.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD, nomeadamente o Presidente, não pode deixar de responder a uma acusação, segundo a qual o Presidente do PSD e deputado europeu, tinha ido à Ribeira Quente por causa da fotografia, porque não foi isso.

O PSD não procurou quase fotografia nenhuma nessa matéria, aliás já expliquei isso aqui. Até foi bem suave, embora rigoroso e profundo, na primeira intervenção feita aqui pela Deputada Ana Carolina nesta Assembleia.

O próprio Presidente do PSD prestou declarações cautelosas sobre essa matéria.

O "caldo só entornou" - volto a recordar - porque o Governo quis "espigar-se" contra o relatório do Provedor de Justiça e quis fazer, mais um vez, a tentativa de

propaganda política, dizendo sempre que ficava bem no retrato. E a partir daí é que se despoletou todo este processo. Mas eu devo dizer que deste debate, o PSD sai plenamente satisfeito.

Se isso tiver consequências positivas no futuro, por nossa parte, ficamos muito satisfeitos e prontos para apoiar qualquer atitude positiva que o Governo tome nessa matéria.

Em relação às conclusões, percebo que do debate resultou, claramente, que o PSD teve boas intenções, pelo menos os deputados do PSD na Comissão fizeram um óptimo trabalho e o Grupo Parlamentar do PS foi quem não conseguiu esconder as fragilidades das suas argumentações.

Por nós, o assunto está encerrado.

O PS não conseguiu esconder as suas fragilidades, nós fizemos um bom trabalho. E se o futuro está a ser acautelado, é isso que nos interessa.

O relatório fica como preocupação de futuro e como um registo histórico de que nem tudo correu bem, ao contrário do que alguns insinuaram.

Ponto final pela nossa parte. Mas ponto final com conclusões. E as conclusões são aquelas e não outras.

Por nós, estamos plenamente satisfeitos com o debate, com os resultados e com a fragilidade dos argumentos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Também ficaremos satisfeitos se o Governo fizer coisas boas para o futuro e estaremos dispostos para apoiá-lo nessa matéria.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções sobre esta matéria, damos por encerrado este debate.

De acordo com o combinado, vamos proceder ainda à leitura dos dois relatórios que faltam, em primeiro lugar o da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Para o efeito, tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Abril de 1998)

CAPÍTULO I

Introdução

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- Francisco Sousa
- João Santos
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Vasco Cordeiro

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Ana Carolina da Silva
- António Menezes
- Aurélio da Fonseca
- Mark Marques
- Sidónio Bettencourt

c) Do Partido Popular (CDS/PP)

- João Greves
- Nuno Almeida e Sousa

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Maria Fernanda Mendes (PS)

Relatora - Maria de Fátima Sousa (PS)

Secretário - Aurélio da Fonseca (PSD)

CAPÍTULO II

Reuniões Efectuadas

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 25 de Março de 1998 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
2. No dia 3 de Abril de 1998 a Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.
3. A Comissão voltou a reunir no dia 21 de Abril de 1998 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
4. Nas reuniões dos dias 25 de Março e 21 de Abril de 1998 estiveram presentes todos os Deputados que compõem a Comissão.
5. Na reunião do dia 3 de Abril de 1998, estiveram presentes os Deputados que constituem a Comissão, com excepção dos Deputados João Greves e Nuno Almeida e Sousa (C.D.S./P.P.) faltaram justificadamente.

CAPÍTULO III

Trabalhos Realizados

1. A Comissão na reunião do dia 25 de Março de 1998 apreciou e emitiu parecer sobre os seguintes Projectos de diploma:
 - Projecto de Decreto-Lei que "reestrutura a carreira de técnico- -adjunto de Serviço Social";
 - Projecto de Decreto-Lei que "estabelece condições mais favoráveis para o acesso à pensão de invalidez por parte das pessoas infectadas pelo HIV".
2. Na reunião do dia 3 de Abril de 1998 a Comissão analisou e emitiu parecer sobre o seguinte Projecto de diploma:

- Projecto de Decreto-Lei que "adequa o regime de apoio especial a conceder aos proprietários ou arrendatários de habitações situadas na Região Autónoma dos Açores e nos distritos de Beja, Évora e Faro, total ou parcialmente destruídas ou em risco de derrocada em resultado dos fenómenos climatéricos anormais ocorridos em Outubro e Novembro de 1997";

A Comissão também analisou o Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Grupo Parlamentar do P.S., que "reformula o Conselho Consultivo Regional de Juventude" e decidiu solicitar parecer às diversas instituições de Juventude;

Apreciou o Projecto de Decreto Legislativo Regional, também apresentado pelo Grupo Parlamentar do P.S. acerca do "Património Baleeiro Regional" e foi entendido, por unanimidade, pedir parecer às autarquias locais da Região e a individualidades ligadas à saga baleeira;

Analisou o Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Grupo Parlamentar do P.S.D., cujo objecto é "Recuperação de Habitação Degrada" e decidiu solicitar parecer às seguintes instituições e entidades:

- Câmaras Municipais da Região;
- Associação Regional dos Municípios;
- Juntas de Freguesia da Região;
- Conselhos de Ilha.

Por último, a Comissão analisou a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 2/98 - "Denominação dos Estabelecimentos de Educação ou de Ensino Públicos Não Superior da R.A.A.", e decidiu solicitar parecer aos Sindicatos do Pessoal Docente.

3 - Na reunião do dia 21 de Abril de 1998 a Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais apreciou e aprovou o presente relatório.

CAPÍTULO IV

Trabalhos Pendentes

Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes diplomas:

- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a "Elaboração de um estudo sobre a situação das mulheres açorianas";
- Projecto apresentado pelo Grupo Parlamentar do P.S. que "Reformula o Conselho Consultivo Regional de Juventude";
- Projecto do Grupo Parlamentar do P.S. sobre "Património Baleeiro Regional";
- Projecto apresentado pelo Grupo Parlamentar do P.S.D. para "Recuperação de Habitação Degradada";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 28/98 - "Denominação dos Estabelecimentos de Educação ou de Ensino Públicos Não Superior da R.A.A.";
- Projecto de Decreto-Lei que "aprova o regime de autonomia, administrativa e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos".

Horta, 21 de Abril de 1998.

A Relatora: *Maria de Fátima Sousa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: *Maria Fernanda Mendes.*

Presidente: Passamos à leitura do Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão para o efeito.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 119º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Ante-Período Legislativo de Abril de 1998

CAPÍTULO I

Generalidades

1. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes deputados:

A) PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Augusto Elavai
- Élio Valadão
- Francisco Oliveira
- João Forjaz Sampaio
- Luís Resendes
- Manuel Serpa

B) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- António Almeida
- Berta Cabral
- Duarte Freitas
- Eugénio Leal
- José Manuel Bolieiro
- Manuel Brasil

C) PARTIDO POPULAR (PP)

- Alvarino Pinheiro

2. MESA DA COMISSÃO

A mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes deputados:

Presidente - Augusto Elavai (PS)

Relator - Élio Valadão (PS)

Secretário - Duarte Freitas (PSD)

CAPÍTULO II

Reuniões Efectuadas

A Comissão de Economia, Finanças e Plano reuniu no dia 25 de Março de 1998, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na cidade da Horta. O deputado Nuno Almeida e Sousa substituiu o deputado Alvarino Pinheiro.

Durante a visita à ilha de Santa Maria a Comissão voltou a reunir no dia 3 de Abril, na delegação da Assembleia Legislativa Regional, estando presentes todos os senhores deputados que participaram na visita.

CAPÍTULO III

Trabalhos Realizados

Na reunião do dia 25 de Março, a Comissão apreciou e emitiu parecer, por solicitação do Governo da República, sobre os seguintes projectos:

- Projecto de Decreto Regulamentar que regulamenta o Conselho Sectorial do Comércio, criado pelo Decreto-Lei nº 222/96, de 25 de Novembro (Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia);**
- Projecto de Resolução que cria o Observatório do Comércio.**

A 3 de Abril, aquando da visita oficial à ilha de Santa Maria, a Comissão depois de discutir e analisar, deu parecer sobre os seguintes projectos:

- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as regras relativas ao reconhecimento das águas minerais naturais e às características e condições a observar nos tratamentos, rotulagem e comercialização das águas minerais naturais e águas de nascente, revogando o D.L. nº 283/91, de 9 de Agosto;**
- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para o ordenamento Jurídico interno a Directiva 93/120/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, que altera a Directiva 90/534/CE, do Conselho, de 15 de Outubro, relativa às condições de polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação. Revoga o Decreto-**

Lei nº 227/92, de 21 de Outubro, a Portaria nº 231/93, de 22 de Fevereiro e a Portaria nº 640/93, de 5 de Julho;

- Projecto de Decreto-Lei que restringe a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal e na preparação de medicamentos e outros produtos (Revoga o D.L. nº 32-A/97, de 28 de Janeiro e aplica a Decisão 97/534/CE, de 30 de Julho de 1997;

- Projecto de Resolução que altera a Resolução do Conselho de Ministros nº 154/96, de 17 de Setembro, com a redacção dada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 35/97, de 7 de Março, que aprovou o RIME.

CAPÍTULO IV

Visitas Efectuadas

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, ao abrigo da alínea c) do artigo 59º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se em visita oficial à Ilha de Santa Maria nos dias 2 e 3 de Abril (ver relatório anexo). Nesta visita a Comissão foi constituída pelos deputados: Augusto Elavai, Élio Valadão, João Forjaz Sampaio, Manuel Serpa e Rui Pedro Ávila do Partido Socialista; António Almeida, Berta Cabral, José Manuel Bolieiro, Manuel Brasil, Eugénio Leal e José Maria Bairros do Partido Social Democrata e pelo deputado Nuno Almeida e Sousa do Partido Popular.

Os deputados Rui Pedro Ávila, José Maria Bairros e Nuno Almeida e Sousa substituíram os deputados Luís Resendes, Duarte Freitas e Alvarino Pinheiro respectivamente.

Acompanharam ainda os trabalhos da Comissão os deputados do Partido Socialista José Humberto Chaves e António Loura eleitos por aquele círculo eleitoral.

O programa da visita incluiu diversas deslocações a obras e empreendimentos e reuniões com instituições de relevante e importante papel na economia de Santa Maria.

No âmbito dos trabalhos realizados destaca-se a reunião com o Presidente da Câmara de Vila do Porto, com os representantes da Câmara do Comércio e ainda as visitas às obras do NAV II, ao molhe do cais de Vila do Porto e núcleo de ovelhas do Serviço de Desenvolvimento Agrário.

Na sequência desta visita, a Comissão deliberou proceder à audição dos senhores Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente e da Economia, para clarificar algumas das questões abordadas.

CAPÍTULO V

Trabalhos Pendentes

Encontra-se na Comissão para análise e debate os seguintes diplomas:

- Proposta de Resolução 17/97 – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1996, que aguarda parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional N° 3/98 - Conselho Consultivo Florestal Regional.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional N° 4/98 – Alteração ao Decreto Regional n° 11/77/A, de 20 de Maio, alterado pelo Decreto Regional n° 1/82/A, de 28 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n° 16/88/A, de 11 de Abril (Arrendamento Rural nos Açores).

- Proposta de Resolução N° 5/98 – Medidas de apoio à substituição da leiva na cultura do ananás.

Estes últimos três diplomas aguardam os pareceres das entidades consultadas.

Angra do Heroísmo, 17 de Abril de 1998

O Relator: *Élio Valadão*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Augusto Elavai.*

(Em anexo a este relatório, encontra-se um outro relativo à visita efectuada à Ilha de St.^a Maria, caso algum dos Srs. Deputados queira consultar)

Presidente: Terminado este ponto da ordem de trabalhos, e parecendo não haver pedidos de esclarecimento sobre ele, vamos interromper os nossos trabalhos até às 14, 45 horas, *impreterivelmente*, como se dizia nos bons anúncios de cinema de antigamente.

Até já.

(Eram 14, 05 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça a vossa atenção.

(Eram 15, 00 horas)

Vamos tentar aplicar a regra de "um lugar para cada um e cada um no seu lugar", para podermos retomar os nossos trabalhos.

Vamos entrar no 2.º ponto da ordem de trabalhos, ou seja, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão referente ao Projecto de DLR - "Definição de áreas de navegação para diversas categorias de navegadores de recreio na RAA".

Está aberta a discussão do requerimento deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para justificar a urgência mediante três aspectos, sendo que o primeiro tem a ver com o próprio debate que já foi feito acerca desta matéria há dois anos atrás; a segunda questão tem a ver com a data, isto é, torna-se necessário que isto seja aprovado o mais rápido possível, porque o Verão está aí à porta e surgirão implicações nas navegações que se fazem nos nossos mares; e, finalmente,

porque este diploma não necessita, creio eu, de uma profunda análise em Comissão, pois não suscita quaisquer questões de legalidade ou de constitucionalidade.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PCP irá votar favoravelmente esta urgência, na medida em que trata-se de uma matéria que já passou pela Comissão competente no passado e é um assunto que consideramos ser de urgente implementação à navegação de recreio nesta Região. Por isso, vamos dar o nosso voto favorável a esta urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Também para muito rapidamente dizer que nós vamos dar o nosso parecer favorável a esta urgência, porque, ao fim e ao cabo, o que aqui é proposto é o resultado de um ante-projecto de lei que em determinada altura foi subscrito por todos partidos com assento nesta Assembleia e que infelizmente não chegou a ter aceitação.

Assim sendo, e pelas razões aduzidas no documento presente, sobretudo porque o Verão está à porta, vamos votar favoravelmente este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência:

Vai o Partido Popular também votar favoravelmente esta dispensa de exame em comissão, pelos motivos que foram já aqui expostos pelos outros representantes dos partidos aqui representados. Contudo, parece-nos haver aqui matéria que poderá eventualmente estar ferida de inconstitucionalidade.

De qualquer forma, nada repugna ao Partido Popular - como disse há dias o Sr. Deputado Victor Cruz - em testar a nova Constituição.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos então passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar de seguida à discussão e votação do próprio diploma.

Como sabem, houve um diploma original e depois um texto de substituição apresentado pelo PS e é precisamente esse último texto que vamos ter em conta.

Está aberta a discussão do diploma na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Duas palavras apenas para justificar este diploma.

Como é sabido, tem surgido vária legislação sobre esta matéria dos desportistas náuticos, sobretudo no que diz respeito à capacidade de navegação e suas possibilidades.

Essas disposições legais que têm sido alteradas, sofreram recentemente uma outra alteração pelo diploma n.º 329/95, de 9 de Dezembro, o qual não resolveu cabalmente esta questão. Ou seja, por vivermos em ilhas e sermos uma zona arquipelágica, é altamente restritiva a aplicação daquelas normas que não resolvem os problemas do anterior regulamento e, quanto a nós, tem ainda outra característica que também não nos agrada. É que a possibilidade de navegar um pouco mais longe, fica dependente da autorização casuística do capitão do porto, o que poderá eventualmente criar situações de desigualdade, uma vez que cada um deles pode ter interpretações ou vontades diferentes.

Portanto, ficaria um pouco dependente dessa capacidade ou desse poder descricionário, a possibilidade de navegar mais ou menos longe.

Trata-se, portanto, de uma matéria que é importante para os nossos desportistas náuticos, naveguem eles à vela ou a motor, bem como para o desporto náutico que se pratica, também para o turismo e para as festividades que se realizam um pouco por todas as ilhas durante os meses de Verão.

Quanto a nós, não existem problemas de segurança, uma vez que hoje estas embarcações estão apetrechadas com os meios que lhes permitem navegar em

segurança, além disso as ilhas estão próximas umas das outras, portanto, entendemos que não há qualquer problema.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, entendemos também que a nova revisão da Constituição clarificou os poderes políticos e legislativos desta Região, logo devemos aproveitar essa clarificação, designadamente aquelas que constam do Artigo 228.º, fazendo a aprovação deste diploma. Ou seja, também aí é inovador, uma vez que da última vez e quase nos mesmos termos, tratava-se de uma ante-proposta à Assembleia da República, porque aí nós tínhamos a perfeita consciência de que não dispúnhamos de poderes próprios para isso.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de dizer que da forma como este diploma está formulado, tem o apoio de todos os clubes e associações navais dos Açores, o que não é também despiciendo numa altura destas.

Por tudo isto, quem apresentou este documento, vai naturalmente votá-lo favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser muito breve, uma vez que as ressalvas que tinha a fazer sobre esta matéria já foram feitas aquando da dispensa de exame em comissão.

Em relação à questão da segurança, penso que é aí que pode estar o problema, as coisas não podem ser vistas com a ligeireza como foram aqui colocadas pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, porque pelo facto de haver embarcações equipadas isso não quer dizer que não existem outras que não estão. E aí eu tenho as minhas dúvidas de que ao fazer-se o alargamento, não haverá sempre quem, com algum espírito de aventura, do risco, ou da pura prevaricação, não vá pôr em risco até aqueles que estão devidamente equipados.

Também tenho sérias dúvidas sobre se o diploma não será devolvido, precisamente por causa da questão da segurança.

O que é certo - e é esta a reflexão que queria deixar aqui - é que por sermos uma região com as características arquipelágicas que temos, isso requer uma visão

diferente destas matérias, quer no que diz respeito à navegação de recreio quer no que concerne o sector da pesca, seja artesanal, seja a dita costeira ou industrial.

Vou dar um exemplo muito prático: um mestre pescador costeiro de Viana do Castelo vai até quase à Índia sempre autorizado a navegar; um mestre costeiro dos Açores, nem sequer pode ir até ao Arquipélago da Madeira ou a alguns tradicionais bancos de pesca como é o caso, para quem conhece, dos bancos "Irving" e "Açor", ficam fora da zona de autorização da carta.

Aqui tenho que manifestar a minha concordância com o Sr. Deputado Fernando Menezes, relativamente às arbitrarias autorizações que são dadas e que fazem muitas vezes depender o simples recreio e a mesma actividade profissional economicamente importante, da decisão e do bom humor do capitão do porto, ou de um simples funcionário administrativo de uma capitania do porto.

De modo que queria deixar aqui esta reflexão, reafirmando o empenho da minha parte e do Partido Popular mais do que até agora nessa matéria. Já fiz algumas abordagens e alguns estudos e espero poder também trazer a esta Câmara legislação nesse sentido, mas só quando estiverem colmatadas as tais dúvidas que levantei sobre a constitucionalidade.

Vamos, portanto, votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nós consideramos que a matéria em análise diz respeito a um regulamento para desportistas náuticos. É neste entendimento que pensamos ser importante que a permissão das diversas habilitações desses desportistas possa facilitar-lhes uma maleabilidade de navegação diferente daquela que o regulamento agora em vigor permite, na medida em que o que vigora neste momento, aplica-se perfeitamente no contexto nacional, no entanto nunca atendeu às especificidades da Região Autónoma nesta matéria.

É com base nisso que nós vamos dar o nosso voto favorável ao Decreto Legislativo Regional ora em apreciação, atendendo a que com a última revisão constitucional, temos todas as possibilidades de legislar em matéria desta natureza e porque é disso

que se trata, consideramos que não deverá haver qualquer objecção a que esta matéria possa ser promulgada, daí o nosso acordo total.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era intenção do Grupo Parlamentar do PSD, apesar de termos as mesmas dúvidas já colocadas neste plenário sobre este diploma, embora não o tenha aqui referido, relativamente à capacidade e à competência que este Parlamento tem para apresentar esta iniciativa legislativa e aprová-la, na medida em que de alguma forma habilidosa o Projecto apresentado foca a temática do turismo para aí aduzir da nossa competência, penso que o diploma em si visa, como aqui já foi dito, mais a segurança disciplinar de navegação, do que propriamente o fomento do desporto e do turismo

De qualquer forma, era nossa intenção manter o silêncio sobre esta matéria, até porque vê-se o modo de testarmos qual era a interpretação que se iria dar às alterações introduzidas com a nova Constituição.

De qualquer maneira, se é importante que na perspectiva de desporto e do turismo esta iniciativa seja aqui aprovada por este Parlamento, e não sendo eu entendido na matéria, gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Menezes - e só não o fiz mais cedo, porque não deparei com isso. É que vejo aqui pelo diploma nacional que uma criança com 14 anos pode ter a carta de marinheiro. Ou seja, está-se a alargar a competência de um marinheiro para 5 milhas, para crianças de 14 anos. A pergunta que eu coloco é se não seria preferível pôr aqui algum limite de idade, para que um marinheiro possa navegar até 5 milhas da costa, uma vez que o diploma prevê que qualquer criança com 14 anos, pode estar habilitada desde que tenha carta. Isto fará com que um marinheiro de 14 anos, se isto for aprovado e não for levantada esta questão da eventual inconstitucionalidade, poderá ser titular de uma carta desta natureza e aí sim poder-nos-á preocupar a segurança de quem possa navegar com documentos dessa natureza, tendo apenas 14 anos. E nessa perspectiva, queria pedir um esclarecimento ao proponente desta iniciativa, no sentido de saber se não vê a

vantagem de haver uma salvaguarda da idade a partir da qual poderá navegar com esse documento quem for considerado como marinheiro.

Presidente: Sem contestar a oportunidade das questões postas, lembraria que estamos a fazer a discussão na generalidade, portanto apenas os princípios genéricos do diploma. Em todo o caso, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, dá-me a impressão que a proposta final são 6 milhas e não 5 milhas.

Presidente: Exactamente, são 6 milhas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu costumo receber elogios dos meus companheiros pela memória prodigiosa que tenho. Mas ela agora está-me a trair, porque lembro-me que há pouco tempo o PSD não quis testar a nova Constituição, só que não me lembro por que razão.

É que trata-se aqui de uma questão de segurança, com a agravante que o Sr. Deputado Jorge Valadão colocou agora.

Aquilo que ele disse não só é verdade, não só é um perigo, como ainda tem outra, é que uma criança de 12 anos numa embarcação de recreio não constitui perigo. Mas duas crianças de 14 anos, com espírito aventureiro próprio da idade, numa embarcação daquelas, podem ser uma catástrofe. E a lei obriga a que sejam pelo menos dois.

Assim sendo, eu cada vez fico mais preocupado com esta questão da segurança, daí as minhas dúvidas.

Eu compreendo e não creio que tenha havido artimanhas de forma alguma, ao tomar-se a via das alegações de que isto é um fomento ao turismo e ao desporto, para se desafiar as questões da segurança, até porque já falámos hoje bastante disso e com consequências que todos nós conhecemos. Mas esta é mais uma reflexão que queria deixar aqui, isto é, se não será realmente complicado pôr-se duas crianças de 14 anos a bordo de um barco de borracha com carta de marinheiro. E se entre as Flores e o Corvo à sexta milha, cai um nevoeiro, como é que eles se vão desenrascar.

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo esclarecer a Câmara que inicialmente quando elaborei este diploma, não tinha colocado a questão do marinheiro. Depois coloquei a classe dos marinheiros, após conversar com vários Srs. Deputados e exactamente com esta distância.

Coloca-se agora a questão da segurança e das crianças com 14 ou 15 anos poderem, de facto, navegar até 6 milhas, o que é verdade, embora e se bem reparar o diploma diga o seguinte:

"No que respeita às distâncias de navegação, e sem prejuízo das demais limitações", ou seja, essas pessoas estarão limitadas pelo comprimento do barco e pela potência instalada (30 cv. até aos 15 anos e 60 cv. dos 16 aos 18). Mas o que é verdade é que uma criança de 14 anos pode navegar 6 milhas.

Ora, 6 milhas... daqui ao Pico são 4 milhas...

Deputado Manuel Serpa (PS): São 6.

O Orador: O meu colega está aqui a dizer-me que são 6 milhas, mas eu tenho as tabelas do Almirantado e de acordo com elas, são 4.

De qualquer modo, e segundo o que se diz aqui, isto permite navegar no canal de S. Jorge e do Pico. Já entre Santa Cruz das Flores e o Corvo não é permitido, porque são 13 milhas.

De qualquer forma, naturalmente que as questões da segurança são preocupantes. E sem querer fazer ponto de honra nisto, a verdade é que entre 4 e 6 milhas, a segurança não ficará altamente prejudicada por mais 2 milhas. Reparem que a navegação faz-se à vista das costas de umas ilhas para as outras. Se realmente colocar-se o problema do nevoeiro, ele vai colocar-se tanto às 3, como às 4, como às 6 milhas.

Também devo acrescentar que um marinheiro não é um principiante, já tem mais conhecimentos, embora não navegue por carta ou por bússola, mas já sabe mais qualquer coisa.

Eu posso dizer que os jovens nesta idade navegam entre o Faial e o Pico com o maior à vontade, às vezes se calhar com pouca segurança, em pranchas à vela e coisas do género.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, existem dois aspectos que eu gostaria de mencionar.

Em primeiro lugar, e relativamente ao marinheiro, a própria legislação dá-lhe, em função da idade, determinadas capacidades de poder navegar.

Este é um aspecto que, quanto a mim, é importante e não estou a ver um miúdo qualquer a sair num barco qualquer, para percorrer 6 milhas de qualquer maneira.

Em segundo lugar, existe o problema da aptidão comprovada, ou seja, não é um indivíduo de 14 anos que chega ao cais e diz que é marinheiro. Ele vai ter que sujeitar-se a provas que têm determinadas exigências. E é em função dessas exigências, que lhe vai ser concedida ou não essa possibilidade.

Portanto, eu pessoalmente, estou convencido que há aqui nesta cidade e na sua marina muitos miúdos de 12, 13 e 14 anos que certamente sabem navegar muito melhor do que eu e, no entanto, eu sou muito mais velho. Esta é a realidade e por isso eu tenho a certeza que há jovens com 14 anos aos quais com certeza é possível dar-lhes a habilitação para poderem sair do Porto da Horta até ao Porto da Madalena.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sabes nadar?

O Orador: Não, não sei! Mas eles sabem!

(Risos da Câmara)

O Orador: Portanto, esses miúdos com 14 anos com certeza que têm condições para navegar da Horta até à Madalena. E é isso que está aqui a admitir-se.

Por outro lado, há que ter em atenção aquilo que eu há pouco já referi, isto é, estamos a legislar em matéria desportiva, numa actividade que é encarada como um desporto. E certamente na altura do Inverno, na altura dos nevoeiros, ou quando os portos não tenham as condições para a prática deste desporto, é evidente que temos pouquíssimas probabilidades que possa haver este tipo de navegação.

Isto não impede que não possam acontecer acidentes, pois nestas coisas pode-se ter até 70 ou 80 anos e eles surgirem na mesma. Ainda há dias saiu deste Porto da Horta um senhor com 80 e não sei quantos anos que vai atravessar todo o Atlântico sul.

Portanto, são, de facto, situações em que todo o cidadão joga com alguma probabilidade de risco - esta é a verdade. Só que eu penso que o facto de se fazer um desporto náutico, já de si ele próprio implica também algum risco.

Por isso mesmo, em nosso entender, não há grande dificuldade em considerarmos que se esta legislação for hoje aqui aprovada, estaremos a prestar um serviço útil, e diria mesmo necessário, aos desportistas náuticos da nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Independentemente de entrarmos na discussão da habilitação que dá uma carta de marinheiro, por aquilo que já procurei dizer, é mais uma carta administrativa do que propriamente de conhecimentos de navegação.

Eu queria apenas sugerir ao proponente desta iniciativa uma alteração que talvez pudesse, de alguma forma, obviar os inconvenientes da eventual insegurança que esta redacção poderá suscitar, como está efectivamente a acontecer, e que se traduz no seguinte:

Manter a redacção tal como se encontra, dizendo que "a navegação diurna à distância de 6 milhas de afastamento da costa e 10 milhas de um porto de abrigo, *desde que o seu titular tenha mais de 18 anos e até 3 milhas de afastamento da costa e 10 milhas do porto de abrigo, se o titular tiver menos de 18 anos*"

Portanto, esta é uma forma de dar-se apenas a possibilidade a quem tem mais de 18 anos e já tem maturidade suficiente para navegar para além das 3 milhas.

Digamos que não se trata formalmente de uma proposta de alteração, mas é apenas uma sugestão para reflexão e que talvez obviasse os inconvenientes que aqui foram levantados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma questão muito rápida, apenas para que não fique no ar que o Partido Popular não quer aprovar e não quer prestar este serviço aos açorianos.

Trata-se de uma preocupação, que quisemos deixar aqui, que tem a ver com a segurança e com a questão da constitucionalidade.

A proposta agora feita pelo Sr. Deputado Jorge Valadão é deveras interessante para um jurista, contudo para quem conhece como é que essas cartas são passadas, é preciso ver que, se calhar, são precisamente as pessoas com 18 anos que têm as tais cartas administrativas e quem sabe se agora já não é bem isso.

Aí é que reside mais uma dúvida: é que estamos aqui a introduzir uma proposta de alteração que irá eventualmente criar-nos mais problemas do que agora.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que se está a falar aqui da questão da segurança, eu gostaria de informar esta Câmara que, de facto, a legislação portuguesa não é muito paternalista nesta matéria. É que na maioria dos países estrangeiros, nomeadamente europeus, não é preciso carta nenhuma, mas sim um seguro, logicamente contra terceiros, o que a nossa legislação nacional também já aplica.

Os indivíduos que querem ir para o alto mar, querem percorrer mundo, têm toda a liberdade de o fazer, só que isso não acontece ainda no nosso País, talvez por uma questão de educação e de experiência passada, por isso julgo que é importante começarmos, sobretudo, a acompanhar também as evoluções da mentalidades da Europa.

Se por um lado reconheço que jovens com a idade dos 14 anos podem ir até às 6 milhas, a verdade é que eles já estão autorizados a ir até às 3 milhas. E tal como disse o Sr. Deputado Fernando Menezes, eles podem até atravessar o canal do Faial-Pico sem quaisquer problemas. É tudo uma questão de mais 2 ou 3 milhas.

Quanto ao problema do nevoeiro, pois tanto pode acontecer no canal de S. Jorge-Pico, como pode ser no canal Faial-Pico. Eu próprio já estive neste nosso canal durante 5 ou 10 minutos quase parado, sem saber onde é que andava, porque o

nevoeiro era de tal forma que a única solução foi parar e esperar que ele levantasse ou que víssemos alguma luz.

Portanto, penso que deve haver alguma precaução relativamente aos marinheiros, mas também não devemos dramatizar esta situação.

Eu julgo que é importante também dizer aqui que é preciso termos algum cuidado, porque foram criadas algumas expectativas em 1995, quando fizemos a ante-proposta de lei.

Só que é bom que se diga que em virtude deste diploma, que está aqui em vigor desde 1995, para o qual existe uma alteração, ela já não vem dar resposta, por si só, a todos os indivíduos que na altura poderiam beneficiar desta situação, porque para além das habilitações que há da carta, também há restrições relativamente às características das embarcações. E aí elas são bastante mais restritas e aí sim, Srs. Deputados, não tenho dúvidas que se colocam questões fundamentalmente de segurança.

É que temos que conjugar a questão das milhas e da carta, com as características da embarcação. E é a conjugação desses dois factores que vai permitir que a embarcação comandada por um marinheiro ou por um indivíduo com outra carta superior, faça determinados percursos aqui nos Açores.

Eu acho que a questão levantada pelo Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa é correcta, pois as habilitações dos mestres de pesca são perfeitamente pertinentes. E penso que não se resolver a questão de uns por causa de outros não está certo.

Por outro lado, há aqui uma ligeira diferença, ou seja, enquanto que na embarcação de recreio o trajecto do percurso tem como objectivo atingir a costa mais próxima, ou o porto seguinte, geralmente na pesca o objectivo é afinar, o que quer dizer que muitas vezes os pescadores poderão estar durante longos períodos em zonas mais afastadas. Embora isto não seja justificação para se dizer que são coisas completamente diferentes, mas há uma ligeira diferença entre o recreio e a pesca.

Penso que também é perfeitamente justo que se dê a possibilidade aos nossos mestres de embarcações costeiras de pesca, dentro desta Região e até dentro da Região Autónoma da Madeira, para que possam navegar com maiores competências.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para intervir no debate.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois desta reflexão que fizemos aqui, e aproveitando a sugestão do Sr. Deputado Jorge Valadão, eu proporia que este Artigo Único que se refere à classe de marinheiro., ficaria a seguinte redacção: "*Navegação diurna à distância de 6 milhas de afastamento da costa e 10 milhas do porto de abrigo, desde que o seu titular tenha mais de 18 anos e até 3 milhas de afastamento da costa e 10 milhas do porto de abrigo, se o titular tiver menos de 18 anos*".

Creio que esta fórmula apresentada pelo Deputado Jorge Valadão é capaz de permitir um consenso nesta Câmara e, portanto, eu como autor deste projecto, assumiria esta redacção, pedindo desde já ao Sr. Presidente que submetesse à votação com este entendimento.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia-lhe que fizesse chegar isso por escrito à Mesa, ou então que ditasse um pouco mais devagar, porque eu não consegui completar a redacção.

Entretanto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não temos nada contra a redacção agora proposta, porque deste modo salvaguarda-se algum rigor em relação às pessoas.

No entanto, continuamos a dizer que estamos com algum preciosismo e algum exagero, porque na realidade, hoje nesta Região, há jovens com 12 anos que têm motas de água. Eu vejo-os por aí.

Ora, esses jovens com essas motas de água se aparecerem aqui com uma simples autorização da Polícia Marítima podem navegar. E que limite é que eles têm?

Estou convencido que eles podem ir até ao Pico ou até S. Jorge. E até se algum desses miúdos for mais aventureiro, pode ir mesmo um pouco mais além.

Esta é que é a realidade e no entanto, nós devido a isso vamos fazer amanhã um decreto a proibir os miúdos das motas de água de irem ao Pico?!

Porém, estamos muito preocupados, porque eles poderão ir de barco daqui até ao Pico.

Eu não ponho qualquer objecção a este aditamento, mas penso que estamos a utilizar um preciosismo que a meu ver é exagerado.

Portanto, estou convencido que não haveria mal nenhum em que qualquer jovem, qualquer desportista náutico pudesse ir até às 6 milhas nestas condições. No entanto, da nossa parte, como digo, não há qualquer objecção, embora pensemos que nestas matérias muitas vezes seja preferível não se entrar no exagero.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apenas para dizer que estamos plenamente de acordo com aquilo que foi proposto pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, pois assim ficam todos os aspectos salvaguardados.

Para além disso, no Regulamento das Embarcações de Recreio há uma alínea que diz que sempre que a autoridade marítima verifique que não há condições atmosféricas para poder fazer essa viagem, poderá a mesma dizer ao possuidor da carta que não há condições de navegabilidade, não podendo sair do porto.

De qualquer maneira, a questão da segurança estará sempre contemplada.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, neste momento, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma em apreciação na generalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão e votação na especialidade dos dois artigos em conjunto que constituem o texto do diploma, embora eu pense que a discussão já esteja em parte feita. Porém, está aberto o debate sobre os Artigos 1.º e 2.º do diploma.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação na especialidade, votando os Artigos 1.º e 2.º, mas sublinhando que o Artigo 1.º. ficará com a versão que acabou de ser proposta por consenso, a qual eu volto a repetir:

"...Marinheiro de navegação diurna à distância de 6 milhas de afastamento da costa e 10 milhas de um porto de abrigo, desde que o seu titular tenha mais de 18 anos e até 3 milhas de afastamento da costa e 10 milhas de um porto de abrigo, se o titular tiver menos de 18 anos", o restante é o que consta do texto original.

Vamos então passar à votação destes dois artigos na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 1.º e 2.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma em votação final global, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na globalidade por unanimidade.

Presidente: Fica cometida a redacção final do diploma à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos e que se refere à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Desafecção do domínio público do Estado para o domínio público da RAA dos terrenos e edifícios transferidos pelo Decreto-Lei n.º 208/90, de 27 de Junho"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Hotel do Aeroporto foi durante anos o único lugar que existia na Ilha de St^a. Maria, com condições dignas para permitir a pernoita de muitos passageiros que utilizavam o Aeroporto Internacional de St^a. Maria, enquanto aí se manteve o Centro de Operações de Voos Comerciais.

Na época áurea do Hotel do Aeroporto, pernoitavam nele altas individualidades, tais como Frank Sinatra, Amália Rodrigues, Mário Soares, etc..

Este equipamento colectivo tem já 50 anos de existência, foi cedido à Direcção Geral de Aeronáutica Civil, pelas Forças Americanas quando abandonaram a ilha.

Posteriormente, a já referida Direcção Geral alugou este hotel à Bensaúde, tendo servido também como escola de hotelaria que mais tarde utilizou esses conhecimentos ali adquiridos numa unidade hoteleira de S. Miguel.

Ainda hoje, alguns desses profissionais encontram-se em actividade e a todos eles é reconhecida a sua competência.

Devido à transferência da placa giratória do tráfego aéreo de St^a. Maria para a Terceira, que ocasionou a saída dos voos comerciais da TAP e da TWA também, a Bensaúde encerrou a sua actividade naquele hotel, transferindo para S. Miguel alguns desses profissionais.

A partir da altura em que o património da Direcção Geral de Aeronáutica Civil passou a ser gerido pela ANA, EP, essa empresa alugou o Hotel do Aeroporto à Inatur que abandonou posteriormente a sua exploração.

Depois o Governo Regional viu-se na obrigação de se tornar responsável pela manutenção e exploração desse hotel, até que celebrou um protocolo com a Proturotel que o passou a gerir de uma forma deveras excepcional, no tocante a apoios.

Com a apresentação deste diploma, o executivo pretende ter força de lei que lhe permita alienar essa unidade hoteleira e todos os seus anexos, compostos por armazéns e 11 casas, onde habitam 27 pessoas, funcionários do hotel, que poderão deste modo ter também a oportunidade de adquirir essas mesmas moradias, se assim o Governo Regional o entender.

Este equipamento colectivo continua a ser imprescindível para o desenvolvimento da ilha. Podemos mesmo afirmar que no ano transacto este mesmo hotel teve uma melhor ocupação do que o outro existente em Vila do Porto.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda inteiramente com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que vai, possivelmente, permitir a alienação do hotel a uma entidade privada que certamente irá dinamizá-lo, melhorá-lo e será com certeza aconselhada a salvaguardar os 28 postos de trabalho que ali existem.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma iniciativa que pretende passar para a nossa Região todo o património existente que inclui o Hotel do Aeroporto e terrenos anexos.

Não há dúvida nenhuma que aquele hotel, embora presentemente os seus edifícios se encontrem numa situação altamente deficitária, ao longo de décadas prestou altos serviços à Ilha de St^a. Maria.

Tem que haver, de facto, medidas pensadas em termos de futuro para resolver os seus problemas estruturais e em termos de edifício. Temos que ter a preocupação de manter os postos de trabalho existentes. E acho que esta é uma medida que poderá, a breve trecho, ajudar a resolver a situação do Hotel do Aeroporto.

Inclusivamente, há que alterar aqui uma situação que existe, ou seja, os outros hoteleiros da ilha acusavam antes e acusam agora as entidades regionais que fomentavam a concorrência desleal que havia em termos de preços e que decorre neste momento, porque os preços são diferentes entre o Hotel do Aeroporto e o Hotel de Vila do Porto.

Eu penso que temos que avançar de imediato na recuperação daquele edifício, apetrechando-o como deve ser e pôr as duas unidades a concorrerem em termos normais e que aquele hotel não seja, como tem sido até ao momento, suportado por apoios regionais, os quais surgiram para colmatar uma situação altamente preocupante e que poderia ter resultado no despedimento de uma série de funcionários.

Na altura, foi a única medida possível a tomar.

Portanto, deixo aqui uma preocupação que afinal é de todos, no sentido de se arranjar no futuro uma solução digna, tanto para o Hotel do Aeroporto como para o pessoal que lá trabalha.

Por estas razões, o PSD irá votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Não havendo mais intervenções para o debate na generalidade, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que na generalidade concordam com este diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta em apreço foi aprovada na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade dos Artigos 1.º, 2.º e 3.º, em conjunto.

Está aberta a discussão destes artigos.

(Pausa)

Não havendo qualquer intervenção, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os Artigos 1.º, 2.º e 3.º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 1.º, 2.º e 3.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que na globalidade concordam com este diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta em apreço foi aprovada na globalidade por unanimidade.

Presidente: Fica cometida a redacção final deste diploma à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Passamos ao ponto seguinte da ordem do dia que se refere a um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, relativa a uma "Escala semanal da TAP entre Lisboa e Stª. Maria"**.

Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As razões do Pedido de Urgência da Proposta de Resolução em discussão, vêm no seguimento de várias declarações de membros do Governo Regional, que afirmam estar em negociação com o Governo da República, para que os interesses da Região Autónoma fiquem totalmente salvaguardados no próximo concurso para o serviço público de transporte aéreo entre a Região e o Continente.

Por outro lado, o concurso será aberto em breve, e não havendo plenário no mês de Maio, a baixa à Comissão da Proposta de Resolução tornaria inviável uma tomada de posição desta Assembleia sobre o assunto. Posição esta, que irá reforçar a negociação por parte do Governo Regional junto do Governo da República, sobre a criação de uma escala em St^a. Maria, integrada no serviço público de transporte aéreo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Pedido de Urgência, queria simplesmente dizer que na tarde de ontem o Grupo Parlamentar do PSD foi acometido de uma "doença súbita", que poderia ser chamada de "o síndrome da solução", porque ontem à tarde de repente apresentaram 3 propostas de resolução. E a doença agravou-se um pouco, porque já hoje de manhã apresentaram mais outra.

Portanto, enfim, é uma "febre" que deu ao Grupo Parlamentar do PSD, que está no seu direito, só que achámos interessante essa avalanche.

Quero, por outro lado, dizer que o Grupo Parlamentar do PS vai aprovar todos os pedidos de urgência aqui presentes.

Queria aproveitar esta oportunidade para dizer também que embora algumas destas propostas suscitem certas dúvidas, e uma ou duas merecessem de facto um trabalho mais aprofundado em Comissão, o Governo do Partido Socialista está a fazer um trabalho sério nesta matéria de transportes aéreos e, portanto, deve haver por parte desta Assembleia e da parte dos proponentes destas resoluções, algum cuidado no sentido de credibilizar a negociação que está em curso e que é realmente muito importante para a Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, e apesar de surpreendidos por esta... "doença súbita" do Grupo Parlamentar do PSD em apresentar estas resoluções todas, o Grupo Parlamentar do PS vai aprovar todos os pedidos de urgência aqui presentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante o facto de apenas termos plenário no próximo mês de Junho, e de estarem a decorrer negociações relativamente à ligação Açores/Lisboa, vamos votar favoravelmente este Pedido de Dispensa de Exame em Comissão. Se bem que entendamos que teria sido preferível a baixa desta matéria à comissão especializada, no sentido da mesma poder ser analisada em função de uma série de parâmetros que julgávamos serem sempre enriquecedores para a matéria em discussão.

No entanto, dada alguma urgência que aceitamos em função dessas possíveis negociações, daremos o nosso acordo e tão somente nesse sentido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um breve comentário.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entende que, preferencialmente, as resoluções e os decretos legislativos regionais devem baixar às comissões. Mas às vezes isso não é possível, porque o tempo urge.

Uma boa parte das justificações para este conjunto de resoluções para as quais pedimos a dispensa de exame em comissão e a urgência, prende-se com uma questão muito simples, é que não há sessão plenária no mês de Maio. Se houvesse sessão plenária nessa altura, uma boa parte destas resoluções, senão todas, tinha baixado às comissões, porque em Maio haveria certamente tempo de as aprovar ou não. E com certeza que evitar-se-ia pedir as dispensas de exame em comissão. E esta razão tem que ser tida em consideração por todos os grupos parlamentares, porque isto aplica-se a qualquer uma destas resoluções.

Quanto à "doença súbita", eu acho que quando um grupo parlamentar faz propostas com justificação, com fundamentação - e já vamos ver se elas têm ou não fundamentação, consoante as votações desta Câmara - não é um sinal de doença súbita. Dá, pelo contrário, mais um sinal de saúde, porque quem tem trabalha tem saúde e quem trabalha bem produz e quem produz com razão, está cheio de saúde e está aplicando muito bem a saúde que tem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não se vá dizer agora que é saúde súbita, porque esta nós já a tínhamos. É mais um sinal do vigor, da energia e da concentração de forças num trabalho que nos parece importante.

Isso é que é a verdade e não há qualquer doença.

Doença tínhamos nós, se nada fizéssemos.

E, como já deve ter notado, nós não estamos a optar por esse caminho. O nosso percurso é outro.

As urgências estão plenamente justificadas e a saúde é tão evidente, que basta olhar para o nosso produto para saber que estamos a utilizar muito bem as nossas energias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro... depois de muito considerar.

(Risos da Câmara)

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Eu de facto considerei, porque estava convencido que a urgência e a dispensa de exame iria dispensar as intervenções e eu tinha-me inscrito com vista ao debate.

Dado o facto de cada representante dos partidos com assento aqui ter opinado sobre esta matéria, nós secundamos os fundamentos que levam a que este assunto venha a ser apreciado hoje, sobretudo pela razão apontada pelo proponente que aqui aduziu e que é decisiva, isto é, ou hoje ou nunca.

Por conseguinte, vamos dar o nosso voto favorável a este Pedido de Urgência.

Presidente: Vamos assim passar à votação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão em apreço.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução - "Escala semanal da TAP entre Lisboa e St^a. Maria" foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos em seguida passar à discussão da própria Proposta de Resolução, de acordo com o nosso ponto 6 da ordem de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando que a Ilha de Santa Maria dispõe de infraestruturas aeroportuárias de grande dimensão e operacionalidade;

Considerando que na Ilha de Santa Maria se efectuam escalas técnicas a todos os tipos de aeronaves, o que indica capacidade de resposta na área do handling;

Considerando que a implementação do Projecto do Atlântico na Ilha de Santa Maria, implicando a instalação de tecnologia de ponta, irá obrigar à deslocação contínua de técnicos altamente qualificados;

Considerando que no âmbito da navegação aérea existem vários encontros internacionais e que a Ilha de Santa Maria poderá beneficiar directamente da sua realização se estiver garantida a acessibilidade directa ao Continente Português;

Considerando que uma grande parte dos funcionários do sector da navegação aérea são oriundos do Continente Português, o que contribui para um fluxo turístico gerado pelas suas famílias;

Considerando, ainda, que as entidades governamentais regionais e as forças vivas da Ilha consideram o turismo como o sector económico com maiores potencialidades para o desenvolvimento económico da Ilha de Santa Maria;

Considerando, por último, que este desenvolvimento está condicionado pela inexistência de uma ligação directa ao Continente Português, o que provoca o desinteresse dos agentes de viagens em constituírem pacotes turísticos para a Ilha.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 1, do artigo 20.º, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentam a seguinte Proposta de Resolução, que recomenda ao Governo Regional dos Açores as seguintes medidas:

1.^a Que nas negociações em curso entre o Governo Regional e o Governo da República, sobre o concurso para o futuro serviço público de transportes aéreos para a Região Autónoma dos Açores, seja incluído, pelo menos, um voo semanal: Lisboa/Santa Maria/Ponta Delgada/Lisboa, admitindo-se a possibilidade de alargar este número de toques, se a apetência pela escala se justificar.

2.^a Que esta escala possa potenciar a criação de um circuito turístico regional, semelhante ao já existente.

Horta, Sala das Sessões, 23 de Abril de 1998.

Os Deputados Regionais do PSD

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para intervir no debate.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria contida nesta Proposta de Resolução, como em muitas outras que chegam a este Parlamento, tem um objectivo nobre que visa um princípio que, na prática, como ideal, dever-se-ia aplicar a todas as ilhas, a qualquer ilhéu, ou seja, o direito de ter junto da sua porta fácil acesso, neste caso, aos transportes aéreos que são os únicos que podemos utilizar como açorianos para sairmos do nosso Arquipélago.

Portanto, por princípio, é uma boa resolução e visa um bom objectivo.

Ademais, no caso da Ilha de St^a. Maria, estamos perante uma das ilhas periféricas da nossa Região, que possui uma infraestrutura que, de resto, historicamente já exerceu um papel de âmbito regional, no que toca às ligações com o exterior. Por maioria de razão, se pelo menos servisse a sua população, obviamente que estava a ter uma utilidade directa para a sua comunidade.

Portanto, estamos perante princípios óbvios. Bom seria que cada uma das restantes 5 ilhas dos Açores, não servidas directamente pela transportadora nacional, pudessem ter toques da TAP, ou de quem a substituir, nos seus aeroportos de ilha.

Esta é uma primeira observação que deixo à vossa consideração.

É que enquanto ainda há poucas horas, não sob a forma de resolução escrita mas sob a forma oral, insistimos junto do Governo para que relativamente à sua empresa - a

SATA - poder primeiro cumprir com o programa do executivo que estabelece um aumento de frequência de toques, em relação às ilhas do grupo ocidental, no caso das Flores que não consegue ter voos diários, no caso do Corvo que só tem 2 voos semanais e são mal distribuídos, e infelizmente a nossa Administração ainda não resolveu isso, pelas razões que já vimos aqui outro dia e que, na nossa óptica, são politicamente graves. Por isso, é bom que o Governo resolva esse problema.

Relativamente a este caso, é extremamente importante, porque trata-se de uma ilha que já está em situação de poder dar um salto nas suas ambições, embora esteja dependente de uma empresa que nem está directamente sob a tutela da Administração Regional, mas está a decorrer uma fase de diálogos e negociações, com vista ao futuro dos transportes aéreos entre a Região e o exterior.

A primeira observação que eu faço, e acho que é importante, é que se atenda a St^a. Maria, mas que se tenha em conta os objectivos gerais da Região Autónoma dos Açores.

Parece-me que quem propõe isto, não o faz para perturbar, mas sim para adicionar um elemento a ter em conta, porque se fosse para perturbar, parece-nos sinceramente que seria um mau uso de uma legítima aspiração dos marienses que depois podia ser politicamente utilizada para se justificar que não se conseguiu determinados desideratos em matéria de transportes aéreos que, como sabem, consta do programa do Governo. E nessa matéria, o Partido Popular, inequivocamente, também está empenhadíssimo em que se consiga atingir objectivos globais imprescindíveis para a nossa Região e que irão beneficiar em geral todos os açorianos.

Se além disso, conseguirmos um objectivo específico para os marienses, será realmente "ouro sobre azul".

Portanto, queríamos dar este tom que nos parece realista, que é a maneira correcta de analisar estas aspirações locais que são legítimas.

Gostaria de referir ainda um pequeno pormenor, que era naturalmente matéria de comissão, mas pode ser dito em Plenário.

Quando se afirma que com isso, visa-se fomentar o turismo local, regional, etc., permitam-me a abordagem, mas é sempre bom ter presente que quando se abre uma porta, ela tanto funciona para dentro como para fora.

Nós sabemos que grande parte dos elementos não residentes e que trabalham na Ilha de St^a. Maria, são pessoas que têm até acesso facilitado aos transportes aéreos, devido às suas actividades profissionais.

Queira Deus que um dia que haja transportes aéreos directos de St^a. Maria para o exterior, que na verdade seja utilizado para os que lá estão trazerem os seus familiares àquela ilha, pagando à parte e não irem de graça passar o fim de semana ao Continente com os seus familiares, não pagando a ninguém.

Estas observações têm que ser feitas, porque nós todos sabemos que o movimento gerado para St^a. Maria tem uma componente artificial, no bom sentido da palavra, que é a componente de um segmento importante da população mariense ter um acesso legítimo aos transportes aéreos.

Por conseguinte, são meras observações que teriam cabimento mais em sede de comissão, mas porque estamos a apreciar em regime de urgência e de dispensa de exame, em consciência, o Partido Popular não podia deixar de fazer aqui.

Portanto, estamos com esta resolução, nos termos e no enquadramento que aqui colocámos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, ficando até satisfeito por verificar que o PSD inflectiu a sua posição. Ou seja, foi há anos atrás o PSD que, com a sua política, fez com que os voos comerciais saíssem de St^a. Maria.

Temos a certeza de que o Governo Regional tudo fará, para que se consiga esses objectivos. Mas terá que haver certamente uma reflexão e é pena que não haja tempo para que esta Proposta baixe à Comissão e assim se pudesse verificar todos os seus aspectos.

De qualquer maneira, entendemos perfeitamente esse facto e assim sendo, vamos votar favoravelmente, registando em simultâneo o facto do PSD ter mudado de opinião relativamente à localização dos voos comerciais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo final da intervenção do Sr. Deputado Humberto Chaves e para dizer que não vejo qual é a comparação com o que existia antes e o que existe agora. O que se está criando aqui é um voo específico para a Ilha de St^a. Maria, que é o resultado de uma política de transportes completamente diferente, até na sua base no que concerne o serviço público de transportes aéreos.

Esta medida tem uma preocupação principal, ou seja, uma preocupação de apresentá-la no presente para que traga grande frutos no futuro.

Não estou preocupado com o passado, mas sim com o presente e com o futuro.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu posso dizer aqui que esta é uma Proposta que não tem a mínima intenção de criar problemas seja a que negociações for.

Para lhe dar um exemplo muito concreto disto, há alguns meses atrás, esta proposta esteve para ser apresentada, mais precisamente há um ano, e não o foi, porque, de facto, era impossível implementá-la naquela época, uma vez que estava já a decorrer um contrato que tinha sido assinado e estava a decorrer, porque se a intenção de fundo fosse realmente criar um facto político, ou problemas nesse sentido no que concerne as negociações, ter-se-ia apresentado uma proposta nessa altura e não agora. Por isso, neste momento, a intenção é, de facto, fazer com que através de uma medida desta natureza, se consiga que St^a. Maria fique ligada ao continente português, esperando que isto venha a resultar numa vinda de pessoas para aquela ilha, possibilitando assim um melhor desenvolvimento turístico.

Quanto à questão que levantou das inúmeras pessoas que usufruem de passagens especiais para se deslocarem para os mais diversos lugares, é óbvio que isso é do conhecimento de todos, mas não se passa só em St^a. Maria, também existem outras ilhas dos Açores em que essa situação se verifica. E posso dar uma informação adicional sobre isto, ou seja, o ano passado, o movimento gerado entre os familiares de funcionários do continente que foram passar férias durante os meses de Junho,

Julho e Agosto a St^a. Maria, foi cerca de 60 pessoas. Foram lá, porque tinham familiares seus a trabalhar naquela ilha.

Eu acho que numa ligação destas directa, em que se pode potenciar este movimento, bem como criar junto das entidades privadas e agências de viagens, as quais poderão criar pacotes turísticos dirigidos àquela ilha, as pessoas vão ter uma acessibilidade muito mais rápida e com um melhor serviço.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, no entanto gostaríamos também de fazer algumas considerações.

Já aqui foi recordado pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves o aspecto das ligações que durante muitos anos se fizeram via St^a. Maria.

Eu sou do tempo - na minha altura de estudante - que a oferta mais fácil que a TAP nos proporcionava de muitas das nossas ilhas para Lisboa, era exactamente a via St^a. Maria. E nós tínhamos que ir todos lá para tomar o avião da TAP para Lisboa.

Hoje, ficamos em S. Miguel, na medida em que a oferta que é dada pela SATA para Lisboa todos os dias, é via P. Delgada e em muitos menos dias pela Horta e pela Terceira, dadas as ligações da SATA aos voos da TAP.

Por isso mesmo, se nós tivemos que ir novamente algum dia por St^a. Maria, pois dá no mesmo que ir por S. Miguel, porque trata-se apenas de mais uns meros quilómetros. Mas não nos admira nada que se isto se concretizar, e amanhã a nossa SATA tiver que fazer um voo de ligação, se acabarem os voos tardios por S. Miguel, alguém faça um esforço negativo.

Por isso mesmo, nós pensamos que a Ilha de St^a. Maria só tem a beneficiar, se efectivamente este voo TAP for criado.

De qualquer modo, ficamos quase com o desejo de rever a nossa intervenção e a nossa posição, depois do Sr. Deputado José Maria Bairos ter dito que o ano passado, em 3 meses, houve 60 pessoas que foram passar férias àquela ilha.

Se realmente foi isso que disse, então espantou-me, porque eu estava à espera que me falasse numa centena ou duas de pessoas, pois. de facto. falar em 60 pessoas durante

3 meses, dá mais ou menos 20 pessoas por mês, o que é realmente uma taxa muito baixa.

Porém, nós entendemos que não é pelo facto de antes de existirem os voos, que se deve impedir que eles sejam criados, porque eu durante muitos anos ouvi dizer que só havia um voo para as Flores, porque não havia oferta. E a partir do momento em que se verificou essa oferta, as várias demandas cresceram. Por isso, pensamos que tem que haver um equilíbrio entre a oferta e a procura e sem oferta não há procura.

Acreditamos que se aumentar a oferta, concretamente em relação à Ilha de St^a. Maria, a procura certamente irá aumentar e com certeza que haverá maior afluência de passageiros nesta rota.

Por outro lado ainda, quando se fala no lançamento e criação de concursos para o serviço público de ligação aérea entre o Continente e os Açores, eu penso que esta Proposta é oportuna, exactamente para lembrar que o concurso de serviço público não pode ser tão somente a oferta de lugares para S. Miguel, para a Terceira e Faial.

O serviço público, em nosso entender, pode e deve ser mais do que isso. E aqui está um caso concreto de que esse serviço pode ser muito mais do que isso, nomeadamente numa ilha que tem a infraestrutura que todos nós conhecemos e reconhecemos e que deve ter também incluída nesse serviço a possibilidade de entrada e saída na rota dos Açores para Lisboa.

Tudo isto nos leva a votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, mas com a salvaguarda de que o serviço público Açores/Lisboa, não pode ser impeditivo do não melhorar-se o restante serviço nas outras ilhas dos Açores, uma vez que estes são dois aspectos completamente diferentes. Por isso, reafirmamos aqui a nossa defesa, que já no passado fizemos e continuamos a fazer no presente e faremos no futuro, de que é necessário também melhorar o serviço público dentro da Região, nas diversas ilhas de um modo geral, como, aliás, na Terça-feira, já disse que continuo a entender que o serviço público regional não é assumido pela empresa pública regional, enquanto a Ilha das Flores não tiver voo todos os dias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que o passado é que criou este problema, pois se não tivessem saído de St^a. Maria naquela altura todas as escalas comerciais, se calhar ainda hoje mantínhamos algum voo por lá.

Portanto, eu sei que o Sr. Deputado José Maria Bairos não gosta que eu refira o passado, só que para mim é bom recordar estas coisas.

Quero dizer, por outro lado, que estamos todos de acordo com esta resolução, não temos qualquer problema, no entanto queríamos frisar mais uma vez que foi precisamente o passado que criou esta situação.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Isso é uma questão de ciúmeira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para esclarecer aqui uma questão que eu penso que o Sr. Deputado Paulo Valadão não percebeu e que se prende com a visita de 60 pessoas à ilha. O que eu quis dizer foi que essas 60 pessoas eram ligadas a funcionários oriundos do Continente e que estão a trabalhar em St^a. Maria. E não falei no movimento de turistas que houve na generalidade que, como sabe, nesta altura é muito maior.

Quanto à questão do passado, eu devo dizer que não há qualquer semelhança. Ou seja, nós estamos a falar no serviço público de transporte aéreo, onde houve grandes alterações.

Hoje em dia a TAP não é uma empresa que esteja sozinha neste processo, há várias entidades envolvidas aqui, portanto não se pode colocar a situação nesses termos de passado/presente.

Era também para esclarecer este aspecto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Apenas duas palavras para sublinhar um aspecto que me parece importante nesta resolução.

É que não se trata apenas de mais um voo, menos um voo, digamos que uma "chinesice" de alguém que quer ver um voo desviado para St^a. Maria.

Eu penso que devíamos interpretar, até em termos de futuro, esta medida com uma visão alargada das potencialidades das nossas ilhas.

Eu tenho visto aqui, desde há longo tempo, discussões dessas - que estão tanto nesta Assembleia, na sociedade açoriana e no Pico em particular - tal como o alargamento da pista do Pico que é pedido naturalmente com o sentido de um dia aquela pista servir para mais alguma coisa.

O que me faz pena é que nos Açores estejamos a investir em infraestruturas para ganhar o futuro e tenhamos ilhas com infraestruturas, sem pensar neste presente e no futuro.

Não faz sentido que uma ilha como St^a. Maria, que tem um grande aeroporto - um aeroporto do mundo - e que ele praticamente abandonado. Uma ilha que tem condições excepcionais, que tem sol, que tem planície, tem mar, tem um dos maiores festivais de música deste País, onde a TAP e outras companhias aéreas já passaram, e perante isso nós temos uma visão redutora da capacidade de cada uma das nossas ilhas.

Eu penso que não se trata apenas de mais um voo. É também um sinal de podermos olhar os Açores de uma forma integrada, observando por outro lado a realidade de ilha, porque vai sendo tempo disso, isto é, olhar para os seus problemas demográficos, de desertificação, capitalizando aquilo que é fundamental em cada uma delas.

St^a. Maria tem um aeroporto óptimo que não pode ficar "às moscas". Se é possível a TAP deslocar-se lá, vamos promover aquela ilha.

Se ela tem condições para o desenvolvimento do turismo, para a pesca, para a música, etc., vamos promover esta ilha.

É preciso galvanizar St^a. Maria e outras ilhas, dando aquilo que cada uma delas tem como seu potencial.

Aproveitemos o aeroporto de St^a. Maria, porque ninguém irá entender no futuro que estas gerações têm uma ilha quase abandonada, aqui tão perto em pleno Atlântico,

com um aeroporto daqueles e que não saiba dar um seguimento, demonstrando uma perspectiva de futuro e de desenvolvimento.

Era isto que eu gostaria de ver também espelhado nesta resolução, para além de "mais um voo", "mais 60 pessoas".

Devemos tirar partido disto, mas também devemos saber promover no exterior aquilo que St^a. Maria é capaz de dar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução sobre a "Escala semanal entre Lisboa e St^a. Maria", fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica a redacção final deste diploma entregue à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos passar a outra Proposta de Resolução e respectivo Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, sobre "Tarifas da TAP iguais para os açorianos de todas as ilhas".

Está aberta a discussão sobre o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou usar da palavra de forma breve, para dizer que o Pedido de Urgência, ora feito pelo Grupo Parlamentar do PSD, justifica-se, porque a medida de abaixamento das tarifas levada a cabo pela TAP é um dado adquirido. E é necessário que esta Assembleia tome uma posição já, até porque no próximo mês de Maio não haverá plenário e um eventual trabalho desta Proposta de Resolução na Comissão, na nossa óptica, não traria grandes contribuições e atrasaria mesmo a possibilidade dos açorianos da Graciosa, Corvo, Flores, S. Jorge, Pico e St^a. Maria pudessem beneficiar de imediato do referido abaixamento das tarifas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Da nossa parte, não temos quaisquer dúvidas da necessidade de votar esta urgência, na medida em que a matéria que está em cima da mesa, tendo já sido anunciada na comunicação social e se houver intenção por parte da TAP em concretizar este abaixamento das tarifas apenas em ilhas da nossa Região, para nós isso é altamente injusto.

Por isso mesmo, vamos votar favoravelmente esta urgência e depois na discussão da Proposta em si, havemos de fazer a análise que entendermos mais correcta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Nós vamos votar favoravelmente este Pedido de Urgência e respectiva Proposta de Resolução, esta e as outras, por isso e para poupar tempo, vou dizer tudo agora.

Este é um assunto pertinente e está tanto mais na ordem do dia, porquanto se tem falado da redução de tarifas - que nada tem a ver com serviço público - e é bom que esta Câmara e alguns dos Srs. Deputados, que impertinentemente continuam a fazer ponto de honra e alguma teimosia, deixem de confundir operadores privados com serviço público. Por isso, espero que a seguir a esta Proposta de Resolução não venha uma outra obrigar os operadores privados a fazerem operações charter para todas as ilhas dos Açores.

Presidente: De momento não há mais inscrições, por isso vamos passar à votação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão para a Proposta de Resolução sobre as Tarifas da TAP.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate da Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Proposta de Resolução sobre "Tarifas da TAP iguais para os açorianos de todas as ilhas".

A recente notícia de que a TAP se prepara para lançar tarifas entre 3 ilhas dos Açores e Lisboa a preços de cerca de 30% mais baixos do que os normais para residentes, vem provar que esta companhia tem condições para oferecer aos açorianos viagens mais baratas.

Acresce que se o faz numa época alta, por maioria de razão poderia e deveria fazê-lo em períodos comerciais de menor procura, sendo certo que, por outro lado, só decidiu avançar para esta operação, depois de operadores privados terem lançado o mesmo produto para períodos similares.

Tendo a TAP, transportadora de bandeira nacional e capitais públicos, um contrato de serviço público com as Regiões Autónomas, impõe-se que trate os açorianos de todas as ilhas por igual, sem qualquer discriminação para aqueles que não residam em S. Miguel, Terceira ou Faial.

Assim sendo, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo Regional que providencie no sentido de:

- 1- Os utentes das restantes ilhas poderem beneficiar na sua deslocação de/e para o Continente, da mesma redução da tarifa já anunciada de/e para S. Miguel, Terceira e Faial;
- 2 - Que as tarifas agora anunciadas sejam praticadas até ao termo do actual contrato de serviço público;
- 3 - Que seja definido um número mínimo de lugares, previamente conhecido, para cada voo.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Abril de 1998".

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Efectivamente, nós consideramos que se a TAP oferece, como desde o início desta semana tem sido divulgado pela comunicação social, viagens a preços com redução, elas também devem dar a possibilidade a todos os passageiros das 9 ilhas poderem utilizá-las.

Pensamos que seria exageradamente injusto que apenas tivessem acesso a essas viagens, os passageiros das ilhas já referidas.

Por isso mesmo, nós vamos votar favoravelmente esta Proposta.

Por outro lado ainda, é evidente que não faz sentido fazer anúncios desta natureza, sem que o utente e os agentes de viagens tenham conhecimento efectivo de quantos lugares estarão disponíveis para cada voo, com esta redução de preços.

Isto tem que ficar perfeitamente claro, tem que ser perfeitamente divulgado, porque para nós também não é admissível, que havendo esta oferta de viagens a preços reduzidos, ela seja apenas distribuída aos próprios escritórios da empresa que é simultaneamente proprietária dos aviões. Ou seja, o acesso a estas viagens deve ser feito em igualdade de circunstâncias para todos os agentes existentes no mercado.

Para além disso, se na época alta são oferecidas estas viagens a preços reduzidos, entendemos que elas devem ser oferecidas até ao final do contrato do serviço público.

Por isso, estamos também de acordo com o 2º. ponto da proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Como já foi dito aqui, o PS vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

De qualquer modo, gostaria de dizer que é evidente para nós que a TAP está a fazer concorrência aos operadores privados, utilizando dinheiros públicos.

É também óbvio que são, normalmente, no dia a dia os habitantes das restantes ilhas que não S. Miguel, Terceira ou Faial, os mais penalizados em termos de transporte aéreo.

Parece-nos, portanto, inaceitável mais esta discriminação relativamente aos açorianos dessas 6 ilhas.

É verdade que um florentino, um corvino ou um graciosense pode beneficiar já da tarifa "Festival", mediante o pagamento de 30 contos de passagem para chegar a uma das outras 3 ilhas beneficiadas e depois paga mais 30 contos para chegar a Lisboa.

Claro que isto é um insulto à inteligência e aos direitos dos açorianos dessas 6 ilhas e temos que estar frontalmente contra isso e temos que entender que se utilizando dinheiros públicos, a TAP quer baixar de tarifas e concorrer com outros operadores, então que trate todos os açorianos por igual.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

A convergência da esquerda açoriana anda a assustar-me!

Choca-me e entristece-me, mesmo mais do que me entristeceu hoje de manhã, ver fundamentar propostas de resolução nesta Assembleia, com base em notícias de jornal!

Choca-me mais ainda, porquanto os Srs. Deputados tinham obrigação de saber que as notícias nem são totalmente verdadeiras.

E ainda fico pior, quando há um mês atrás, nesta Casa, parte dessas notícias foram desmontadas com aplausos de uma maioria inequívoca!

É preciso que fique bem claro que eu nada tenho contra a que todos os açorianos tenham acesso a passagens de avião, para irem seja aonde for, ao mesmo preço. O que eu não posso é admitir que se utilizem dinheiros públicos para fazer concorrência com quem está a operar com o seu privado.

Isto é inadmissível!

O que o Sr. Deputado Herberto Rosa disse foi que a TAP está a fazer concorrência desleal com os investidores privados. Só que depois ele disse pretender que a TAP faça o que está a fazer e ainda por cima quer que essa companhia alargue essa concorrência desleal a outras ilhas dos Açores, o que me choca bastante!

Por outro lado, parece-me que se devia analisar se realmente a TAP tomou esta atitude porque uma agência privada já a tomou, ou se tomou essa atitude, porque é do interesse económico da empresa. Ou seja, devemos saber se a tal actividade que a TAP irá ter vai ser rentável, porque quanto a isso eu tenho as minhas dúvidas.

A primeira, aquela que a tal agência contratou com a SATA Internacional, eu acredito nela. A segunda, já tenho as minhas dúvidas, pois parece-me que é uma atitude predadora.

Alargar isto, é ainda mais grave.

Devo dizer, em conclusão, que o Partido Popular vai dar o seu voto favorável a esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria tecer algumas considerações sobre algumas intervenções que me antecederam acerca desta Proposta de Resolução.

Em primeiro lugar, gostaria de mostrar a minha congratulação por esta Proposta vir aqui tão atempadamente, bem como pela posição que o PSD toma agora e que no meu entender é correcta.

Em segundo lugar, começaria pelo 1º considerando que diz "a recente notícia de que a TAP se prepara para lançar tarifas entre 3 ilhas dos Açores e Lisboa a preços de cerca de 30% mais baixos..." não é notícia de jornais, é a realidade. Eu tive a noção clara disso hoje, porque vim de Lisboa há pouco tempo e fui apanhado de surpresa.

O volume de que estamos aqui a falar, já não é o volume do passado, são volumes bastante altos. É mesmo para fazer concorrência aos privados, tal como aqui está referido no 2.º considerando desta Proposta.

Trata-se, portanto, de uma atitude que pode ser predadora.

Porém, no meu entender, há qualquer coisa nisto de muito estranho. É que no mesmo avião, faz-se uma espécie de "charter", isto é, há um avião que é pago com indemnizações compensatórias do Estado e que uma parte dela é utilizada para fazer um voo desse tipo, não sendo obrigado a fazer o que a outra parte faz e que é pôr o passageiro em qualquer ilha dos Açores pelo mesmo preço, ou seja, não pagando o rateio à TAP.

É evidente que há aqui uma competição desleal. E eu concordo perfeitamente com este considerando.

Isto só vem confirmar o que nós temos vindo a dizer há muito tempo: a TAP está a ganhar demais para fazer este serviço público aos Açores e com um contrato assinado com o Governo anterior do PSD, o qual foi um contrato leonino para esta empresa. Tanto é que ela pode-se dar ao luxo durante 6 meses, de vender quase 20 mil lugares por esse preço. Aliás, tem-se percebido claramente esta situação.

Quando os operadores privados, juntamente com a SATA Internacional, começam a aumentar a sua oferta, a TAP tem respondido da mesma maneira, isto é, aumentando a sua oferta e tentando diminuir as possibilidades de concorrência.

Mesmo na Segunda-feira passada, estive reunido com outro operador privado, no sentido de se criar a possibilidade de haver mais um toque semanal, durante o período compreendido entre Maio a Outubro. E assim sendo, os privados vão-se retrair, porque há uma empresa pública que recebe 2,4 milhões de contos de indemnizações compensatórias e que está a utilizar uma parte do avião para fazer um voo "charter".

É também claro que se a empresa do Estado - a TAP - com capitais públicos, ganhou um concurso para os Açores, deve cumpri-lo com todas as suas consequências. Ou seja, praticando um preço único para todas as ilhas.

Esta é a minha visão das coisas. E devo dizer que concordo em absoluto com a Proposta apresentada pelo PSD.

Só tenho uma dúvida sobre isto que gostaria de ver melhor clarificada, isto é, diz aqui: "Assim sendo, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicadas, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo Regional que providencie no sentido de". Ora não há clarificação sobre quem é que vai pagar.

Depois diz: "que as tarifas agora anunciadas sejam praticadas até ao termo do actual contrato do serviço público". Muito bem, mas só se a TAP quiser, porque o contrato foi feito com o anterior Governo, por isso com certeza que ela não é obrigada a fazer isso.

"Que seja definido um mínimo de lugares previamente conhecido" - ela pelos vistos, já apresentou esse número mínimo, portanto o problema não está aí.

Agora, que seja a TAP a pagar o transporte à SATA das ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial para as outras ilhas. Senão, nós temos que arranjar mais dinheiro à SATA para ela poder fazer isso, aumentando assim o Orçamento.

Para além disso, devo dizer-vos que, como no contrato anterior, o que está em vigor, foi adoptado o sistema pro-rate, isso significa que, por exemplo, um passageiro que faça o percurso Lisboa/Horta, faz cerca de 1000 milhas, vai depois para as Flores, faz mais 100 milhas (quase 10%), a SATA só vai receber 2 mil e 900 escudos para fazer essa viagem.

Portanto, a descida da tarifa da TAP vai penalizar ainda mais a SATA, isso significa que os açorianos vão pagar ainda mais.

E aqui não há mais nada a fazer, temos é que aguentar o contrato até ao fim. Mas no próximo contrato isto não pode de maneira nenhuma acontecer, porque se for assim, a SATA é que vai pagar os custos maiores do transbordo desses passageiros que passam nas 3 ilhas beneficiadas e que querem ir para as outras ilhas.

Isto já é feito agora, mas ainda vai ser mais, mesmo que a TAP possa custear os tais 2 contos e 900 à SATA no caso das Flores, por exemplo.

Portanto, eu concordo com esta Proposta de Resolução, acho que é uma posição correcta, quem quer fazer serviço público fá-lo, quer trabalhar em "charters" trabalha assim, fazendo-se a separação entre privado e público.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para um pedido de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Toda a gente sabe, porque é do conhecimento público, até porque alguns voos de certos dias já foram divulgados, que para S. Miguel, Terceira e Faial vão haver passagens a preço reduzido.

Deu-me a impressão que o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa tem alguma dificuldade em perceber que nós aqui estamos a exigir esta realidade para as 9 ilhas. E é sobre isto que eu gostaria de ser perfeitamente esclarecido.

Ou nós aceitamos que o serviço prestado pela empresa pública TAP a esta Região tem que ser igual para todos e, portanto, não pode haver excepções, ou então vamos discutir porque é que podem haver essas excepções. Esta é a realidade pura e simples.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa:

Não é hábito o PSD tomar qualquer tipo de iniciativas com base em notícias de jornal.

Nós conhecemos exactamente qual é a operação que está montada pela TAP.

Esta empresa tem uma operação a 24/04, a 27/10, a 28 mil e 900 escudos, mais taxas.

Ou seja, estas operações coincidem exactamente com a operação da Agência Abreu feita com o avião da SATA, com mais 900 escudos. Até teve o cuidado de fazer o trocadilho da tarifa.

A SATA e a Abreu fazem a 29 e 800 e a TAP faz a 28 e 900. É uma ironia engraçada.

Portanto, não tenhamos ilusões quanto à TAP.

E é por aqui que eu vou começar, para também dizer ao Sr. Secretário que é bom que deixasse de fazer considerações sobre os contratos feitos pelos governos anteriores sobre esta empresa, porque só agora é que o Sr. começou e o tempo vai fazê-lo "engolir" isso tudo. Aliás, já está fazendo.

(Risos do Secretário Regional da Economia)

Só quem não conhece a TAP é que diz coisas dessas!

A TAP transcende as pessoas. O relacionamento entre a TAP e a SATA transcende as vontades das pessoas.

Tudo isso que se está a passar com a operação da SATA e da Abreu, já se passou milhentas de vezes com a operação para Boston e para Toronto, porque a TAP tem o peso, a grandeza e a dimensão que tem, tem o apoio incondicional - e sempre teve - do Governo da República, e não é por ser este ou aquele governo, mas sim porque se não tiver custa muito mais ao orçamento público, é só por isso.

Portanto, isto é para dizer que quem faz o possível faz o que pode. Agora, não vale a pena continuar a bater num passado, para depois até fazer festa com ele, que é o que tem estado a acontecer. E não vamos mais longe sobre estas coisas de aviões e de companhias aéreas, de TAP's e de SATA's.

Portanto, gostaria de deixar este aviso: o tempo vai nos dar razão. Nós sabemos esperar. Cada dia que passa, a razão aproxima-se cada vez mais do nosso lado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Oxalá que não, para vosso bem!

A Oradora: Esta questão é bem demonstrativa do que já se disse nesta Casa, do que já se disse lá fora, sobre SATA, TAP, sobre operações, sobre tarifas.

Porque, Sr. Secretário, tem que se dizer aqui a verdade: se isto não fizesse concorrência à operação da SATA, o Sr. hoje estaria aí a anunciar o abaixamento das tarifas da TAP!

Não tenha dúvida nenhuma. Foi isso que se fez em vésperas de eleições regionais. Foi exactamente a mesma coisa. Uma operação de abaixamento de tarifas chamada "Festival", que foi apregoada como sendo já o reflexo do abaixamento das tarifas da TAP e do relacionamento entre este Governo e a TAP.

Pois está a ver qual é o relacionamento entre o Governo e a TAP?!

É este.

Faz concorrência, independentemente de se saber quem é o governo e de se saber quem é a Administração da SATA. A SATA quer a sua sobrevivência, é para isso que ela está lá, é para isso que o Governo da República está lá, é para isso que estão os trabalhadores da SATA.

São todos muito amigos quando tomam café, mas quando se sentam à mesa para negociar, cada um defende a sua parte incondicionalmente. E o Sr. vai aprender que é assim, aliás já aprendeu com certeza.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu já lhe respondo.

A Oradora: Quanto a quem paga o quê, o PSD e esta Casa só estão preocupados que os açorianos tenham todos direito à mesma tarifa, porque se trata de uma empresa pública. Porque se estivéssemos aqui a tratar de empresas privadas, podem levar para onde quiserem, ao preço que quiserem e a gente não tem o direito de reclamar seja o que for.

Neste caso da TAP, empresa pública, que recebe indemnizações compensatórias as quais nós todos pagamos através dos nossos impostos, tem que praticar tarifas iguais para todos os açorianos.

Quem paga - o Sr. Secretário tem várias alternativas - ou rateia como faz com as tarifas normais entre a TAP e a SATA, ou a TAP paga tudo ou a SATA a mesma coisa, em termos de inter-ilhas.

Não há mais nenhuma alternativa, senão estas três.

Como nós o que recomendamos é que o Governo negocie, esperamos que o Sr. Secretário faça um contrato que não seja leonino!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Portanto, em relação a isto, penso que está esclarecido na parte que diz respeito ao fundamento da nossa Proposta, na parte que tem a ver com os contratos anteriores. E espero que tenha bom sucesso nas recomendações que agora lhe fazemos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa:

Se estivéssemos aqui a falar de que a TAP tinha alugado um dos seus aviões a uma qualquer operadora, para fazer voos "Charter" para os Açores, estávamos esclarecidos e era um mercado a funcionar.

Isto, aliás, é o que acontece com uma determinada operadora, em relação a um dos aviões da TAP.

Só que a questão que se coloca aqui é completamente diferente. Ou seja, enquanto o sector privado está a funcionar entre um operador e a SATA, por um lado, por outro lado a TAP está a "partir" um avião a meio - salvo seja a comparação - usando parte dele como voo regular e outra parte como voo "charter". E esta é que é a questão basilar.

Embora existam, da nossa parte, algumas dúvidas sobre a questão legal deste procedimento, o que é facto é que não o podemos impedir. E porque não o podemos

impedir, o que podemos, sim, é exigir que a TAP - se o pode fazer - o faça com equidade e justiça.

Se a TAP pode realmente fazer esta concorrência aos privados, utilizando digamos um voo misto "charter"/voo regular, então que trate todos os açorianos por igual.

Esta é a nossa postura relativamente a esta matéria.

Também pensamos que ela deve ter o cuidado, ao elaborar os seus horários em conjugação com a SATA, de fazer com que os açorianos das outras ilhas que não têm ligação directa com aquela companhia, possam ir e vir no mesmo dia, para que ninguém das Flores, da Graciosa, ou de S. Jorge, fique a pernoitar em qualquer das 3 ilhas que têm ligação directa.

Quanto à questão das notícias de jornal - o PSD responderá por si - da minha parte eu estou a discutir uma questão que ouvi o Sr. Delegado da TAP falar a uma rádio, explicando como é que era, qual era o preço base e quais eram as taxas que levavam em cima, isto é, os tais 28 mil e 900 escudos.

Portanto, não estou aqui a falar, porque me disseram, ou numa base do "diz que diz", mas sim acreditando que o Sr. Delegado da TAP quando confirma as notícias de jornais, está a falar em nome da sua própria empresa. Logo, tenho que dar credibilidade a alguém que representa a empresa nos Açores.

Em conclusão, gostaria de acrescentar apenas mais uma questão, ou seja, eu julgo que a Proposta do PSD poderia ter sido melhorada. E não deixaria qualquer dúvida no ar, se por exemplo, um pouco antes dos dois pontos que precedem o n.º1, se dissesse "O PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo Regional **que providencie junto da TAP, no sentido de**".

Uma vez que não o diz, deixa realmente esta dúvida sobre quem é que vai pagar.

Pelo menos a nossa intenção é no sentido de que seja diligenciado junto da TAP, para que ela tenha equidade e justiça para com todos os açorianos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Ah e a gente é que vai fazer isso?!

Quer dizer, já fizemos antes e vamos fazer outra vez?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, eu penso que fui bem claro quando disse que não me opunha à aprovação desta Proposta de Resolução e, como tal, considerava justo que todos os açorianos tenham acesso às passagens de avião para Lisboa ao mesmo preço.

Em relação às notícias de jornal e à sua confirmação, eu continuo ainda com algumas dúvidas. Há até uma dessas notícias que exhibe um "cartoon" de um avião da SATA e outro da TAP em posição de pugilista e que eu saiba, não há aqui uma guerra entre estas duas companhias, ou entre a TAP/Abreu, portanto cá está o primeiro erro de notícia.

Quando uma notícia tem um erro tão flagrante como este, permitam-me que eu coloque algumas dúvidas ao resto da notícia. E como ninguém conseguiu informar-me sobre o contrário, continuei com as minhas dúvidas.

Ainda agora eu não sei - e se alguém está em condições de me informar que o faça - se os tais lugares que a TAP disponibiliza nos seus aviões de carreira regular para serem vendidos ao preço de 30 mil e 500 escudos, se vão ser vendidos previamente a alguma agência de viagens, ou algum operador privado.

Esta é uma dúvida que - permitam-me - eu mantenho.

Posso ser esclarecido e se o for, tanto melhor, mas por agora mantenho essa dúvida.

Relativamente aos contratos, eu sou obrigado a concordar com a Sra. Deputada Berta Cabral e queria introduzir aqui mais uma questão. É que na ordem jurídica portuguesa, não há contrato que não tenha cláusulas de rescisão. Não sei se isso tem grandes custos, ou se tem pequenos custos. Mas o que é certo é que essas cláusulas existem. Resta saber se vale a pena rescindir e fazer novo contrato, ou se rescindindo, se consegue repor o serviço e ainda resta saber se há algum interesse político em fazê-lo.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A grande diferença entre o PSD e as outras forças políticas, parece-me que começa a ficar bem vincada neste debate.

Nós trabalhamos para todo o Povo dos Açores. Não defendemos que aqueles que vivem numa determinada ilha, fiquem prejudicados.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Outra vez?!

O Orador: O Sr. tenha calma!

O Sr. Deputado enerva-se muito facilmente.

Há pouco tempo falou aí em choques, eu acho que o Sr. é que às vezes precisava de levar um choque, para realmente ficar mais calmo!

(Risos da Câmara)

Olhe que às vezes faziam-lhe bem!

Sobre esta matéria não quero adiantar mais nada, é melhor ficarmos por aqui.

Porém, há questões que são importantíssimas e que se estão a revelar neste debate e que são minhas preocupações há já bastante tempo.

Sr. Secretário Regional:

Liberalizar os transportes aéreos vai originar aquilo que já hoje se começa a vislumbrar. Ou seja, algumas ilhas irão beneficiar com isso, em detrimento de outras que serão bastante penalizadas.

Este é um aspecto fundamental que já me preocupa há muito tempo, sobre o qual eu até pensei fazer uma intervenção.

Em ilhas consideradas "pequenas" - eu pelo menos em termos de dignidade considero-as muito maiores do que as outras e até às vezes em heroísmo - às vezes é preciso ser-se herói para viver nelas. E eu não queria que daqui para o futuro as gentes da Graciosa, de S. Jorge, das Flores e do Corvo, tivessem que virar heróis para viver.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também, não é assim.

O Orador: Qualquer dia quando houver a liberalização dos transportes aéreos, nós na Graciosa...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Nunca me ouviu defender isso.

O Orador: Eu já o ouvi expressar essa tendência.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não senhor!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Desde sempre!

O Orador: Portanto, eu espero que estas questões sirvam de exemplo para si, no sentido de refrear alguma da sua política!

Por outro lado, há ainda mais um outro aspecto que eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário: há poucos dias - e o Sr. recorda-se bem disto - V. Ex^aa. foi à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais e disse que a TAP já nos olha com mais respeito. Pois, passados poucos dias, o sinal de respeito está aqui!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas isso é bom.

Será que não percebeu isso?!

O Orador: Eu percebi bem, não haja qualquer dúvida!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos falar de duas coisas muito distintas.

Contrato leonino - significa 2,4 milhões de contos de indemnizações compensatórias para os Açores e 5,3 milhões de contos para a Madeira.

Nós temos a mesma população, ficamos mais distantes, temos 9 ilhas e 600 quilómetros entre as diversas ilhas e recebemos 2,4 milhões de contos em 1997.

Isto é que é um contrato leonino.

Mais: o sistema pró-rate, significa que nós só no transporte inter-ilhas perdemos 500 mil contos, isto é, a SATA perde esse montante para colocar todos os passageiros que têm que passar na TAP nas diversas ilhas.

Isto foi o contrato que o governo anterior conseguiu com o governo central.

Nessa altura, eu não vi o Governo Regional do PSD a fazer qualquer manifestação, nem com gravatas pretas, nem com óculos escuros, nem com nada que se pareça!

Deputado João Cunha (PSD): É porque o Sr. estava desatento!

O Orador: Não, não vi nada disso!

Este próximo contrato vai ser diferente, garanto-lhe isso!

É que há uma relação muito diferente entre o Governo Central de agora e o Governo Regional.

Que a SATA e a TAP são empresas que lutam entre si, isso é evidente. E isto é o resultado de uma luta.

Deputado João Cunha (PSD): De que alguns vão sair a perder.

O Orador: Nós conseguimos com essa luta, baixar os preços durante um período bastante alargado.

É que o ano passado foi a brincar. 1200 lugares ou 1500 lugares.

Este ano, a SATA Internacional, juntamente com dois operadores privados, consegue oferecer 22 mil lugares. E é por isso que a TAP responde com mais 20 e tal lugares, o que é muito bom para o turismo nos Açores.

No meu entender, a TAP vem "morder a isca", ou seja, vem dizer que afinal pode praticar preços mais baixos, o que só vem corroborar as nossas ideias, ou seja, que a SATA e a Portugália podem fazer os voos actuais sem quaisquer indemnizações compensatórias, o que torna ainda mais vexatório o contrato feito pelo governo anterior!

Quanto à liberalização, o Sr. Deputado ouviu-me na última reunião na Comissão de Política Geral. E o que é que eu disse?

Eu disse que os Açores não querem a liberalização, porque temos ilhas pequenas. Falei até no caso das Canárias e até alguém disse que havia um representante na Região que tinha escrito num jornal um artigo, dizendo que mesmo nas ilhas mais pequenas das Canárias, a liberalização não tinha aceitação, isto é, as pessoas não estavam contentes.

E eu disse que, de facto, havia uma ilha com algumas hipóteses de liberalização, só que os Açores não são uma ilha, mas sim 9.

Nós queremos um preço único para os Açores.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. não disse isso lá!

O Orador: Disse sim senhor. E quem esteve nessa reunião ouviu exactamente isso.

Eu até disse que nós queríamos um contrato rota a rota, concurso público e um preço único para todas as ilhas dos Açores, com indemnizações compensatórias à SATA correctas, isto é, com os custos que ela realmente tem.

É isso que nós queremos e vamos conseguir, com um abaixamento significativo das tarifas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Deus o oiça, Sr. Secretário!

(Risos da Câmara)

Mas é que é assim mesmo.

É evidente que voos "charter" são isso mesmo e devem competir aos privados e aí concordo com o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, porque ele tem toda a razão.

Os privados devem competir de uma forma saudável e deve haver sempre uma franja do mercado para a competição dos voos "charter".

Aí ninguém, pode ser obrigado a ir para as Flores, ou para o Corvo. Vai para onde der mais dinheiro, porque são os privados que estão investindo o seu dinheiro.

Isso é claro.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas isso já está aqui, Sr. Secretário!

O Orador: Mas o que se está fazendo aqui é colocar um voo "charter" no meio de um voo que tem indemnizações compensatórias.

Por isso, deve ser a TAP a pagar o encaminhamento das pessoas para as outras ilhas, porque aqui todos somos açorianos desde o Corvo até St^a. Maria. E isto funciona tanto para os transportes marítimos, como para os transportes aéreos.

Por isso é que também nos transportes marítimos se pediu um preço único para todas as ilhas.

Há liberalização sim senhor, só que podem concorrer por um ano. Mas aí tem que ser um frete único desde St^a. Maria às Flores.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas já era assim dantes, Sr. Secretário.

O Orador: Já era e vai continuar, apesar da liberalização.

Nós somos obrigados a fazer a liberalização e quem quiser pode vir para cá. Mas tem que vir para cá, segundo os termos que o Governo Regional define. E nós definimos que o frete vai ser único para todas as ilhas dos Açores, o mesmo se passando com o transporte aéreo.

O que nós queremos é um tratamento igual a uma outra região - a Madeira - que tem um número de população igual ao nosso e que até está mais próxima do Continente.

É isto que nós queremos, ou seja, queremos fazer um contrato que não seja vexatório para os açorianos, porque o outro foi.

É só isso.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, queria esclarecer, já que o Sr. Deputado do PP pôs uma questão e não obteve qualquer resposta, é que os lugares podem ser vendidos a qualquer um, quer a particulares, agências de viagens, desde que satisfaçam as condições que são reservar, pagar e levantar o bilhete. E depois não muda, vai e vem, não vai perde.

Portanto, são estas as condições de uma tarifa que é normal e que se pratica por todo o mundo.

O que é incorrecto, é praticar-se para os Açores, quando se tem um contrato de serviço público - a questão é esta.

Por isso é que eu disse há bocado que se estivéssemos a falar de privados não havia qualquer problema, até podiam voar para o Corvo. Agora, com um contrato de serviço público e com condições previamente estabelecidas neste contrato, não podem entrar em concorrência com os privados que não têm esse contrato e não têm as mesmas regalias.

Portanto, sobre esta questão penso até que estamos todos de acordo e o Sr. Secretário fez mesmo questão de reforçar alguns dos fundamentos que estão aqui como considerandos da Proposta de Resolução.

Quanto ao contrato, eu penso que já se falou muito disto, mas ainda não se esclareceu aqui uma questão: é que o contrato não é entre o Governo Regional e a TAP. O contrato é entre o Governo da República e a TAP.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ouvida a Região.

A Oradora: Ouvida!

O Sr. Secretário sabe que já foi ouvido sobre muitos diplomas que não respeitaram a sua audição.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas este é fundamental.

A Oradora: Portanto, temos que clarificar as coisas: o contrato é entre o Estado e a TAP, ouvida a Região.

A Região ouviu, foi ouvida e falou bem alto.

Talvez todos se lembrem aqui do Eng. Jaime Medeiros ter pedido tarifas de 12 contos, ponto a ponto.

Não se lembram disso?!

É preciso ir buscar os jornais da época?!

Eu não estava na altura no Governo, estava na SATA, também fui ouvida e dei a minha opinião, sei bem o que é que disse sobre isso. Inclusivamente, decidiu-se adquirir o avião, como forma de pressão sobre a TAP, estratégia, aliás, que o Sr. Secretário conduziu novamente com o 2.º avião, porque é a única forma. Eles só compreendem uma linguagem que é a linguagem da concorrência, é a linguagem da pressão. E o Sr. sabe que é assim.

Portanto, isto não tem rigorosamente nada de contraditório.

Nós estamos do mesmo lado, ou seja, do lado do interesse dos Açores e estamos todos a perceber que, à medida que o tempo passa, os argumentos que nós utilizamos, quer estejamos deste lado quer estejamos aí, são sempre os mesmos, porque eles só conhecem o argumento da força, da pressão, da concorrência e por isso é que vêm agora fazer esta operação.

Mas estávamos a falar de tarifas promocionais, de tarifas "charter", de tarifas que a TAP resolve fazer em concorrência com outras companhias.

Outra coisa completamente diferente é o novo contrato que vai ser feito a partir do 2.º semestre deste ano e em relação ao qual o Sr. Secretário tem um dado novo sobre a mesa. É que a União Europeia está disponível para apoiar o funcionamento dos transportes e da energia, o que vai permitir que se faça a convergência tarifária. E há 3 anos ela não estava nessa disposição.

Portanto, não vamos confundir as coisas.

Que fique bem claro de uma vez por todas que o contrato não foi negociado entre o Governo Regional e a TAP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É só para esclarecer um aspecto, porque penso que se está tentando passar uma coisa e pôr na minha boca palavras que eu não disse.

Eu quero que todos os açorianos tenham passagens ao mesmo preço para saírem dos Açores - que não haja dúvidas sobre isso.

Em relação a alguns... "esperneios" do Sr. Deputado João Cunha, eu queria dizer que pelo facto de eu ter tanta energia e ser tão nervoso é que não preciso de mais choques nenhuns!

Quero também dizer outra coisa: nunca ninguém me ouviu nesta Casa invocar o nome da ilha pela qual fui eleito, para defender essa mesma ilha seja por que razão for.

A única vez que subi àquela tribuna para falar em nome da minha ilha, foi para dizer que não queria que o Governo Regional lá fizesse uma coisa que tinha anunciado fazer.

Agora pergunto: já alguma vez o Sr. Deputado João Cunha subiu àquela tribuna para dizer que o Governo não fizesse na Graciosa determinada obra?!

O Sr. Deputado quando sobe é sempre para dizer que quer que o Governo faça mais do que aquilo que já fez!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos falar de coisas simples e claras.

Realmente no contrato feito com a TAP e com o Governo Central, o Governo Regional certamente foi ouvido, aliás como está acontecendo agora.

Por isso é que nós estamos a ter uma luta forte para termos pelo menos um valor de indemnizações compensatórias diferente do que tivemos no passado.

Repare: nós estamos numa situação bastante má, porque é muito fácil partir de uma situação em que já se tem o privilégio adquirido, como é o caso da Madeira que tem esse privilégio de ter 5,3 milhões de contos de indemnizações compensatórias anuais e os Açores têm 2,4 milhões de contos.

É muito difícil retirar privilégios a alguém que os tem e dar outro que, não o tendo, diz "não senhor, eu tenho 9 ilhas estou mais distante, tenho a mesma população e preciso de mais indemnizações compensatórias".

Nós temos que ter pelo menos, tantas indemnizações compensatórias como a Madeira tem.

Essa foi a posição em que os Srs. nos deixaram, uma posição "de cócoras" perante o Governo Central. E porquê...?

Porque não tinham força reivindicativa em relação ao Governo do Prof. Cavaco Silva.

Além disso, a TAP praticou e abusou das tarifas para os Açores. Ou seja, para além de receber os 2,4 milhões de contos, praticou e abusou das tarifas para aqui. Tanto é que agora, com a concorrência apertada, ela mostra claramente que pode baixar essas tarifas, que pode pô-las a 29 contos e 800 durante um período bastante largo, isto é, durante 6 meses e - note-se - não é para poucos lugares, é para 20 mil lugares.

Portanto, afinal a TAP - a mesma que nos pede preços de tarifas de 45 e 47 contos - consegue oferecer durante a época alta (não sei como é que vai conseguir, mas vamos ver!) 20 mil lugares de borla para os açorianos viajarem para a Expo.

Muito bem, isso é bom para os Açores e eu congratulo-me com isso, mas quero é que a TAP faça isso sempre até ao fim do contrato. E quero também que, ganhe quem ganhar, no próximo contrato haja alguém que consiga praticar preços deste nível. Isso é que seria óptimo para os Açores.

Relativamente à energia, Sra. Deputada, o que nós temos conseguido é começar a diferenciar os Açores da Madeira.

Os Açores custam mais dinheiro, têm mais ultraperificidade que a Madeira.

Nós não podemos ter um tratamento igual à Madeira, porque não é por termos a mesma população que podemos ter tratamento semelhante em termos de custos. Temos que ter um custo padrão por cada ilha.

Nós temos o Corvo, Flores, St^a. Maria, Graciosa, muitas ilhas aqui. E o que tem acontecido no passado é que se dá um tanto para a Madeira, dá-se um tanto para os Açores.

A grande conquista deste processo de convergência tarifária da energia, é que os Açores vão ser considerados como uma região que tem custos maiores do que os da Madeira. E assim poder-se-á conseguir o mesmo para o transporte aéreo, se pudermos partir de uma situação melhor do que aquela em que nós estamos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há pouco o Sr. falava de tratamento igual para os corvinos, quer seja no que diz respeito aos transportes aéreos quer aos marítimos.

Só que eu acho que isso deve ser apenas na teoria, porque na prática isso não se verifica.

Se isso fosse efectivamente assim, não estaríamos limitados apenas a 2 voos semanais, coisa que não acontece em mais nenhuma ilha desta Região e ainda por cima, com um intervalo de 5 dias entre um voo e outro. Portanto, eu penso que há que passar das palavras aos actos, Sr. Secretário!

Presidente: Tem a palavra a Sra Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta questão das indemnizações compensatórias tem muito que se lhe diga. E o Sr. sabe muito bem que as indemnizações compensatórias que a TAP recebe não são só para fazer os Açores e a Madeira, ou então a gente está todos aqui a fazer de conta!

A TAP recebe indemnizações compensatórias, **a título disso**, para lhe cobrir o défice. Portanto, não vamos brincar com coisas sérias e das coisas toda a gente tem conhecimento.

Os 7 milhões que a TAP recebe do Governo da República, não podem ser recebidos ao abrigo das disposições comunitárias. Logo, só pode recebê-los, porque o Governo da República arranjou maneira de, através de contratos de concessão e de indemnizações compensatórias para as Regiões Autónomas, dar a cobertura do défice.

Portanto, por mais contas que o Sr. Secretário faça de tantos milhões para a Madeira, tantos milhões para os Açores, tem que ver isso como toda a gente vê, isto é, essa foi a forma do Governo Central poder pôr dinheiro na TAP.

Foi exactamente isso que o Governo Central fez, embora não o diga claramente, porque não pode dizer, mas toda a gente sabe que é precisamente isso.

Quanto a isso, estamos esclarecidos, ou seja, nem os 7,5 milhões são na totalidade para as Regiões Autónomas, nem os 5 milhões e tal são todos para a Madeira, nem os 2,4 milhões são todos para os Açores.

Por isso é que o Eng. Jaime Medeiros, na altura, disse que mesmo que os 2,4 milhões que o Sr. acha muito pouco, conseguia-se ter passagens, ponto a ponto, por 12 mil e 600 escudos.

É assim e não tenha dúvida nenhuma sobre isso!

As indemnizações compensatórias são uma forma de cobrir o défice da TAP. Não são para fazer frequências para onde quer que seja.

Sobre isso, não vale a pena a gente "tapar o sol com a peneira", porque a TAP tem um défice grande, precisa de receber dinheiro do Orçamento do Estado e não pode receber dinheiro daí, porque distorce a concorrência, e aliás o Estado está impedido de o fazer por força das disposições comunitárias, mas fá-lo por via enviezada, através de contratos de concessão que a gente bem sabe que estão muito longe, com as tarifas praticadas, de corresponder àquele nível de indemnizações compensatórias. Portanto, se o Sr. Secretário conseguir baixar as passagens eu digo-lhe, desde já, que tem que ser pelo menos até 30 contos, tudo o que for acima disso é muito!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O que é que a Sra. Deputada conseguiu no seu tempo?!

A Oradora: Já que tem tanta força negocial, se já está a fazer a 29 mil e 800 escudos, até podia dar 200 escudos de borla até aos 30 contos!

Tudo o que for acima de 30 contos é muito!

Deputado Fernando Menezes (PS): E porque é que a Sra. Deputada não fez isso?!

A Oradora: Quem pôs a fasquia foi o Sr. Secretário, por isso pode ficar já a saber que esta Câmara não aceita mais do que 30 mil escudos por tarifa...

Deputada Natividade Luz (PS): Não aceita?! Que disparate!

A Oradora: ... de qualquer ilha dos Açores para o Continente, nas próximas negociações!

E quem estabeleceu o limite foi o Sr. Secretário, portanto digo-lhe já que tem a meta traçada!

Afinal de contas, é o que a TAP já está a praticar!

Quanto à convergência da energia, eu mais uma vez não estou preocupada com a Madeira. Eu estou é preocupada com aquilo que foi dito aos açorianos e com aquilo que a União Europeia permite e prevê: a convergência do preço da energia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Quem está a pagar é o Governo da República!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia se assim o desejar.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acho que este assunto começa a ficar já esgotado.

Realmente quando se fala aqui de tarifas de 12 contos, isso é irrisório.

Nós sabemos que temos 900 milhas, por isso podemos-nos comparar com as Canárias que são também uma região ultraperiférica.

Exigir tarifas de 12 contos para os Açores, é completamente irrisório.

Podemos dizer que são 2 escudos, que é de graça. Os senhores dizem que é 30 contos... é o que nós conseguimos arranjar. Vamos tentar procurar sair da zona dos 2,4 onde estamos agora, subir as indemnizações compensatórias e fazer um concurso extremamente competitivo.

Por isso é que estamos a preparar a SATA. É por isso que estamos a fazer ligações entre a SATA e outras companhias, para ver se podemos concorrer a sério neste concurso. E quem ganhar, pode ter a certeza que terá que apresentar preços mais baixos do que a SATA.

Isto é importante para os Açores, para o nosso turismo, para a nossa economia e isso vai colocar-nos no mapa. Isso é mais do que evidente.

Agora, que 30, 32 ou 33 contos, é qualquer coisa que seja muito abaixo dos 45 contos que os senhores permitiram, o que já é muito bom.

Deputada Berta Cabral (PSD): A gente só quer no máximo 30 contos!

O Orador: A Sra. Deputada não se esqueça que esteve à frente do Governo e sabe como é que isso funciona, tal como eu agora também sei.

E sei muito bem o que é a senhora consentiu!

Deputada Berta Cabral (PSD): Por conhecer as coisas é que eu falo!

O Orador: A SATA é que paga grande parte das indemnizações do sistema de transporte de passageiros para as diversas ilhas, à custa dos açorianos, enquanto que

na Madeira e Porto Santo é o Governo Central que paga as passagens entre aquelas duas ilhas e que ficam por 5 contos e 600 ida e volta.

Qual era a vossa posição nessa altura?!

Nessa altura é que deviam ter aparecido com gravata preta e óculos escuros cá fora!

Muito obrigado.

Presidente: Neste momento, não tenho mais inscrições. Vamos considerar encerrado o debate e vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução sobre as "Tarifas da TAP", fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução em apreço foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica a redacção final deste documento entregue à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos passar ao ponto seguinte que é de novo um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão relativo à Proposta de Resolução sobre a "Eleição dos Representantes da RAA no Congresso de Poderes Locais e Regionais da Europa".

Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tão só para dizer que o Pedido de Urgência em apreço se justifica, porque o mandato dos representantes das Regiões neste Congresso termina em Junho próximo. A próxima reunião em Estrasburgo é electiva, não há reunião plenária em Maio, portanto em Junho já seria tarde.

Daí a Urgência que está aqui presente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós vamos votar favoravelmente esta Urgência, pois pensamos que ela é necessária.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão em apreço, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, passamos à Proposta de Resolução sobre a "Eleição dos Representantes da RAA no Congresso dos Poderes Locais e Regionais".

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que entretanto deu entrada na Mesa, uma proposta de alteração do PSD relativamente ao Artigo Único e que diz o seguinte:

"Na delegação portuguesa ao Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, o representante efectivo e suplente da RAA são, respectivamente, o Presidente e o 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional".

Portanto, ao contrário da proposta anterior na qual se indicava apenas genericamente que os representantes deviam ser da Assembleia, nesta indica-se claramente quem é que deve representar a mesma.

Está aberta a discussão sobre esta proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu penalizo-me por não saber muito destas coisas do Regimento, mas acho que já tinha visto outras resoluções serem lidas ali em cima na tribuna, por isso é que estava à espera que também fosse chamado para isso.

Presidente: Eu realmente consenti nesse facto, interpretei assim, porque não há propriamente leitura da apresentação, mas sim um começo do debate. Mas se o Sr. Deputado quiser seguir o processo utilizado há pouco pelos outros Srs. Deputados, pode fazê-lo perfeitamente. Não há nenhuma objecção em relação a isso.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Não há qualquer problema Sr. Presidente, sobre isso.

Efectivamente, tinha aqui algumas notas preparadas, que mais não seja porque todas elas são naturalmente do conhecimento dos Srs. Deputados, mas quando se fala em Congressos de Poderes Locais e Regionais da Europa é importante também que os

nossos eleitores, aqueles que nos elegeram para estarmos aqui, saibam do que é que se trata.

Portanto, perdoem-me três ou quatro minutos, para dizer aquilo que realmente se vai passar com esta Proposta de Resolução.

O Conselho da Europa, fundado em 1949 por dez estados europeus, contando actualmente com 40 estados-membros, é uma organização inter-governamental que tem três grandes objectivos:

- Proteger e reforçar a democracia pluralista e os direitos do Homem;
- Procurar soluções para os problemas da sociedade;
- Favorecer o surgimento de uma verdadeira identidade cultural europeia.

O Conselho da Europa trata todas as grandes questões da sociedade europeia, à excepção das relacionadas com a defesa.

O seu programa de trabalho compreende os seguintes domínios:

- direitos do Homem;
- media;
- cooperação jurídica;
- questões sociais e económicas;
- saúde;
- ensino;
- cultura
- património;
- desporto;
- juventude;
- poderes locais e regionais;
- ambiente.

O Conselho da Europa reconheceu sempre a importância decisiva da democracia ao seu nível de base.

A liberdade representa uma necessidade, tanto local como regional e nacional.

As autonomias local e regional, devem responder aos problemas de todos os europeus, nas cidades e nas aldeias, nas regiões centrais e nas periféricas.

Desde 1957, o Conselho da Europa tem trabalhado em favor da representação dos poderes local e regional.

O Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa foi estabelecido em 1994, dando sequência à Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

O Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa é composto por uma Câmara dos Poderes Locais e por uma Câmara das Regiões.

A Assembleia das duas Câmaras inclui 286 membros eleitos e 286 membros suplentes, representando mais de 200 mil colectividades locais e regionais dos 40 estados-membros do Conselho da Europa.

O Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa reúne-se uma vez por ano em Estrasburgo, sede do Conselho da Europa.

Tem uma comissão permanente composta por representantes de todas as delegações nacionais que reúnem entre as sessões plenárias do Congresso.

Cada Câmara do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa nomeia grupos de trabalho que abordam as diversas questões.

O Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa é um órgão de consulta do Comité de Ministros e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, sobre todos os aspectos da política local e regional e age em estreita cooperação com todas as organizações nacionais e internacionais que representam os Poderes Locais e Regionais.

O Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa persegue os seus objectivos através de recomendações, dirigidas à Assembleia Parlamentar ou ao Comité de Ministros, e ainda de resoluções dirigidas às autoridades locais e regionais e ainda através da organização de conferências e colóquios com especialistas.

De recordar, pelo menos, a Conferência das Regiões Insulares Europeias, que teve lugar nos Açores, em P. Delgada, que aprovou a célebre Declaração dos Açores.

Entre as diversas orientações legislativas aprovadas por este Congresso e que passaram a integrar o direito nacional dos estados-membros do Conselho da Europa, merecem destaque pelo seu interesse e alcance político, a Carta Europeia da Autonomia Local, a Convenção-Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça, a Convenção Europeia sobre a Participação de Estrangeiros na Vida

Pública ao Nível Local, a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, a Carta Urbano-Europeia, a Carta sobre a Participação dos Jovens na Vida Municipal ou Regional, a Carta Europeia sobre as Regiões de Montanha e a Convenção Europeia sobre a Cooperação Inter-Regional.

A aguardar aprovação da Assembleia Parlamentar e do Comité de Ministros, estão as propostas de Carta Europeia da Autonomia Regional, a Convenção Europeia para a Protecção da Paisagem e a Carta dos Direitos e Deveres dos Cidadãos.

Os estados-membros do Conselho da Europa estão representados neste Congresso, por representantes dos Poderes Locais e Regionais.

Portugal está representado por sete membros eleitos e por sete membros suplentes.

De acordo com a Carta do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, o Congresso é composto por representantes que deverão ser escolhidos entre as pessoas que disponham de um mandato electivo nas colectividades locais ou regionais, ou de um mandato de responsável directo perante um órgão local ou regional eleito.

A composição da delegação de cada estado membro ao Congresso, deverá assegurar uma repartição geográfica equilibrada dos delegados, uma representação equitativa das diferentes categorias de colectividades locais e regionais e ainda uma representação equitativa das diferentes forças políticas.

Os representantes eleitos e suplentes têm um mandato para a duração de duas sessões plenárias do Congresso e continuam em funções até à abertura da sessão seguinte.

Os representantes eleitos e suplentes ao Congresso são designados segundo o procedimento oficial, próprio de cada estado-membro.

Ao longo dos anos, a delegação portuguesa ao Congresso, tem sido composta por cinco representantes eleitos e cinco suplentes, indicados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e por um representante eleito e um suplente, indicados pela Região Autónoma dos Açores e por um representante eleito e um suplente, indicados pela Região Autónoma da Madeira.

Em Junho próximo, realiza-se a sessão plenária do Congresso em Estrasburgo, a qual é uma sessão electiva, já que termina o mandato dos actuais delegados efectivos e suplentes.

Por essa razão, a Proposta de Resolução do PSD propõe que na delegação portuguesa ao Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, os representantes efectivo e suplente da RAA sejam, respectivamente, o Presidente e o 1.º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um brevíssimo apontamento.

Tal como o PSD fez uma Resolução sobre a representação da Região no Comité das Regiões que entroncava na última versão da Revisão do Estatuto Político-Administrativo, também no caso do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, esta Resolução vem dar seguimento àquilo que foi uma decisão unânime da Assembleia ao rever o Estatuto Político-Administrativo.

Eu faço lembrar que a primeira figura que representa a Região Autónoma dos Açores é, desde logo, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Tratando-se de uma representação institucional num órgão que agora aqui fiquei perfeitamente esclarecido quanto à sua importância para os Açores, e tratando-se de facto de uma representação externa, nós também estamos a cumprir aquilo que provavelmente será aprovado na Assembleia da República e que foi uma alteração do Estatuto Político-Administrativo dos Açores com algum alcance.

Apenas para que fique registada esta justificação que me parece importante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apenas para dizer que nós vamos dar o nosso voto favorável a esta Proposta de Resolução, pois pensamos que a Região ficará muito bem representada através do Sr. Presidente da Assembleia e na sua ausência, pelo 1.º Vice-Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também para dizer que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta do PSD.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre os "Representantes dos Açores no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa", foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica a sua redacção final entregue à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Passamos a mais uma Proposta de Resolução relativa à "Apresentação dos relatórios de execução do Plano Regional de 1997 e 1º trimestre de 1998".

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para iniciar a discussão do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PSD pede a urgência e a dispensa de exame em Comissão desta Proposta de Resolução, porque considera que os relatórios de execução do Plano Regional são indispensáveis ao trabalho dos Deputados, portanto ao pleno exercício da sua actividade fiscalizadora sobre a acção do Governo.

Assim sendo, estranhámos muito que ao fim de todos estes meses, o Governo ainda não tenha entregue nesta Assembleia um único relatório de execução do Plano de 1997. Por outro lado, consideramos que isto já devia ter sido entregue. Logo, é mesmo urgente discutir-se esta questão e pôr-se um prazo ao Governo para a sua apresentação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, para dizer que embora nós já tivéssemos anunciado que iríamos votar todas as dispensas de exame, esta realmente merece da nossa parte uma reflexão mais aturada.

Se bem que passemos de seguida à discussão da Proposta de Resolução, é efectivamente muito urgente que os Srs. Deputados passem a dispor não só deste mecanismo, mas também de muitos outros que o Governo tem e que nós, Deputados, não temos, para que se possa fazer aqui um trabalho mais profícuo e mais eficaz.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos assim ao debate da Proposta de Resolução relativa à "Apresentação dos relatórios de execução do Governo Regional".

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Por diversas ocasiões, tive oportunidade de referir nesta Casa, quer através de intervenções na tribuna, quer em debates aqui neste Parlamento, que é urgentíssimo, por parte da Secretaria da Presidência para as Finanças, apresentar os relatórios de execução do Plano de 1997.

Inclusivamente, já fizemos um requerimento sobre esse assunto.

A lei que aqui é referida na Proposta de Resolução, ou seja, a Lei de Enquadramento da Orgânica de Planeamento, determina que os relatórios de execução fazem parte integrante da estrutura do Plano Regional. Determina também que compete ao Governo elaborar esses mesmos relatórios finais e intercalares. E determina, por outro lado, que compete à Assembleia apreciar esses relatórios.

Estes documentos trazem informação determinante para o exercício da nossa actividade fiscalizadora em relação ao Governo. E essa informação só é útil, se for actual, pois ninguém precisa de relatórios ao fim de meses ou de anos, porque não servem rigorosamente para nada.

Os elementos são fundamentais, mas só se forem actualizados.

Pensámos e ponderámos seriamente em apresentar aqui um voto de protesto sobre esta matéria. Só não quisemos que cada vez que o Governo venha a Assembleia, leve um voto desta natureza para casa.

Por isso, adoptámos esta fórmula, isto é, a da resolução, por muito que o Sr. Deputado Fernando Menezes ache que exagerámos no número de propostas de resolução, mas a verdade é que isso é um direito que nos assiste. E até fizemo-lo por esta via, para que fosse feito de uma forma pedagógica e construtiva, dando ao Governo, mais uma vez, prazos perfeitamente exequíveis para apresentar estes documentos.

É inacreditável que em Abril de 1998, ainda não tenham sido apresentados a esta Casa os relatórios de execução do 1º trimestre de 1997.

Toda a gente sabe que quando aqui se fala em relatórios intercalares e finais, se está a falar do relatório de execução financeira dos trimestres, bem como do relatório de execução financeira e material do semestre e do ano.

Nada disto foi entregue nesta Casa, tendo já passado o 1º trimestre de 1998.

Isto não tem qualquer explicação.

Eu conheço o funcionamento dos serviços da Administração. Conheço o funcionamento do DREPA que é o departamento que tem a obrigação de fazer este trabalho. Sei que tem competência suficiente e meios competentes para o fazer atempadamente.

Portanto, só há uma explicação, ou seja, a coordenação, porque esse departamento não fará esse trabalho se não lhe chegarem os documentos e as informações, quer materiais quer financeiras.

Sei também que essa é sempre a grande dificuldade, portanto não há qualquer dúvida para nós que estamos aqui perante uma enorme dificuldade, ou do Director Regional ou do Secretário Regional, em coordenar esta informação, por forma a que ela chegue ao DREPA atempadamente, para que os relatórios de execução entrem nesta Casa também atempadamente.

É este o propósito da nossa resolução, a qual pretende ser pedagógica, construtiva, e de quem dá mais este benefício da dúvida e de quem dá mais 30 dias para uns e mais semanas para outros apresentarem os relatórios, quer financeiros quer materiais.

Já agora, e se o Sr. Presidente me dá licença, e porque já foi dada a informação a todos os grupos parlamentares, queria chamar a atenção para um lapso cuja correcção ficará a cargo da comissão de redacção, no caso desta resolução ser aprovada, isto é, no n.º 2 quando se diz "o relatório final de execução material e financeira do Plano Regional de 97, bem como o relatório de execução financeira **do 1.º trimestre do Plano de 98**", que talvez tenha acontecido por lapso da reprografia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta Proposta de Resolução apresentada aqui pelo PSD não traz um assunto novo, bem pelo contrário, nomeadamente no passado foi já matéria também discutida pelas então forças de oposição. E por várias vezes, foi aqui exigido que o governo, na altura da responsabilidade do PSD, apresentasse os relatórios de execução material e financeira dos planos, quer no respeitante às execuções anuais quer em relação às execuções parcelares.

Lamentavelmente, em 1991 não se quis fixar qualquer prazo de apresentação destes relatórios.

Dá-me a impressão que, neste momento, o PSD tem que "dar a mão à palmatória", reconhecendo que foi na altura um erro político não se ter fixado no ordenamento jurídico que os relatórios teriam que entrar em determinado prazo, após o período a que eles respeitassem.

A situação que neste momento se verifica com o actual Governo, que é em tudo semelhante às situações ocorridas no passado, é consequência de um erro no ordenamento jurídico, porque dever-se-ia ter fixado prazos concretos. Isso não aconteceu e agora esperemos que esta situação, em função da análise que estamos a fazer, possa servir de lição ao actual Governo, no sentido de também nisto não copiar aquilo que o PSD fez no passado.

A Sra. Deputada Berta Cabral já referiu alguns aspectos administrativos da situação. E essencialmente todos aqueles que serviram os serviços administrativos, sabem que chegam a haver algumas situações de "deixar passar" por parte desses serviços.

Recordo, por exemplo, que num passado longínquo houve um secretário regional que impôs datas precisas relativamente aos diversos serviços da Administração Regional, no sentido de que até ao dia X - que salvo erro eram 11 dias depois do final do período - esses serviços tinham que fazer sair o relatório parcelar relativamente ao serviço de execução material, para que efectivamente durante o mesmo mês pudesse ser elaborado nas direcções regionais e para que 1 mês e meio depois pudesse estar no DREPA para posteriormente chegar à Assembleia Regional.

Portanto, a primeira parte desta Proposta de Resolução, pensamos que é da mais elementar justiça e não contestamos isso. Porém, lamentamos, sim, o facto desta exigência ter que vir aqui, pois não há qualquer razão para que os relatórios de execução material e financeira referentes a 1997 não estejam, neste momento, na posse dos Deputados.

Esta é a realidade e de facto não é admissível que aconteça um atraso deste tipo.

Relativamente à 2.^a parte, estamos em condições de concordar com a exigência que aqui é feita, pois pensamos que o prazo ali fixado é aceitável. Por isso, vamos votar favoravelmente a resolução no seu conjunto.

Porém, penso que esta Proposta de Resolução deveria servir de lição ao actual Governo Regional, para que realmente se pense que a partir de 2 meses após a execução material ou financeira parcelar de determinado plano e orçamento, deveria dar entrada nesta Assembleia o respectivo relatório de execução.

Este é um passo a ser dado e com o qual nós concordamos, que também deve servir de exemplo, porque de facto os Deputados têm o direito de saber o modo como o plano e o orçamento estão a ser executados.

Assim sendo, é neste pressuposto que vamos dar o nosso voto favorável a este documento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu não estou nesta Casa há muito tempo, não sei se ficarei muito mais, mas no pouco tempo que estive aqui, apercebi-me que muitas das situações de conflito, de debate desnecessário que aqui ocorreram, foi por falta de informação deste cariz.

Tal como já disse aquando da apresentação do Pedido de Urgência, no entender do Partido Popular, este motivo seria mais do que justificado para se aprovar esta Proposta de Resolução.

De qualquer forma, parece-me interessante - e esta é apenas uma reflexão que deixo sobre este tema, sem querer "atear fogos em cabanas de ninguém" - que no último mês e meio, na vida política regional se tenha falado de moções de censura, sem que isto fosse conhecido.

Realmente agora percebo porque é que já não se fala nisso. É porque, afinal, é preciso conhecer a execução do plano, para depois se falar nisso. Mas não foi para falar disso que me levantei, mas sim para me congratular com a iniciativa do PSD e para pedir ao Governo, como é evidente, que nos faça chegar os documentos pretendidos o mais depressa possível, porque realmente estão a fazer grande falta para o nosso debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do PS agradece à Deputada Berta Cabral a bonomia das suas palavras, a pedagogia das intenções deste documento e a atitude construtiva do PSD nesta matéria.

Deputado João Cunha (PSD): Ah, mas não vai ser sempre assim!

O Orador: Refiro isto, porque foi dito que não iria ser apresentado um voto de protesto - que era o normal neste caso - mas sim que se adoptaria o mecanismo da resolução.

Por isso, talvez seja bom lembrar que a Sra. Deputada leia o Decreto Legislativo Regional n.º 12/91/A, que diz que os relatórios de execução dos planos regionais intercalares e finais fazem parte da estrutura do Plano e são aprovados por esta Assembleia. Porém, o que a Sra. Deputada omitiu, foi que de facto isto foi feito - tal como já foi referido aqui - em 1991 e por alguma razão não puseram prazo nisto.

Portanto, o voto de protesto que poderia eventualmente vir dessa bancada não teria fundamento, porque estar-se-ia a protestar por haver alguma violação de alguma coisa e não houve efectivamente violação de coisa alguma. O Governo não violou nada, porque não tem prazos para cumprir esta disposição.

De qualquer forma, e para terminar, posso dizer aos Srs. Deputados que o PS no passado exigiu e fá-lo-á também no presente e esta é a nossa coerência.

Por isso, à semelhança do passado, vamos também agora votar favoravelmente esta Proposta de Resolução. E posso informar V. Exas. que o Governo Regional tudo fará para acumprir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não há memória de atrasos de 18 meses.

De qualquer forma, queria desde já informar o Sr. Deputado Paulo Valadão que o PSD vai apresentar - e já está pronta - uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 12/91/A, para fixar exactamente os prazos de entrega dos relatórios de execução.

Devo dizer que não tenho qualquer síndrome relativamente ao passado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para reafirmar a posição do Governo nesta matéria.

De facto, este assunto foi já debatido e muito brevemente virá a esta Assembleia, portanto sem necessidade de esgotar o prazo que a Sra. Deputada Berta Cabral aqui impõe na resolução que apresentou em nome do PSD.

Esse trabalho está praticamente concluído e da nossa parte há total concordância de que ele deve ser entregue mais atempadamente aos Srs. Deputados.

Como todos sabem, este Governo está em exercício de funções há um ano, houve atrasos na aprovação do Plano e embora isso não sirva de desculpa, devo adiantar que vamos entregar todo esse trabalho o mais rapidamente possível.

É esse o compromisso que eu queria deixar aqui em nome do Governo.

Presidente: Vamos passar à votação deste documento.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica a mesma entregue à Comissão de Economia, Finanças e Plano para proceder à sua redacção final.

Temos agora uma outra Proposta de Resolução que diz o seguinte: "A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Abril".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Já agora e antes de darmos por concluídos os nossos trabalhos, queria dar uma informação sobre o plenário de Setembro que foi alterado para uma semana depois, ou seja, para 22 de Setembro.

Parabéns a todos pelo bom trabalho, boa tarde e até Junho.

(Eram 17.45 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme Marinho Pinto de Sousa

José do Nascimento Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

José Ramos Aguiar

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro

Deputado que faltaram à Sessão:

Partido Socialista

António das Neves Lopes Gomes

Partido Social Democrata

Alberto Romão Madruga da Costa

Mark Silveira Marques.

A Redactora de 1.ª Classe, Ana Paula Garcia de Lemos